



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 84**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-Feira, 27 de Janeiro de 2011**

**Presidente:** *Deputado Francisco Coelho*

**Secretários:** *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído durante a sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

### Sumário

*Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político.**

Ao abrigo do artigo 73.º do Regimento da ALRAA, foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Saudação pelo 75.º aniversário comercial de Teófilo, SA.,** pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube à Sra. Deputada Alzira Silva, o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação pelos 525 anos de elevação de Santa Cruz da Graciosa a Vila e Sede de Concelho**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação pela Sra. Deputada Vera Bettencourt, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado João Costa, o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Pesar pelo falecimento da Dra. Maria Odette Fernanda Afonso de Abreu de Sousa Dourado – Distinta Médica Veterinária**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do Voto, que coube ao Sr. Deputado Ricardo Cabral, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

– **Voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Alves, um dos capitães de Abril**, pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Moniz, e tendo usado da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Jorge Macedo (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Pesar pelo falecimento do ribeiragrاندense Viriato Hermínio da Costa Madeira**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado José Rego, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Pesar pelo falecimento de Augusto Cândido de Serpa Capaz**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do Voto pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Saudação pela passagem do 25.º aniversário da reabertura da Diocese de Angra**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado António Parreira, e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Carla Bretão (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação pelos 30 Anos da Academia das Artes dos Açores**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do Voto pelo Sr. Deputado Alexandre Pascoal, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e António Marinho (*PSD*) apresentaram declarações políticas, na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Continuação da Discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010 – “Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na Região Autónoma dos Açores”.**

No debate da Proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Domingos Cunha (*PS*).

## **2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010 – “Regime da Dispensa de Medicamentos em Unidose”.**

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*), foi apresentado um Requerimento de Baixa à Comissão pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi rejeitado por maioria.

No debate do diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Domingos Cunha (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

## **3. Projecto de Resolução n.º 33/2010 – “Campanha Vitivinícola 2009/2010”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Duarte Moreira (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*), António Ventura (*PSD*), José Rego (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Hernâni Jorge (*PS*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 56 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com a chamada. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

*(Eram 10 horas e 10 minutos)*

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José de Sousa Rego**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Maria da Graça Lopes Teixeira**

**Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Paula Cristina Dias Bettencourt**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

**Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos**

**António Pedro Rebelo Costa**

**António Lima Cardoso Ventura**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**

**Francisco da Silva Álvares**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Francisco Salvador Fernandes**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Abel Jorge Igrejas Moreira**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Luís Virgílio de Sousa da Silveira**

**Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa**

**Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Mário** Manuel de Castro **Moniz**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal** da Conceição **Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público. Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Antes de mais, uma informação: houve um corte geral de energia, da EDA, e os nossos geradores entraram em funcionamento, embora com algumas limitações porque não chegam para tudo. Quando voltar a energia eléctrica da rede, é natural que as luzes do Plenário, durante poucos minutos, se desliguem. Ficam desde já avisados, mas creio que nos conseguiremos ver uns aos outros.

Portanto, era para dar essa informação e, também por causa disso, creio que há votos que ainda não foram distribuídos. Nós vamos começar com os que temos e aqueles que forem chegando à Mesa e também às diversas bancadas entrarão na discussão.

Vamos então entrar nos votos. Temos um **Voto de Saudação pelo 75.º aniversário comercial de Teófilo, SA.**

Sra. Deputada Alzira Silva, tem a palavra.

**Deputada Alzira Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

### Voto de Saudação

#### Pelo 75.º Aniversário Comercial de Teófilo, SA

Foi há setenta e cinco anos que a iniciativa pessoal de Teófilo Ferreira Garcia, nascido a 5 de Março de 1917, abriu uma casa comercial na cidade da Horta. Uma casa que viria a tornar-se uma das maiores empresas que até hoje existiu no Faial, exercendo desde então forte influência económica, profissional e social nesta ilha.

Hoje é comum abrir uma porta comercial; porém, há setenta e cinco anos era uma atitude arrojada, de risco e de coragem.

A empresa não apenas sobreviveu, como também se diversificou vendendo de tudo um pouco e até se expandiu, em tempos em que a incerteza era muito grande e a circulação de dinheiro nesta ilha muito reduzida.

A firma “Teófilo Ferreira Garcia” – mais tarde “e Filhos, Lda.” – constituiu novidade e trouxe mudança. Pelos hábitos que modificou, pelo movimento que gerou, pela atitude que inovou até na simples escolha de empregar indivíduos de outras ilhas, nesta desconhecidos – e então as ilhas desconheciam-se mesmo. Hoje louvar-se-ia esta atitude como inclusiva e até de alcance intercultural; naquele tempo era apenas estranha, porque estes conceitos eram inexistentes. Teófilo Ferreira Garcia foi, pois, um homem à frente do seu tempo.

“Hoje – cito um jornal – há empresários de sucesso no Faial que passaram pelo balcão do <Teófilo>”. E eu acrescento: conheci homens



de sucesso em áreas distintas que iniciaram, na juventude, a sua vida laboral nesta empresa, hoje gerida pelo seu genro Carlos Goulart.

A cidade e a ilha devem-lhe – e à sua família – o reconhecimento pelo espírito empreendedor que marcou décadas no Faial.

Por setenta e cinco anos de vida comercial e actuante, pela dinâmica que imprimiu nesta cidade e nesta ilha, pela coragem e pela persistência, pela inovação e pela longevidade, o Partido Socialista propõe, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, um Voto de Saudação à “Teófilo, SA” e que do mesmo se dê conhecimento aos seus proprietários, familiares, à Junta de Freguesia das Angústias, à Câmara de Comércio e Indústria da Horta, à Câmara Municipal da Horta e aos órgãos de Comunicação Social.

Horta, 27 de Janeiro de 2011.

**Os Deputados do Partido Socialista**, *Berto Messias, Francisco César, José San-Bento, Hernâni Jorge, Alzira Silva e Lúcio Rodrigues*.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições, creio não existirem. Assim sendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para um **Voto de Congratulação**, também do Partido Socialista, **referente aos 525 anos da elevação de Santa Cruz da Graciosa a Vila e Sede de Concelho**.

Sra. Deputada Vera Bettencourt, tem a palavra.

**Deputada Vera Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

## Voto de Congratulação

Santa Cruz da Graciosa completa, este ano, 525 anos de elevação a Vila e Sede do Concelho. Durante muitos anos, considerou-se que a Vila de Santa Cruz da Graciosa tinha recebido a sua carta de Foral no ano de 1500. Todavia, nos últimos tempos, e baseado nas Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores, de Frei Agostinho de Monte Alverne, considera-se o ano de 1486.

Desde o seu povoamento, este lugar assumiu-se como o ponto central do desenvolvimento da ilha. A verdadeira estruturação urbana desta bela vila açoriana iniciou-se a partir de 1485, quando Pedro Correia da Cunha foi designado capitão donatário de toda a ilha.

Hoje, nesta Vila situam-se os principais edifícios da Administração, os Serviços públicos do Estado e os Regionais.

Actualmente, Santa Cruz é a freguesia da Graciosa com maior número de habitantes, a sua população activa distribui-se pelas diversas actividades económicas, tais como, pesca, agro-pecuária, comércio, serviços, panificação, lacticínios, vinicultura e hotelaria.

A celebração desta data deve ser tida como uma oportunidade de homenagear todos aqueles que, ao longo destes últimos 525 anos, se empenharam através dos seus conhecimentos e trabalho no desenvolvimento do Concelho de Santa Cruz da Graciosa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 27 de Janeiro de 2011, aprove um Voto de Congratulação pelos 525 anos da

elevação de Santa Cruz da Graciosa a Vila e Sede do Concelho, saudando os seus cidadãos e seus legítimos representantes.

Mais delibera que o presente voto seja comunicado à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Assembleia Municipal e às Juntas de Freguesia da Ilha Branca.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Janeiro de 2011.

**Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Berto Messias, Hernâni Jorge, José San-Bento, Francisco César, Vera Bettencourt e José Ávila.**

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**\*Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o PSD se associa a este voto de congratulação e congratula-se também pela passagem dos 525 anos da Vila Santa Cruz da Graciosa.

Realmente, é de salientar o estoicismo de todos aqueles que contribuíram, nestes anos, para o desenvolvimento do concelho e desta vila, sabendo nós que, sendo uma das regiões isoladas do nosso arquipélago, torna-se sempre mais difícil a tarefa de promover o seu desenvolvimento e o seu progresso.

Esperamos que o desenvolvimento e o progresso da Ilha Graciosa passem pela preservação dos valores culturais e patrimoniais da nossa vila e que esse intuito de modernidade e de desenvolvimento não desfigure aquilo que tem sido construído ao longo destes últimos anos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio não existirem mais intervenções. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o voto seguinte. Trata-se de um **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, referente à **Dra. Maria Odette Fernanda Afonso de Abreu de Sousa Dourado**.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, tem a palavra.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

#### Voto de Pesar

Dra. Maria Odette Fernanda Afonso de Abreu de Sousa Dourado –  
Distinta Médica Veterinária

A distinta Médica Veterinária Dra. Odette Dourado teve uma brilhante carreira dedicada ao bem público, sempre com grande empenhamento na defesa da qualidade alimentar.

Licenciou-se na Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa, era Higienista Alimentar, com cursos de formação e estágios de pós-graduação em Higiene e Qualidade Alimentar, Tecnologia, Saúde Pública, Biotecnologia e Segurança Alimentar.

Exerceu funções com competência na Secretaria Regional do Comércio e Indústria, foi coordenadora do Serviço Regional de Recolha e

Classificação do Leite nos Açores (SERCLA), prestando um relevante serviço no sector, aumentando a qualidade do leite e a produtividade dos agricultores açorianos.

Com o cargo de Inspectora exerceu funções no Serviço de Inspeção Regional das Actividades Económicas.

Deu aulas na Escola de Novas Tecnologias do INOVA.

Prestou consultadoria em diversas empresas privadas do sector alimentar no âmbito do controlo alimentar.

Em 4 de Outubro de 2010, recebeu a Medalha de Mérito atribuída pela Ordem dos Médicos Veterinários, pelo notável percurso e desempenho na área da medicina veterinária.

Foi Presidente do Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários de 2004 a 2009. Actualmente era Presidente da Assembleia Regional da Ordem dos Veterinários.

Alcançou o respeito e o reconhecimento público pela sua competência e pela sua perene dedicação à profissão.

Era uma autonomista, sentia o Açores com convicção, teve uma actividade política activa, liderou o CDS, abandonando-o para aderir ao PPD, onde desempenhou algumas funções.

Manifestando o nosso profundo pesar pelo falecimento da Médica Veterinária Dra. Odette Dourado, e por todas as razões expressas anteriormente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um Voto de Pesar e deste voto seja dado conhecimento à respectiva família.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Janeiro de 2010.

**Os Deputados Regionais**, *Berto Messias, Francisco César, José San-Bento, Hernâni Jorge, Carlos Mendonça e Ricardo Cabral.*

**Presidente:** Está em debate o voto. Não havendo intervenções, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora a outro **Voto de Pesar**, apresentado pelo Bloco de Esquerda e referente ao falecimento do Tenente-Coronel Vítor Alves.

Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

#### Voto de Pesar

Vítor Alves, conhecido como um dos capitães de Abril que fizeram a revolução de 1974 em Portugal, nasceu em Setembro de 1935 em Mafra, onde iniciou a vida escolar, e tinha a patente de coronel desde 2001.

Em 1974, juntamente com Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço, fez parte da comissão coordenadora e executiva do Movimento das Forças Armadas (MFA), tendo redigido o programa.

Foi o responsável pelo comunicado do MFA divulgado à população no 25 de Abril.

Pertenceu ao Conselho de Revolução, do qual foi porta-voz, e foi Ministro dos II e III Governos provisórios.

Vítor Alves foi nomeado para o cargo de Ministro sem pasta em 1974, tendo exercido essas funções até 1975.

Nessa qualidade foi responsável pelas pastas da Defesa Nacional e da Comunicação Social, tendo visto aprovada, por sua iniciativa, a primeira lei de imprensa pós-25 de Abril, que vigorou até 1999. Foi também porta-voz do Governo.

Desempenhou funções de ministro da Educação e Investigação Científica em 1975 e 1976.

Em 1982, foi nomeado conselheiro do então Presidente da República, General Ramalho Eanes, ano em que passou à reserva como militar e foi extinto o Conselho da Revolução.

Foi candidato independente pelo PRD às eleições legislativas de 1985, à presidência da Câmara de Lisboa em 1986 e ao Parlamento Europeu em 1987.

Participou na fundação da Associação 25 de Abril e posteriormente no conselho de acompanhamento do Ministro da Justiça, entre 1997-2000.

Recebeu em Portugal vários louvores e condecorações, entre os quais a Medalha de Mérito Militar e a Medalha de Comportamento Exemplar de Prata.

Entre muitas outras distinções dentro e fora de Portugal, Vítor Alves recebeu a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1983.

Vítor Alves foi um dos militares mais activos para a concretização da Revolução de 25 Abril. Sempre moderado e equilibrado, foi fundamental para o êxito do golpe de Estado que fez cair o regime autocrático vigente.

Nunca se desviou dos seus princípios e, mesmo após a rendição de Marcelo Caetano, quando o general Spínola pretendeu apossar-se do

poder, foi o capitão Vítor Alves quem o avisou: “meu general, os tanques ainda aí estão na rua”. Para além de sensato foi um homem de coragem.

Citando Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, “o país perdeu um cidadão de primeira que tudo arriscou para que a democracia e a liberdade vigorassem em Portugal”.

Homens como Salgueiro Maia e Vítor Alves que, com serenidade e coragem, arriscaram a sua vida para que hoje, em liberdade, possamos estar aqui, não podem passar ao esquecimento.

Nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Alves, um dos capitães de Abril. Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família e à Associação 25 de Abril.

**O Grupo Parlamentar do BE/Açores, *Zuraida Soares e Mário Moniz.***

Muito obrigado.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

**\*Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista manifesta a sua concordância genérica com este voto. Há apenas aqui uma questão que tem a ver com uma referência, mas que eu não vou relevar. Nós concordamos com esta justa homenagem, felicitando o Bloco de Esquerda pela iniciativa.

De facto, o voto diz quase tudo sobre a questão concreta do 25 de Abril e do papel que Vítor Alves teve nesta fase, mas eu gostava só de lembrar aqui aquele que foi o papel dele e de muitos outros antes do 25 de Abril



e, sobretudo, na noite de 24 para 25 de Abril. Sinceramente, acho que nós, quando falamos destas datas, devemos ter permanentemente o cuidado de distinguir essas características. Acho que o idealismo e a coragem deles foram de facto extraordinários e nós devemos sempre, quando falamos destas datas, prestar a devida homenagem, porque ela é, também, uma homenagem à liberdade, à democracia e, sobretudo, é uma homenagem àquilo que a acção colectiva pode fazer.

Num período em que tantas críticas há, em que tantas dúvidas se levantam...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A sua intervenção caiu na penumbra!

**O Orador:** ...por via de abstenções elevadíssimas, a verdade é que esta homenagem também relembra que a acção colectiva, o idealismo e a coragem, em democracia, podem mover montanhas. Ainda há semanas vimos isso acontecer na Tunísia.

Tenho dito.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico também considera que o Capitão Vítor Alves desempenhou, de facto, um papel muito importante naquele que foi um movimento importante para restaurar a democracia em Portugal. Nós consideramos que se deve fazer justiça aos homens de Abril. E digo já, antecipadamente, que vou votar favoravelmente este voto de pesar.

Vou votá-lo favoravelmente, mas tenho de vos assinalar uma discordância em relação à referência que é feita quanto ao General Spínola. Considero que devemos fazer justiça às pessoas que tiveram um papel importante na restauração da democracia portuguesa, mas não o

podemos fazer em detrimento de outras personalidades que tiveram, ao longo deste período revolucionário de 1974 a 1976, um outro posicionamento ideológico. Tiveram um outro posicionamento ideológico, mas também tiveram um papel importante nesses acontecimentos.

Considero que esta referência em relação a um pretensão objectivo do General Spínola de tomar o poder não é correcta.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É um facto histórico, Sr. Deputado!

**O Orador:** Aliás, o que considero é que o General Spínola teve um papel importante no combate aos extremistas, à tentativa de tomada de poder por parte da extrema-esquerda, a partir do 25 de Abril de 1974.

**Deputado Francisco César (PS):** É um preço revolucionário!

**O Orador:** O General Spínola teve um papel importante no sentido de impedir que este país se transformasse num país dominado pela extrema-esquerda portuguesa, depois do 25 de Abril. Portanto, nesse sentido...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Faça um voto, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...obviamente que, usando aquela que é a perspectiva do PPM em relação à análise do processo histórico, queremos ser tolerantes, temos de o ser, temos de aceitar as diferenças, mas não posso de forma nenhuma deixar passar em claro que não podemos privilegiar uma determinada visão da história em detrimento de outra, condenando personalidades que tiveram um papel importante no combate à tentativa – essa sim, verdadeira e verídica – de tomada de poder por parte da extrema-esquerda portuguesa.

Portanto, o que teria sucedido a partir desse episódio histórico teria sido o fim da ditadura salazarista, mas também a criação de uma outra

ditadura em Portugal, uma ditadura em que o país estaria submetido a forças políticas de extrema-esquerda.

Muito obrigado.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Isso é ficção política!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**\*Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dizer que a Representação Parlamentar do PCP apoia inequivocamente este voto proposto pelo Bloco de Esquerda, e lamentar profundamente a intervenção, a propósito do voto, do Deputado Paulo Estêvão, que é de facto uma intervenção com um cariz “fascistóide” lamentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, peço a palavra para a defesa da honra.

**Presidente:** Tem três minutos, Sr. Deputado.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Deputado Aníbal Pires:

A sua visão da história não pode ser uma visão maniqueísta, em que de facto não tem uma neutralidade, uma observação isenta.

O que lhe estou a dizer é uma posição que não tem nada a ver com o fascismo. Acabei de condenar o fascismo, mas também condeno a tentativa de tomada de poder do Partido Comunista a partir de 1974. Não teria sido uma democracia o que teria sido instaurado em Portugal, depois de 1974, se o Partido Comunista tivesse tomado o poder! Tenho de lhe dizer isto, tenho de lho dizer, com todo o respeito que tenho por si!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor tem de ter respeito é pela memória dos mortos, é disso que se trata! Tenha respeito!

**O Orador:** Mas a visão da história que eu tenho não é essa! Eu defendo a restauração da democracia portuguesa, defendo o fim do regime salazarista, mas edificando aquilo que veio. Graças à intervenção de muita gente moderada, o que se veio a construir foi um regime democrático em Portugal, e não a substituição da democracia salazarista pela ditadura comunista!

**Deputado Mário Moniz (BE):** Democracia salazarista!

**O Orador:** Isso teria significado que Portugal teria entrado no Pacto de Varsóvia e ter-se-ia tornado num satélite da União Soviética. Isso teria significado a falta de liberdade das populações portuguesas, que continuaria a existir, como existiu, ao longo das décadas de 70, 80 e 90, na União Soviética.

Quero dizer-lhe que combater o fascismo foi sempre algo que o Partido Popular Monárquico fez, ainda durante a vigência do regime, mas também combatemos a tentativa de hegemonia política, em Portugal, do Partido Comunista!

**Deputados Aníbal Pires (PCP) e Mário Moniz (BE):** Mas o que tem isso a ver com o voto?

**Presidente:** Faço um apelo à serenidade. A democracia é assim mesmo, mas com serenidade.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, querendo, tem três minutos.

**\*Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é lamentável a figura que o senhor está a fazer, a propósito da memória de um homem que foi determinante no 25 de Abril, no Movimento das Forças Armadas.

Que o senhor tenha aproveitado este momento, em que esta câmara está a lamentar a sua morte e a aprovar um voto de pesar, que o senhor tenha utilizado essa oportunidade para fazer mais um número de circo, lamento-o profundamente! Lamento profundamente que o senhor tenha utilizado a memória de um homem bom para fazer mais um número de circo!

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Relativamente à questão do PPM, quero dizer-lhe o seguinte: o que aconteceu antes do 25 de Abril foi que alguns monárquicos se aliaram, nomeadamente, ao PCP na clandestinidade, para lutar contra o fascismo, não foi o PPM!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo, faça o favor.

**\*Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto do Bloco de Esquerda, reconhecendo que, de facto, o 25 de Abril desperta paixões.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ainda bem!

**Deputados Francisco César e Ricardo Cabral (PS):** E por muitos mais anos!

**O Orador:** Passados trinta e muitos anos, o 25 de Abril continua a despertar paixões.

**Deputado José San-Bento (PS):** Felizmente!

**Deputado Francisco César (PS):** Há trinta e quantos anos!

**O Orador:** Deixem-me fazer umas contas de cabeça mas, neste momento, deve ser.

Acontece que Vítor Alves foi um homem moderado e contribuiu de uma maneira decisiva num processo extraordinariamente conturbado e apaixonado, também, na altura, que era a instauração da democracia em Portugal. Teve o bom senso e a moderação para, em situações extraordinariamente difíceis, conseguir que todo o processo pudesse decorrer de uma maneira o menos dramática possível.

Neste sentido, o PSD associa-se a este voto e lamenta também a sua morte.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais intervenções.

Assim sendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para um **Voto de Pesar**, apresentado pelo Partido Socialista, **referente à pessoa do Sr. Viriato Madeira.**

Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

**Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 15 de Janeiro o ribeiragrandense Viriato Hermínio da Costa Madeira, Presidente da Direcção dos Bombeiros da Ribeira Grande.

Viriato Madeira, nascido na freguesia da Conceição da cidade da Ribeira Grande, era funcionário aposentado da Sata Air Açores, empresa onde desenvolveu toda a sua actividade profissional, tendo exercido no final da sua carreira a função de Supervisor de Tráfego Aéreo.

Para além do seu profissionalismo exemplar reconhecido pelos seus superiores hierárquicos, os seus pares sempre o reconheceram defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores, razão pela qual o elegeram para os cargos de membro da Direcção da Comissão de Trabalhadores da empresa e para delegado sindical da mesma.

Este ribeiragrandense, que amava a sua terra, pertenceu ao “Círculo de Amigos da Ribeira Grande”, colectividade que, nos finais dos anos sessenta e início dos anos setenta do século XX, desenvolveu um diversificado conjunto de actividades culturais na então Vila Cidade, que contribuiu para reunir muitos ribeiragrandenses à volta de um espírito empreendedor e de desenvolvimento que levaram à elevação da categoria de cidade daquela vila.

Viriato Madeira, após o 25 de Abril, é convidado a integrar a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ribeira Grande, presidida pelo então estimado amigo Dr. Sampaio Rodrigues, tendo voltado mais tarde, em 1998, à Câmara Municipal para exercer durante um mandato o lugar de vereador.

O seu apego às causas públicas levou-o assumir a Presidência da Direcção dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande em 2001, cargo que exerceu até à sua morte. Com o seu empenho e da sua equipa durante os seus mandatos, conseguiu pôr de pé um dos melhores e mais bem apetrechados quartéis de Bombeiros do país e conseguiu ver o

início da 2.<sup>a</sup> fase das obras, as quais incluem a primeira piscina coberta da cidade nortenha.

Para além dos aspectos estruturais, conseguiu manter um corpo de bombeiros voluntários altamente especializado, que têm alcançado, quer no País quer no estrangeiro, as mais elevadas distinções nos diversos Concursos de Manobras em que têm participado.

Viriato Madeira será recordado por todos aqueles que partilharam com ele a sua passagem por esta vida, pela sua frontalidade, pelo seu empenho às causas públicas, pelo seu exemplo de cidadania, bem como pelo seu gosto pela língua portuguesa, quer através do seu exemplar uso, assim como pelo seu prazer pela leitura.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no dia 27 de Janeiro de 2011, a aprovação de um voto de pesar por esta tão irremediável perda e que sejam manifestadas as mais sentidas condolências à sua esposa, aos seus filhos e à Associação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Horta, 27 de Janeiro de 2011.

**Os Deputados,** *Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, Hernâni Jorge, José Rego e Catarina Furtado.*

Disse.

**Deputado Berto Messias (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

**\*Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto de pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre o falecimento de Viriato Madeira. Era um cidadão empenhado e um lutador indefectível por aquilo em que acreditava. Admirado e respeitado pela sua postura, envolveu-se civicamente com contributos para a comunidade, fazendo parte designadamente do “Círculo de Amigos da Ribeira Grande” e da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ribeira Grande a seguir ao 25 de Abril.

Mais tarde, tive a satisfação de testemunhar o seu contributo como vereador, com o seu espírito esclarecido e determinado na busca das melhorias das condições de vida para o Concelho da Ribeira Grande. Esteve à frente da direcção dos Bombeiros Voluntários e, no seu mandato, foi inaugurado o novo quartel de Bombeiros. Com elevado sentido de cidadania, este prestante cidadão ribeiragrandense tinha uma desvelada satisfação pela escrita e era um crítico literário exímio.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor deste voto de pesar.

**Presidente:** Creio não existirem mais inscrições. Assim sendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o **Voto** seguinte, também **de Pesar**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e **referente à Morte de Augusto Cândido de Serpa Capaz.**

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

### Voto de Pesar

#### Pela Morte de Augusto Cândido de Serpa Capaz

Porque é na preservação de memórias que se identificam e afirmam tanto as organizações como as pessoas que, de uma forma desinteressada, prestam serviço à comunidade, dar sangue é um contributo nobre, de solidariedade, disponibilidade e humanismo. Ser dador de sangue é ter presente todos estes conceitos, é o caso do Faialense Augusto Cândido de Serpa Capaz, considerado pela Associação de Dadores de Sangue em Portugal “uma das grandes lendas da dádiva de sangue no nosso país”.

Nasceu a 7 de Janeiro de 1938 na freguesia da Conceição, cidade da Horta. A sua primeira dádiva aconteceu no dia 7 de Janeiro de 1955, dia do seu 17º aniversário, tendo contabilizado o impressionante número de dádivas de 251, não tendo sido contabilizadas as que realizou quando prestava serviço militar.

Distinguido em 1993 pela FAS – Federação das Associações de Dadores de Sangue de Portugal com a gota de cristal, com as medalhas de cobre, prata e ouro pela Secretaria Regional da Saúde, com o Diploma de Benemérito pela Câmara Municipal da Horta e Diploma de Mérito pela Assembleia de Freguesia de Castelo Branco, o seu maior orgulho era a declaração do serviço de sangue do Hospital da Horta, atestando que prestou naquele serviço 251 dádivas de sangue, a par dos seus seis filhos, todos eles dadores de sangue.

A sua vida não podia ser salva com sangue, mas certamente muitas pessoas que o receberam não o esquecem, perpetuando a sua memória.

A morte levou-o no dia 11 de Novembro de 2010. Ficando para sempre entre nós como o primeiro dador nacional e um dos primeiros a nível mundial.

As suas dádivas e o seu exemplo fundam o presente Voto de Pesar pela sua morte. Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem a aprovação deste Voto de Pesar pelo Falecimento de Augusto Cândido de Serpa Capaz, e que deste seja dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia da Conceição, à Junta de Freguesia de Castelo Branco, ao Hospital da Horta, à Federação das Associações de Dadores de Sangue de Portugal e aos órgãos de comunicação social.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Janeiro de 2011.

**Os Deputados Regionais**, *Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, Hernâni Jorge, Lúcio Rodrigues e Alzira Silva.*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

**\*Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o PSD se associa a este voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cândido Capaz.

Cândido Capaz era um homem simples, mas um homem com uma alma grande, um homem solidário, um homem com uma dimensão altruísta merecedora de registo. Um homem que, efectivamente, se destacou pelo facto e pelo número de vezes que doou sangue. Começou cedo a fazê-lo e fê-lo, pelo menos de forma registada, 251 vezes. É, de facto, um marco

merecedor de registo. Era o maior dador de sangue a nível nacional e um dos maiores a nível mundial.

Cândido Capaz, para além de dar sangue, era um homem que incentivava os outros a fazê-lo. Como prova disso, incentivou os seus próprios filhos, os seus seis filhos, a fazê-lo. E, como dar sangue é dar vida, esta dimensão do Sr. Cândido Capaz é, de facto, merecedora do nosso aplauso e merecedora do nosso registo.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Seguem-se agora, porque só agora foi possível fotocopiá-los, ainda dois **Votos** do Partido Socialista, o primeiro **de Saudação pela passagem do 25.º aniversário da reabertura da Sede da Diocese de Angra.**

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

**Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

#### Voto de Saudação

Passagem do 25.º aniversário da reabertura da Diocese de Angra

A Diocese de Angra foi criada em 1534 e a Sé instalada na pequena Igreja de São Salvador, sobre a qual pouco se conhece.

Em 1536, o Bispo coadjuvado pela Câmara da Novel Cidade lembraram o Rei do seu compromisso de ali instalar a Diocese, o que não veio a acontecer.

Em 1557, a Câmara da Cidade renovou o pedido e, em 1568, foi finalmente tomada a decisão de se construir a nova Sé, vindo do reino o arquitecto Luís Gonçalves, que elaborou o projecto, o qual foi sucessivamente adaptado. Em 1570 lançou-se a primeira pedra e a sua construção demoraria 48 anos. Em redor de toda a construção existiu sempre um amplo adro.

A Sé de Angra foi profundamente danificada pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980 e posteriormente destruída por um incêndio na madrugada de 25 de Setembro de 1983. Nessas duas catástrofes perdeu-se um enorme espólio artístico, principalmente de decoração barroca, mas foi possível reedificar o templo, que manteve a sua imponência e continua a ser o centro religioso dos Açores e um importante centro cívico da cidade. Os seus sinos e o seu relógio marcavam a vida dos angrenses. Em 11 de Junho de 1980 foi classificada como monumento regional.

A 3 de Novembro de 1985, a Sé de Angra é reaberta ao culto e dedicado o novo altar pelo patriarca de Lisboa. Para assinalar e registar os 25 anos da reabertura da Catedral após o sismo de 1980, o Conselho Paroquial decidiu dotar as torres sineiras de 25 sinos, assim distribuídos: 2 sinos na torre central do relógio, 4 sinos para o culto na torre nascente e 19 sinos novos para a torre poente. Nos 19 novos sinos estão cunhados os brasões de armas e legendas de cada um dos concelhos dos Açores, que formaram a Diocese de Angra. Estreado no Natal passado, o primeiro carrilhão da cidade de Angra é a expressão de todas as parcelas da Diocese. O instrumento é comandado por um teclado instalado no coro

alto da Sé, permitindo que o organista toque no grande órgão de tubos para dentro do templo e também dê concertos no carrilhão para o exterior.

A 7 de Novembro de 2010, promovido pelo Coro da Sé, realizou-se na Sé de Angra um concerto para comemorar os 25 anos da reabertura da Catedral após o terramoto de 1980. Neste concerto foram divulgados trechos de autores portugueses, depositados no arquivo musical da Sé de Angra, bem como uma peça inédita de Antero Ávila. Destacam-se as peças *Tuam ipsius animam*, de Pedro Machado de Alcântara (terceirense, aluno da Clastra da Sé, nos finais do século XIX), *Qui Lazarum resuscitasti*, de Mateus Pereira de Lacerda (mestre-capela da Sé de Angra, no fim do século XVIII) e *Mãe do Céu*, de Tomás Borba e *Stabat Mater*, de António José Soares.

Aquando da reabertura e bênção da Sé Catedral de Angra, na sua homilia, o cardeal-patriarca de Lisboa D. António Ribeiro dizia em saudação à igreja dos Açores que, cito, “*prova e símbolo deste zelo Evangélico e dessa determinação da vontade é a Catedral renovada, hoje, solenemente reaberta ao culto. Vencida a destruição do terramoto e do fogo, eis que ela de novo se apresenta – nem sei se mais bela do que outrora – qual ponto obrigatório de referência de toda a vida cristã nas ilhas dos Açores. Honra, pois, a vós que acreditastes na palavra do Evangelho, por isso, sois raça eleita, sacerdócio de reis, nação santa, povo que Deus fez seu, a fim de proclamardes as suas maravilhas*”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa, reunida em sessão plenária no período legislativo de Janeiro de 2011, a aprovação deste Voto de Saudação pela passagem do 25º aniversário da

reabertura da Sé Catedral de Angra, símbolo máximo da unificação religiosa cristã do povo açoriano, baluarte do culto religioso e fundamental ao espírito cristão que une o povo dos Açores.

Do presente Voto de Saudação seja dado conhecimento a Sua Excelência Reverendíssima D. António Sousa Braga, Bispo de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Janeiro de 2011.

**Os Deputados Regionais**, *Berto Messias, José Lima, António Parreira, Domingos Cunha e Francisco César.*

Disse.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Carla Bretão, tem a palavra.

**\*Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se, com certeza, a este voto.

Destacamos, no entanto, e saudamos todo o trabalho e empenho de todos aqueles que contribuíram para a reconstrução daquele edifício, após tantas tragédias, a conjugação de tantos acontecimentos, desde o sismo de 1980 à queda de uma das torres e ao incêndio que deflagrou em 1983. São tragédias a mais para um único monumento. Por isso, todos aqueles que contribuíram para a reconstrução daquele que é um marco de referência na vida dos açorianos têm de ser saudados e lembrados.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Na altura, o primeiro pensamento foi de angústia, angústia pela lembrança de que não mais poderíamos ver a Sé Catedral. Não foi

assim. E, por isso mesmo, comemora-se os 25 anos da sua reabertura. Por isso mesmo, é de saudar tal efeméride.

Obrigada.

**Presidente:** Creio não existirem mais inscrições. Assim sendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para um **Voto de Congratulação** do Partido Socialista, relativo aos **30 Anos da Academia das Artes dos Açores**.

Sr. Deputado Alexandre Pascoal, tem a palavra.

**Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Congratulação

#### 30 Anos – Academia das Artes dos Açores

A Academia das Artes dos Açores foi fundada a 5 de Agosto de 1980, então com o nome de Academia Livre das Artes, tendo a sua denominação sido alterada em revisão estatutária realizada em 1995. Em 1989 foi considerada, pelo Governo Regional dos Açores, como pessoa colectiva de utilidade pública.

Desde 1981 desenvolve a sua actividade no espaço da antiga Igreja de Nossa Senhora da Graça, junto ao Largo de Camões, em Ponta Delgada. Este imóvel, pertença da Região Autónoma, é parte integrante do antigo convento seiscentista da Ordem de Santo Agostinho e é actualmente



ocupado, para além da Academia das Artes, pelo Conservatório Regional de Ponta Delgada.

O processo de cedência do espaço da Igreja conventual à Academia das Artes dos Açores foi autorizado por via da intervenção apaixonada de Luísa Constantina – a sua fundadora, junto do Governo Regional.

No decorrer destas 3 décadas foram inúmeras as obras de adaptação, remodelação e beneficiação realizadas, neste espaço, com o intuito de aumentar a sua funcionalidade.

Mais recentemente, em 2001, a Academia das Artes viu a sua área de gestão ampliada, através da cedência de mais cinco salas, pela transferência da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada para as novas instalações, o que veio permitir a melhoria da oferta e das condições dos ateliers desenvolvidos, nomeadamente, de Gravura, de Artesanato, de Pintura e de Teatro.

A Academia, como é popularmente conhecida, é uma associação sem fins lucrativos que, desde a sua criação, teve e tem como propósitos: o ensino, a formação, a promoção e a divulgação das Artes Plásticas, do Artesanato, do Património, das Artes de Palco, entre outras manifestações de índole cultural.

A ambição de fundir as tradições locais, artísticas e artesanais com a contemporaneidade foram fundamentos que estiveram na origem da Academia das Artes dos Açores e foram amplamente defendidos pela sua mentora – a artista Luísa Constantina.

Em Novembro passado, na sessão comemorativa do 30º aniversário da Academia das Artes, foi lançado – *Um Pacto com as Artes* – um livro da autoria da Professora Leonor Sampaio que é, nas palavras de Vítor dos Reis, «(...) uma viagem por trinta anos de vida de uma instituição e (...)»

um olhar sobre a obra e a personalidade da sua fundadora (...)». Este é um registo que conta a «(...) história de uma instituição fundamental da cidade de Ponta Delgada e do arquipélago dos Açores», mas é, simultaneamente, «(...) uma análise da arte, do ensino artístico e da cultura no período a que se reporta». E através do qual verificamos que o papel desta instituição «(...) contribuiu decisivamente para a construção e afirmação dessa contemporaneidade». Aliás, o documento produzido por Leonor Sampaio é um contributo fundamental para “compreender o presente”.

A Academia já não é o ‘único’ espaço de intervenção artística e criativa no arquipélago, mas não deixou de constituir-se, para os artistas locais, como um espaço de referência e um “porto de abrigo”. Aliás, na génese da sua fundação esteve o despertar da comunidade local para as Artes. Passados 30 anos este desígnio cumpriu-se em parte, subsistindo outros por concretizar, sendo que os seus pressupostos iniciais mantêm-se actuais.

A maioria dos artistas plásticos que são hoje referência nos Açores passaram pela galeria da Academia das Artes quer como artistas, quer como formadores e, muitos, como dirigentes.

Nestes 30 anos têm sido muitos os artistas acolhidos, entre locais e nacionais, consagrados e amadores, pela Academia, gerida de forma irrepreensível, sobretudo, pelo carácter voluntário e gracioso por quem tem estado à frente dos destinos da instituição.

Pelo contributo, pelo inconformismo e pela importância no ensino e na divulgação cultural nos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que esta Assembleia Legislativa Regional aprove um voto de congratulação

pelo 30º Aniversário da Academia das Artes dos Açores e dele dê conhecimento à sua Direcção.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 27 Janeiro de 2011.

**Os Deputados Regionais**, *Berto Messias, Alexandre Pascoal e Francisco César*.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

**\*Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também vai votar a favor deste Voto de Congratulação, pois o papel determinante da Academia das Artes dos Açores no panorama cultural da região tem registado intervenções artísticas de grande notoriedade, dentro e fora do arquipélago.

O contributo da Academia das Artes dos Açores nestes trinta anos de actividade é considerado uma forte mais valia para a formação e divulgação de várias manifestações culturais no meio cultural da região. A escultora Luísa Constantino da Costa Gomes e Abreu sempre acalentou um sonho e a sua concretização tornou-se uma realidade na afirmação da cultura açoriana contemporânea, tendo já acolhido vários nomes de artistas açorianos consagrados.

Esta comemoração dos trinta anos da fundação da Academia das Artes dos Açores merece o reconhecimento público. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD saúda e associa-se com satisfação a este voto apresentado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Assim sendo, passamos para o ponto seguinte da nossa agenda, no PTAP, declarações políticas.

Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Este ano que começa anuncia-se como um dos mais duros e difíceis para os portugueses, quer estes vivam no território continental, quer vivam nas Regiões Autónomas.

Sente-se já, e agravadamente sentir-se-á ainda mais nos meses que temos pela frente, a inteira amplitude do impacto das medidas tomadas pelo Governo de José Sócrates. O catálogo das barbaridades cometidas sobre os portugueses e os seus rendimentos é já impressionante:

Começando pelo verdadeiro roubo nos salários dos trabalhadores da administração pública, passando pelo rasgar do compromisso assinado sobre o aumento do salário mínimo, depois o congelamento de pensões e da redução e limitação de acesso a prestações sociais, afectando gravemente reformados, estudantes, desempregados, doentes crónicos, portadores de deficiência, famílias em situação de exclusão social – em suma, os mais desprotegidos dos portugueses. Mas passando ainda pelo brutal, cego e injusto aumento dos impostos e o decorrente aumento do custo de vida, os preços do pão, dos transportes, da electricidade e combustíveis, das taxas do Estado, entre outros, a par de outras e muitas medidas recessivas.

Medidas que, para além de constituírem uma dramática degradação das condições de vida dos portugueses, de aumento das desigualdades e da pobreza, tiveram, tinham mesmo de ter, mais um resultado inquietante: o monstruoso aumento do desemprego para níveis históricos, aproximando-se já o número assustador de 800 mil portugueses que são privados do direito básico e elementar ao trabalho...

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor não fala dos Açores.

**O Orador:** ...à realização pessoal, à remuneração, garante da dignidade e da sobrevivência.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, este sinistro cortejo de medidas parece que ainda vai no adro. Somos diariamente bombardeados por uma permanente e intensa campanha destinada a fazer com que os portugueses aceitem a falsa inevitabilidade da entrada em cena do Fundo Monetário Internacional, com o seu conhecido ónus de exploração e inaceitáveis imposições. E continua intenso o ataque aos trabalhadores, aos seus direitos e às suas organizações representativas, de formas cada vez mais elaboradas e acutilantes.

Surge agora a chamada “Iniciativa para a Competitividade e para o Emprego” que, a coberto do nome pomposo e sonante, pretende, nada mais, nada menos, do que tornar mais fáceis e baratos os despedimentos, através da criação de um fundo. Claro que as empresas já anunciaram que irão fazer reflectir nos salários dos trabalhadores o custo das contribuições para este fundo. E, assim, acabamos por ter a situação paradoxal de ter os trabalhadores a financiarem o seu próprio despedimento! Depois do “emprega-te a ti mesmo”, chegamos agora ao: “indemniza-te a ti mesmo”!

José Sócrates avança assim, calmamente, para a ruptura completa das bases do contrato social em que assenta o nosso regime democrático, aplicando uma política que é monstruosa no plano dos valores humanos, atrabiliária no campo jurídico e absolutamente suicidária do ponto de vista do crescimento económico e do desenvolvimento de que o país precisa!

Esta política avança agora de forma ainda mais tranquila, pois assistimos, no passado Domingo, à reeleição daquele que tem sido o mais firme defensor da política de direita e do ataque aos trabalhadores neste país.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O PCP Açores apresentou neste Parlamento, no passado mês de Outubro, uma proposta de Resolução para que esta Assembleia se pronunciasse, por sua própria iniciativa, sobre os cortes salariais e outras medidas previstas no Orçamento de Estado, tendo em conta, nomeadamente, os severos impactos que teriam – e que agora comprovamos que estão a ter – sobre a nossa economia e sobre as famílias açorianas. No entanto, o PS Açores, isolado, chumbou-a. Nesse, que era o momento próprio e oportuno para fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para evitar estes cortes e estes aumentos. Nesse, que era o tempo correcto para se defender o Povo Açoriano, o PS Açores não esteve lá.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não precisou!

**O Orador:** E não esteve lá, não porque discordasse do que propúnhamos, mas apenas por causa da sua cegueira partidária. Porque

queria, a todo o custo, evitar mais embaraços a José Sócrates e ao seu Governo.

**Deputado José San-Bento (PS):** Mentira!

**O Orador:** Não esteve lá porque o PS Açores vestiu, então, a camisola partidária, colocando a sua solidariedade com José Sócrates acima dos interesses de quem o elegeu!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor está a ser injusto!

**O Orador:** Esta, acabou por ser uma posição que também deu imenso jeito ao PSD, ao PSD Açores, assim como ao nacional. Ao PSD, que esteve irmanado ao PS na ferocidade das críticas à proposta do PCP Açores, apenas faltou a coragem política para assumir que, mais do que proteger os açorianos dos cortes que agora lamentam, queriam eram sobretudo proteger a sacra aliança Sócrates–Passos Coelho e impor ao nosso povo os maiores sacrifícios de que há memória.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Isso nós não percebemos!

**O Orador:** Mas, Sras. e Srs. Deputados, parece que, apesar da vozearia que se ergueu neste Parlamento em Outubro passado, afinal, os cortes salariais sempre eram injustos, os aumentos de impostos sempre eram penalizadores, afinal o garrote forçado por Lisboa também afecta duramente os açorianos. Porque agora é o próprio Governo Regional do PS Açores que vem dar razão à crítica e ao alerta do PCP Açores.

**Deputado Francisco César (PS):** Oh, Sr. Deputado, leve a taça!

**O Orador:** Porque esse é o significado político das medidas que têm vindo a ser tomadas na Região para compensar e minimizar os efeitos das piores medidas: um reconhecimento público de que, afinal eram injustas e que têm de ser compensadas. Esta é a medida da hipocrisia

política do PS Açores: negar-se a contestar no momento certo as medidas que depois lamenta e tenta justamente minimizar!

**Deputado Berto Messias (PS):** Justamente! Isto é que é uma interpretação.

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A posição do PCP Açores é e sempre foi clara...

**Deputado João Costa (PSD):** E é sempre a mesma!

**O Orador:** ...contestamos todos os cortes e apoiamos todas as medidas que os compensem.

Estamos e estaremos ao lado de todos os que sofrem os seus efeitos e tudo faremos para, senão anulá-los, pelo menos para os minimizar. Por isso apoiamos a Remuneração Compensatória e a sua extensão aos trabalhadores da administração local.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor devia era agradecer-nos.

**O Orador:** Por isso apoiamos a não aplicação dos cortes salariais nas empresas públicas.

**Deputado Francisco César (PS):** Não temos apoiado a remuneração complementar?

**O Orador:** Por isso propusemos o aumento do Complemento Regional de Pensão. Por isso propusemos e foi aprovado em 2,1% o aumento da Remuneração Complementar. E por isso não só proporemos ainda mais medidas, como estaremos, dentro e fora deste parlamento, a dar voz a todos os que exigem um rumo diferente para o país e para os Açores.

**Deputado João Costa (PSD):** Podia ser uma voz mais baixinha.

**O Orador:** Está incomodado, Sr. Deputado?



E quero terminar fazendo soar nesta tribuna uma palavra de ordem carregada de significado e simbolismo e que iremos ouvir muitas e muitas mais vezes e com muito mais força soar nas ruas, avenidas e praças desta Região e deste país: A luta continua!

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** José Manuel Coelho para a rua!

**Deputado João Costa (PSD):** Volta, José Manuel Coelho, estás perdoado!

**Deputado José San-Bento (PS):** Ainda me lembro da primeira greve dos açorianos. Já era do meu tempo.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

**\*Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, o Partido Comunista Português parece não se lembrar que nós vivemos, provavelmente, nos últimos dois anos, a maior crise internacional desde a última Grande Depressão. De tal maneira, que a maior parte dos economistas já lhe chamam a Grande Recessão. É preciso contextualizar o papel do nosso país dentro desta recessão. É preciso dizer, e digo-lhe, que nós discordamos da interpretação que faz do apuramento dos problemas que Portugal tem.

Portugal, antes da crise internacional, vinha da maior descida do défice da história...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é falso.

**O Orador:** ...de 6,8 para 2,3, em que o engenheiro José Sócrates conseguiu reduzir o problema da despesa pública, do caos que o Partido Social Democrata e o CDS tinham deixado no país.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Entrámos na Grande Recessão em 2008 e, em todos os países na Europa e nos Estados Unidos, a solução...

**Deputado João Costa (PSD):** Isso é a chamada contabilidade criativa. Foi com o Teixeira dos Santos.

**O Orador:** ...utilizada foi de aumento da despesa pública, de intervenção no sistema financeiro...

**Deputado João Costa (PSD):** Teixeira dos Santos foi um dos melhores Ministros de Finanças da Europa.

**O Orador:** ...de forma a que as consequências, exactamente, desta crise, não fossem mais gravosas para as populações e para as empresas. Isso, nós fizemo-lo, com muito orgulho. E temos orgulho, também, em ter salvado o país, nesta altura, de um mal muito pior.

Mas entretanto, devido aos problemas que existiram na regulação do sistema financeiro, na falta de liderança na União Europeia, numa Alemanha ziguezagueante, sujeita aos condicionamentos internos e eleitorais...

**Deputado João Costa (PSD):** Pobrezinhos deles, andam a pagar a factura.

**O Orador:** ...fomos obrigados a moderar e a alterar a política de desenvolvimento. Fomos sujeitos e obrigados a um conjunto de medidas de austeridade provindas de Bruxelas. A Grécia, a Irlanda, a Espanha, a Itália, todos estes países com défices monstruosos, tal como Portugal...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Já estão a descer!

**O Orador:** ...foram países que utilizaram e tiveram esses défices à custa do aumento da despesa pública, para salvar a economia, as empresas e o emprego.

Por isso, nós temos orgulho no trabalho feito por José Sócrates nesta matéria, e sempre o dissemos.

**Deputado João Costa (PSD):** Ainda bem que o afirma!

**O Orador:** O governo de José Sócrates resistiu ao máximo...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O quê? É a maior fraude da história!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Acredita no que está a dizer?

**O Orador:** Acredito, Sr. Deputado! Acredito, porque, se tivéssemos utilizado outro tipo de políticas, como a Irlanda utilizou, no passado, estaríamos na situação em que estes países estão. E nós sempre dissemos que só aplicaríamos essas políticas de austeridade quando não tivéssemos outra hipótese para as realizar.

Por isso, não com agrado, eu saúdo a coragem de José Sócrates, o ter tido a coragem para, quando foi obrigado, baixar os salários.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Foram os senhores que criaram as dificuldades.

**O Orador:** Nos Açores, Sr. Deputado, nós sempre o dissemos – acho extraordinária a atitude do PCP de rapidamente tentar ficar na fotografia, na questão das remunerações compensatórias – e seguindo, exactamente este raciocínio de...

**Deputado João Costa (PSD):** Sabemos quem é que anda sempre atrás da fotografia!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Toma, para aprenderes!

**O Orador:** ...que, tendo a hipótese e a possibilidade de não aplicar estas medidas, devido a alguma folga que tínhamos nas contas públicas, não o faríamos.

Sr. Deputado, pouco interessa quem chegou primeiro. Nós devíamos estar preocupados com os efeitos, exactamente, destas medidas.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado, se quiser ficar na fotografia, nós de bom grado o aceitamos. Se o Bloco de Esquerda quiser ficar nessa fotografia, nós de bom grado o aceitamos. Aqui não interessa quem ficou na fotografia...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** O argumento é que não é o correcto.

**O Orador:** ...mas sim o efeito e o propósito de conseguirmos aprovar um conjunto de medidas compensatórias aos açorianos, que permitiram minorar os efeitos da crise internacional e nacional nos Açores.

Esses efeitos estão à vista, Srs. Deputados. Basta olharem para os resultados do crescimento do PIB nos Açores: em 2008, 2,8, muito acima da média nacional, muito acima da média da União Europeia; em 2009, estagnação, quando o país teve um decréscimo de 2,5, quando a Europa teve um decréscimo de 4,2.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Factos são factos!

**Deputado João Costa (PSD):** E as transferências?

**O Orador:** Srs. Deputados, nós temos orgulho da nossa actuação nesta matéria! Pena tenho que alguns dos partidos que estão nesta casa não o saúdem.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Mas que chatice para o PSD!

**O Orador:** As únicas propostas que tiveram foram no sentido de, ou diminuir impostos de uma forma injusta, ou de fazer outro tipo de propostas, que nada tinham e que em nada ajudavam os açorianos.

Tenho dito.

**Deputado Berto Messias (PS) e vozes da bancada do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco César:

V. Exa. referiu, num tom que eu diria de alguma leviandade, a questão do défice, a maior redução que se fez do défice, de 6,8 para 2,3. Esta foi a redução mais fraudulenta que se fez, em Portugal, do défice.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem! Apoiado!

**Deputado Francisco César (PS):** É preciso ter lata!

**O Orador:** E foi a redução mais fraudulenta do défice que se fez em Portugal, porque V. Exa. sabe, tão bem como eu, que o défice não era de 6,8! V. Exa. sabe, tão bem quanto eu, que a credibilidade do défice, a credibilidade desse número, foi avançada por Vítor Constâncio, o responsável pelo descalabro financeiro em Portugal, o responsável pelo caso BPN, o responsável pela falta de fiscalização à banca portuguesa!

**Deputado José Rego (PS):** O outro é que era falso!

**O Orador:** Portanto, é a credibilidade desse senhor que os senhores avançam aqui, para afirmar a redução do défice de 6,8 para 2,3!

**Deputado Francisco César (PS):** Não era? O Banco de Portugal avalizou! O Eurostat avalizou!

**O Orador:** O senhor tenta branquear uma situação, mas devia ter sido correcto, usando a sua linha de “argumentário”, sobre...

**Deputado Francisco César (PS):** E o Paulo Portas, o que é?

**O Orador:** ...se usar o fundo da PT, de quase 3 mil milhões de euros, para reduzir o défice, este ano, do engenheiro Sócrates e do Governo da República! Isso é que o senhor devia ter dito: quanto é que, para a redução...

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, vamos falar de submarinos! Fomos à PT para pagar os submarinos que os senhores adquiriram!

**Deputado João Costa (PSD):** Outra vez os submarinos do Guterres.

**O Orador:** ...contribuíram os 3 mil milhões de euros? Coisa que os senhores criticaram, há uns anos, com a Caixa Geral de Depósitos! A Caixa Geral de Depósitos, Sr. Deputado!

Depois, Sr. Deputado...

**Deputado Francisco César (PS):** E as contrapartidas dos submarinos que os senhores adquiriram?

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

**O Orador:** Os submarinos, Sr. Deputado Francisco César? Já não colam os submarinos, Sr. Deputado! Não! Os senhores – de quem o senhor é apaniguado nacional, é apaniguado dos seus camaradas nacionais – afundaram o país e não há submarino nenhum que consiga lá chegar!

**Deputado Francisco César (PS):** Pois não! Os submarinos estão avariados!

**O Orador:** Os senhores levaram isso para baixo das profundezas da plataforma atlântica e, portanto, nem de submarino se consegue ir ao fundo em que os senhores colocaram Portugal, Sr. Deputado! Agora, o que é pena é que os senhores não tenham dado execução à construção dos patrulhões para a fiscalização da Zona Económica Exclusiva.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Essa está boa!

**O Orador:** Os senhores faliram os Estaleiros de Viana do Castelo, mas foram encomendar-lhes barcos a seguir à crítica que aqui fizeram, no outro dia, sabendo que estavam falidos!

**Deputado Francisco César (PS):** Quem era o chefe de gabinete? Era um dirigente do seu partido!

**O Orador:** Portanto, Sr. Deputado, e quanto aos Açores, eu fico muito satisfeito por estarmos a crescer. Só posso ficar satisfeito por estarmos a crescer. Agora, o senhor vá perguntar ao povo dos Açores se está satisfeito com o corte que o seu partido e que o seu Primeiro-Ministro fez nos salários dos portugueses. É isso que o senhor vai perguntar: se eles estão satisfeitos com o corte que fizeram nas prestações sociais. É isso que o senhor vai esclarecer: se eles estão satisfeitos com o aumento de impostos que José Sócrates impôs aos portugueses. É isso que o senhor tinha de esclarecer aqui e que tinha de ter dito aqui, mas isso não lhe convém dizer.

Os Açores estão melhores? Fico muito satisfeito, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito bem!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, aguardo inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, vamos terminar com os apartes. Está no uso da palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo. Faça o favor, Sr. Deputado.

**\*Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Partido Comunista Português, produzida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, é a crónica de uma crise anunciada, não de agora, já anunciada há mais de um ano.

**Deputado José Rego (PS):** Desde 1997!

**O Orador:** Aliás, há um ano, era o próprio Partido Socialista, quando todos os especialistas de todos os quadrantes políticos...

**Deputado Berto Messias (PS):** É sempre a mesma cantiga!

**O Orador:** ...identificavam que o país tinha e enfrentava enormes dificuldades, nomeadamente ao nível do endividamento externo, precisamente nessa mesma altura, o Partido Socialista e José Sócrates falavam em TGV e aeroportos. Ou seja, era não ter a mínima noção da realidade, ou, então, vender banha da cobra.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, foi o PSD que assinou o contrato com a PT.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Macedo, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente.

Agora, depois do PEC 1, depois do PEC 2 e já em vigor o PEC 3, o país, liderado pelo Partido Socialista, todas as estimativas e todos os prognósticos apontam para isso, vai entrar em recessão. Antes, o PEC 1 era suficiente; depois, já não era suficiente, era preciso o PEC 2; depois, o PEC 2 já não era suficiente, era preciso o PEC 3. A questão que se coloca é a credibilidade de quem implementa as medidas que, poucos meses antes...



**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): E nos Açores?  
Fale dos Açores.

**O Orador:** Já falo dos Açores.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Por que é que o Sr. Deputado não fala nos Açores?

**O Orador:** ...eram suficientes para resolver os problemas do país. É uma questão de credibilidade.

Ao Partido Socialista fica-lhe muito bem estar honrado pela atitude da governação e pela performance da governação de José Sócrates. Ficavos bem. Nós não queríamos, nunca, ter esse orgulho.

Recordo que, nos últimos quinze anos, o Partido Socialista foi governo em Portugal treze.

**Deputado Ricardo Cabral** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** O que significa que a responsabilidade do estado actual do país é inteiramente do Partido Socialista e dos vários primeiros-ministros. Uns foram saindo do pântano, deixando o país no pântano e entrando novamente no pântano.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): É o ministro das finanças do PSD?

**O Orador:** Essa é a realidade! Nos últimos quinze anos, os socialistas foram governo treze anos.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): O Santana Lopes esteve dez anos!

**O Orador:** A responsabilidade é do Partido Socialista! Mas os socialistas são mesmo assim!

**Deputado Francisco César** (*PS*): Os socialistas são mesmo assim? Onde é que vai isso? Assim como, Sr. Deputado?

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Macedo, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Os socialistas são mesmo assim. Depois das recentes eleições na Grã-Bretanha, no Reino Unido e na Hungria, restam na Europa três países socialistas, a saber...

**Deputado José San-Bento (PS):** A Grécia, Portugal...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** A Itália vai pelo bom caminho!

**O Orador:** ...a Grécia, a Espanha e Portugal. Deixo no ar a pergunta: o que têm esses três países em comum, para além de terem governos socialistas?

Acresce o facto de se dar total razão a Margaret Thatcher.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** É uma grande teoria! Uma teoria inacreditável!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Macedo, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Acresce o facto de essa mesma teoria e essa mesma constatação corroborarem aquilo que Margaret Thatcher disse um dia: que o socialismo acaba quando acaba o dinheiro dos outros. É essa a realidade que, passados muitos anos, se confirma rigorosamente!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Grande social democrata o senhor é!

**O Orador:** O socialismo termina quando termina o dinheiro dos outros!

Relativamente aos Açores, fica-vos muito bem congratularem-se, lançarem foguetes, aparecerem na televisão, fazerem pose para a fotografia, quando nós não decrescemos tanto quanto os outros decrescem.

**Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Tradução livre!

**O Orador:** É a velha teoria de que ficamos muito contentes com a desgraça alheia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, tem a palavra.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Agora é que vai ficar tudo desgraçado!

**\*Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção, na abordagem à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, perguntando: o que diriam de um país...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Que está em super défice.

**O Orador:** ...que, em 2008, tenha tido um crescimento económico cinco vezes superior à média da União Europeia?

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

**Deputado João Costa (PSD):** Fale do desemprego!

**O Orador:** Como classificariam esse país e a sua actividade económica nesse ano?

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Isso era a Câmara de Angra.

**O Orador:** Eu pergunto-vos: se houvesse um país, ou uma região, que tivesse tido, no ano seguinte, uma actividade económica que fosse treze vezes melhor do que a média dos vinte e sete países da União Europeia...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Era a Câmara de Angra e o Angrense, também!

**O Orador:** ...no ano seguinte, o que diriam da actividade económica e da capacidade governativa desse país, ou dessa região?

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Essa comparação não é possível!

**O Orador:** É uma pergunta que vos deixo. E dou-vos a resposta...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** O senhor tem receitas garantidas, o país não tem receitas garantidas.

**O Orador:** ... esse mesmo país ou essa mesma região é a região que tem uma líder da oposição que diz que o que interessa não são montantes de investimento, o que interessa não é anunciar milhões, mas sim o processo de convergência com a União Europeia.

**Deputado António Marinho (PSD):** O que interessa são os resultados. A economia dos Açores decresceu em 2009, é isso o que o senhor tem de assumir!

**O Orador:** Que dizia, ainda há poucos meses, quando estávamos a discutir o Plano e Orçamento para 2011, que o demérito...

**Deputado João Costa (PSD):** Já cá faltava!

**O Orador:** Repito: a líder do PSD Açores apontava unicamente como o demérito das opções estratégicas incluídas no Plano e Orçamento para 2011 o facto puro e simples, segundo as palavras dela, e cito, “de que os Açores estavam apenas a sessenta e poucos por cento da média da União Europeia”. Passados dois meses, os dados oficiais vieram desmentir totalmente esta mentira e vieram confirmar que a argumentação da líder da oposição não tinha qualquer sustentabilidade.

Vamos agora aos factos, vamos agora aos números: em 2008...

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor seja sério, não vá para a desonestidade. Os dados da altura eram sessenta e poucos por cento. Não vá para a desonestidade habitual!

**O Orador:** Em 2008, os Açores...

**Deputado António Marinho (PSD):** Seja sério e não seja desonesto! Seja honesto!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Em 2008...

**Deputado António Marinho (PSD):** Mentira e desonestidade, não!

**O Orador:** Quando o Sr. Deputado António Marinho estiver mais calmo...

**Deputado António Marinho (PSD):** Mentira e desonestidade é que não! Quando deixar de ser desonesto pode continuar.

**Presidente:** Pode continuar, Sr. Vice-Presidente.

**O Orador:** Eu continuar, quero, mas o Sr. Deputado não deixa.

**Presidente:** Faça o favor de continuar.

**Deputado António Marinho (PSD):** Quando deixar de ser desonesto pode continuar à vontade.

**O Orador:** Eu espero que o tempo seja descontado, obviamente.

Vamos aos factos, factos são factos.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** A interpretação é que é diferente.

**O Orador:** Em 2008, os Açores cresceram 2,8%, quando o PSD anunciava que já estávamos em decréscimo de actividade económica.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Explique quando e quanto.

**O Orador:** Na União Europeia, os vinte e sete países, no mesmo ano, cresceram apenas 0,5%; o país cresceu zero. Ou seja, em 2008, ano em que o PSD já identificava uma grande regressão da actividade económica, nós crescemos, pura e simplesmente, cinco vezes mais do que a média dos vinte e sete países da União Europeia. Com certeza que o mérito não é nosso, o demérito é apenas dos outros.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**Deputado João Costa** (*PSD*): Quer dizer então que não podiam estar melhor, nunca estiveram tão bem.

**O Orador:** Em 2009, no ano de grande incidência da crise financeira internacional, apesar de tudo, os Açores foram, em termos nominais, a única região do país em que o PIB cresceu e, em termos de variação real, teve uma variação negativa de 0,3%, ou seja, manteve sensivelmente idêntico o nível de actividade económica.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): Baixou 0,3%; diga isso mais uma vez! A taxa é -0,3%.

**O Orador:** E a União Europeia – os tais exemplos dos vinte e sete países que o Sr. Deputado Jorge Macedo citou – decresceu 4,2%. Ou seja, os países que o Sr. Deputado Jorge Macedo considera como referência tiveram, no seu conjunto, uma redução da sua actividade económica, em 2009, de 4,2%.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Os países não socialistas.

**O Orador:** Nós, pobre região, tivemos apenas uma variação de 0,3%, ou seja, um resultado, em termos de crescimento de variação económica, treze vezes superior à média dos vinte e sete países que o senhor citou.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** A região tem receitas garantidas!

**O Orador:** Factos são factos, é esta a realidade! E, por falar em convergência...

**Deputado João Costa (PSD):** É essa a realidade? Não me faça rir! Nunca vi tanta imaginação!

**O Orador:** ...e, por falar em resultados, é bom lembrar e pela série de 2006 – portanto, estamos a falar exactamente dos mesmos dados –, em 2007, apenas há dois anos, nós, Açores, tínhamos um nível de produção e de actividade económica que era 71% da média da União Europeia. Nos últimos dois anos, nesses tais dois anos em que os senhores dizem o que dizem sobre a actividade da região e sobre a eficácia das nossas medidas...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** São os açorianos que dizem!

**O Orador:** ...nós crescemos mais seis pontos percentuais do que a média dos vinte e sete países da União Europeia, que o Sr. Deputado Jorge Macedo citou como exemplo. Portanto, factos são factos; resultados são resultados.

Por isso, conseguimos, conforme demonstrámos e conforme tínhamos anunciado, primeiro, que a crise económica internacional chegasse efectivamente mais tarde aos Açores; e segundo, que os seus efeitos na região fossem consideravelmente inferiores àqueles que foram no resto da Europa e no país. Isso, obviamente, só se pode atribuir ao mérito das medidas específicas de minimização desta conjuntura internacional tomadas pelo Governo Regional.

**Deputado António Marinho (PSD):** Grande mérito!

**O Orador:** E, se não queremos apenas incidir sobre a actividade económica, mas também sobre o rendimento disponível das famílias, os

dados efectivos do último ano, conhecidos recentemente pelo INE, demonstram que o rendimento disponível das famílias cresceu 7,8% no último ano, atingindo já 100% da média nacional.

**Deputado António Marinho (PSD):** Acho interessante que o mérito foi a região ter baixado 0,3% e aumentado o desemprego!

**O Orador:** Factos são factos, é esta a nossa realidade.

Para concluir, tenho pena de que, perante estes resultados...

**Deputado António Marinho (PSD):** Nós aceitamos sempre os resultados!

**O Orador:** ...perante a falácia total de toda a argumentação construída pelo PSD, nomeadamente no que concerne à exigência de resultados comparativos e à demonstração prática da eficácia das medidas que nós aplicámos para conseguir minimizar os efeitos desse impacto, o PSD tenha deixado de falar dos Açores, passando a falar na Irlanda e em toda a Europa, esquecendo-se da realidade regional. Ou seja, quando os Açores estão bem, o que interessa é falar da Europa e esquecer os Açores. É esse o resultado da vossa intervenção.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires, para encerrar o debate. Tem um minuto, Sr. Deputado.

**\*Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional que é evidente que me satisfazem os indicadores económicos e o



crescimento que tiveram. Mas a verdade é esta, quer dizer, este crescimento económico não impediu, e nós temos chamado a atenção para isso, o aumento do desemprego, não impediu o aprofundamento das desigualdades, nem o aumento da pobreza e da exclusão. E esses equilíbrios é fundamental que se façam.

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Macedo, agradeço-lhe também a vinda ao debate e espero sinceramente que não tenha ficado com nenhum problema na coluna vertebral, visto o contorcionismo que fez para se tentar descolar das responsabilidades que o PSD tem na situação que Portugal está a viver actualmente. O PSD tem tanta responsabilidade como tem este PS.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E o PCP?

**O Orador:** A crise, a crónica da crise anunciada, não tem um ano, não tem dois, tem muito mais!

**Deputado João Costa (PSD):** Se não fosse o senhor a dizer isso, ninguém sabia.

**O Orador:** A crise começa quando V. Exas. começaram a destruir o aparelho produtivo nacional e quando se percebe que Portugal deixou de produzir riqueza.

**Deputado João Costa (PSD):** Isso já não é *blu-ray*, voltou à cassete!

**O Orador:** Meu caro amigo e Deputado Jorge Macedo, espero que não tenha ficado com nenhum problema de coluna, porque de facto os senhores têm essa responsabilidade.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à vinda do Deputado Artur Lima ao debate, agradeço-lhe o esclarecimento do facto relativamente à questão do défice. De facto, um défice que, antes das eleições legislativas de 2005,

tinha um valor controlado, residual, após a vitória de José Sócrates e das eleições disparou! É evidente que toda a gente percebe que isso foi apenas uma situação para colocar o Partido Socialista, ou melhor, José Sócrates, no poder! Toda a gente percebeu isso e, portanto, Sr. Deputado Francisco César, estamos entendidos.

**Deputado João Costa (PSD):** Pelo Presidente que o senhor apoiou. Boa confissão, fica-lhe bem essa confissão!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Muito obrigado, vou já terminar, Sr. Presidente.

Ainda quanto ao défice, é evidente que ele se agrava por responsabilidade imediata e pelas opções que fizeram, que José Sócrates fez, nomeadamente na injeção no sector financeiro, sim senhor, no qual...

**Deputado Francisco César (PS):** E o investimento público, Sr. Deputado!

**O Orador:** E o investimento público, também, certamente. ...nomeadamente, o caso do BPN é paradigma.

**Deputado Francisco César (PS):** BPN é para ali!

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco César, deixe-me dizer-lhe o seguinte: não são os zigzagues da União Europeia, não é a falta de liderança, é a falência daquele modelo. Isso, sim!

Depois, Sr. Deputado Francisco César, para terminar e para não estar a abusar do Sr. Presidente da Assembleia, queria dizer-lhe o seguinte: o problema não é o ficar no retrato. O problema é este: o PCP, em Outubro, alertou para esta situação.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, leve a taça!

**O Orador:** Não levo a taça, Sr. Deputado!

O PCP alertou para este problema; o PCP tem apoiado todas as medidas; vai apoiar, quer a que alarga a remuneração compensatória aos trabalhadores da administração local, quer a medida que foi anunciada pelo Sr. Vice-Presidente de que não haja cortes nos salários dos trabalhadores das empresas públicas.

**Deputado João Costa (PSD):** O PCP está numa de “os pobres que paguem a crise”; mudou o paradigma!

**O Orador:** Agora, é preciso continuarmos a equilibrar isso, a bem do povo açoriano, a bem das famílias açorianas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de quinze minutos. Regressamos às 12 horas, para termos tempo de entrar e completar a declaração política que vem a seguir, do Partido Social Democrata. Até já. 12 horas, agradeço a vossa pontualidade, antecipadamente.

*(Eram 11 horas e 42 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 12 horas e 07 minutos)*

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado domingo, nas eleições para escolher o Presidente da República, os Açorianos optaram pela estabilidade. Optaram pela segurança.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*): A revista “Visão” é que faz isso!

**O Orador:** Optaram por quem já havia dado longas provas de honestidade política, de capacidade para liderar, de apontar um caminho para o sucesso. Os Açorianos escolheram, por farta maioria, o Prof. Cavaco Silva para continuar a ser o Presidente de todos os portugueses. Os Açorianos apostaram em Cavaco Silva, como tinham apostado há cinco anos.

A campanha triste que alguns levaram a cabo, também nos Açores, tentando denegrir a imagem política e até pessoal do cidadão Aníbal Cavaco Silva, não surtiu efeito. Os Açorianos fizeram “ouvidos de mercador” e votaram livremente. Disseram claramente “não” à baixa política.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** Escolheram, manifestando convictamente com quem se sentem mais seguros. Escolheram quem lhes merece maior confiança. Escolheram e deram ao Prof. Cavaco Silva uma vitória clara. Escolheram e derrotaram os restantes candidatos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como disse o presidente do PS/Açores na noite eleitoral, “quando a pessoa que nós apoiamos ganha, nós ganhamos”.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): E disse ontem!

**O Orador:** “Quando a pessoa que nós apoiamos perde, nós também perdemos”.

O senhor não se excite tanto e siga aquilo que o Sr. Presidente do Governo lhe disse. Vou repetir: “quando a pessoa que nós apoiamos ganha, nós ganhamos. Quando a pessoa que nós apoiamos perde, nós também perdemos”, disse Carlos César.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*): Ora aí está uma frase que a Dra. Berta Cabral nunca diria.

**O Orador:** Ora, o PS/Açores apoiou Manuel Alegre. Manuel Alegre teve 25% dos votos nos Açores e perdeu. Foi derrotado pelo actual Presidente da República, que alcançou um resultado global de 53%, suplantando largamente metade dos votos validamente expressos.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): E os brancos?

**O Orador:** Por esse motivo, assegurou a sua eleição na primeira volta. Nos Açores, a vitória foi ainda mais expressiva, com a obtenção de um resultado de 56%.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Perderam 9 mil votos.

**O Orador:** Há, por isso, ilações a retirar destas eleições nos Açores. Cavaco Silva foi o grande vencedor. Carlos César, nos Açores, foi o grande derrotado. Cavaco Silva foi o grande vencedor porque teve mais do dobro dos votos de Manuel Alegre. Venceu em todas as ilhas e concelhos da Região. Entre as 156 freguesias açorianas, apenas numa houve um empate. Nas restantes, venceu Cavaco Silva. Manuel Alegre não logrou obter qualquer vitória. Carlos César é, por isso, o grande derrotado.

**Deputada Catarina Furtado** (*PS*): E a Berta foi a grande vencedora!

**O Orador:** Não sendo candidato, o Presidente do PS/Açores, e também Presidente do Governo Regional, foi um apoiante de referência de Manuel Alegre a nível nacional. Empenhou-se incisivamente, como não

tinha feito cinco anos antes em relação ao candidato que então apoiara. Assumi uma posição de relevo. Teve um envolvimento decisivo na campanha eleitoral. Todavia, o seu candidato, apoiado de forma efusiva por si e pelo PS/Açores, no que foi acompanhado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Democrático do Atlântico, perdeu sem apelo nem agravo. Quedou-se por menos de metade dos votos alcançados por Cavaco Silva.

Manuel Alegre encontrou nos Açores o apoio inexcedível do PS e da máquina pro-governamental. Um apoio que, de forma evidente, não conheceu no País.

**Deputado José San-Bento (PS):** Grande mentira!

**O Orador:** Mesmo assim, o candidato do PS, do Bloco de Esquerda e do Partido Democrático do Atlântico perdeu com apenas 25% dos votos.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Quem tem muitas derrotas é que fala assim!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bom recordar o simbolismo que foi dado ao facto de o candidato do PS/Açores ter lançado oficialmente a sua campanha em Ponta Delgada. Assim como não se podem esquecer as diversas visitas do candidato do PS/Açores à Região, em que sempre deu nota do seu agrado pelo aconchego dado por Carlos César. Um agrado também determinado pela esperança que lhe terá sido dada em relação a um resultado acentuadamente expressivo que Carlos César julgava ser possível alcançar nos Açores. E, obviamente, não se pode também ignorar o facto de Manuel Alegre ter contado com o empenho personalizado

permanente do Presidente do PS/Açores, que se envolveu fortemente na campanha, não só na Região, mas também a nível nacional.

Somando tudo isso, os Açorianos atribuíram-lhe quase os mesmos votos que lhe deram há cinco anos, quando Carlos César apoiou Mário Soares e o Bloco de Esquerda avançou com Francisco Louçã. Aliás, o “bloco” de apoio a Manuel Alegre nestas últimas eleições representava um conjunto de 33 mil votos em 2006. Ficou reduzido a pouco mais de 16 mil votos em 2011. Carlos César é o grande derrotado destas eleições na Região.

**Deputado Francisco César (PS):** Já disse isso três ou quatro vezes!

**O Orador:** Mas não só pela acentuada derrota do seu candidato nos Açores. A relevância da derrota é ainda maior pela campanha azeda e de baixo nível que César levou a cabo contra Cavaco Silva.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Carlos César não honrou o cargo de Presidente do Governo Regional...

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...quando proclamou aos quatro ventos que os açorianos deveriam ter vergonha de votar em Cavaco Silva.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Seria bom que o Presidente do Governo tirasse as devidas ilações do despropósito das suas frequentes e infelizes afirmações durante a campanha, face à resposta que os Açorianos deram às mesmas, votando em Cavaco Silva por larga maioria. O libelo de anti-autonomista que Carlos César tentou colar a Cavaco Silva teve a resposta que conhecemos por parte dos Açorianos. Nos Açores, ilha a ilha, concelho a concelho, freguesia a freguesia, Cavaco Silva foi o

vencedor. Quem estava certo? César ou os Açorianos? Ou será que Carlos César, pelo menos nos seus pensamentos, continua a considerar injusto, ou inclusivamente estúpido, quem vota ao contrário do que ele gosta?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade que Carlos César levou a cabo uma campanha nos Açores, contra o reeleito Presidente da República, que atingiu frequentemente níveis que em nada honram a instituição Presidência do Governo Regional.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Contra o agora reeleito! O português é uma língua muito traiçoeira!

**O Orador**: Felizmente, no entanto, não será por essa campanha de mau gosto que Cavaco Silva deixará de ser o garante das autonomias constitucionais. Nem será pelas invectivas de baixo nível que Carlos César utilizou que o Prof. Cavaco Silva deixará de dar a atenção que os Açores merecem, no momento de crise económica e social por que passa o País e a Região.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador**: Estamos certos que Cavaco Silva será, nos próximos cinco anos, um porto seguro no qual os portugueses em geral, e os Açorianos em particular, poderão socorrer-se em momentos de incerteza como os que actualmente vivemos. Os Açorianos, mais uma vez, vieram dizer à sua classe política que acreditam no trabalho, na firmeza e na honradez das pessoas e dos seus actos.

**Deputado Francisco César** (*PS*): E na honestidade!

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Sobretudo na honestidade!



**O Orador:** Os Açorianos, mais uma vez, vieram afirmar, com a forte abstenção que mais uma vez se verificou, que exigem outras formas de actuação política, onde a seriedade impere, a justiça esteja presente e a democracia seja uma prática dos actos do dia-a-dia. E todos temos que aprender com as respostas que os Açorianos, votantes e abstencionistas, nos deram no passado domingo.

Pela nossa parte, estamos a retirar legítimas conclusões. Aos outros caberá fazer o mesmo. Também legitimamente. Seria bom que alguns não se refugassem no silêncio. E seria importante que não tentassem lançar manobras de diversão para esconder a derrota que eles próprios construíram. Quando o povo se pronuncia, devemos celebrar as vitórias e aceitar as derrotas.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os socialistas e os que com eles estiveram nesta campanha eleitoral devem aceitar humildemente a derrota que o povo açoriano lhes destinou. Carlos César, muito especialmente. Os partidos que apoiaram Cavaco Silva têm razões para estar satisfeitos com a escolha dos Açorianos.

E os Açores, com Cavaco Silva como Presidente da República, podem olhar com maior confiança para os próximos anos, na certeza de que foi dado um passo importante para ultrapassar a fase difícil que se está a viver no país e na Região.

Disse.

**Deputados Clélio Meneses, Jorge Macedo e Mark Marques (PSD):**  
Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

**\*Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que o Sr. Deputado António Marinho veio hoje, legitimamente, chover no molhado, porque esta questão foi, como se sabe, ampla e exaustivamente discutida ontem.

Aquilo que digo em primeiro lugar é que reafirmo o que dissemos ontem na nossa declaração política sobre as eleições presidenciais.

**Deputado João Costa (PSD):** Não lhe dá jeito debater isto!

**O Orador:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente respeita os resultados.

**Deputado João Costa (PSD):** Nota-se!

**O Orador:** Os portugueses pronunciaram-se e decidiram que ficasse tudo exactamente como está.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** E os açorianos!

**O Orador:** Referimos e reafirmamos a importância do respeito institucional que devemos continuar a ter pelo Sr. Presidente da República, esperando, naturalmente, que esse respeito seja recíproco. E reafirmamos também a importância de, independentemente de quem quer que seja o Sr. Presidente da República, independentemente de quem sejam os titulares e que estejam em funções nos órgãos de soberania, e independentemente dos partidos políticos, mesmo que seja o PS nacional a governar o nosso país, nunca, mas nunca, em qualquer circunstância, nos demitirmos das nossas responsabilidades de, em primeira instância, defender os Açores e os açorianos.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Deputado João Costa (PSD):** É a chamada cobardia política!

**O Orador:** É possível, o Sr. Deputado António Marinho fez várias leituras, mas, quando analisamos estes resultados, além do facto negativo da anormal e enorme abstenção que tivemos nos Açores nas eleições presidenciais, será legítimo também dizer e referir que o Professor Cavaco Silva, de 2006 até esta parte, teve uma perda de 9 mil votos.

**Deputado João Costa (PSD):** Com quantos foi eleito Jorge Sampaio?

**O Orador:** O Sr. Deputado António Marinho perdeu também algum tempo – porque, diga-se, é tempo perdido – a extrapolar os resultados eleitorais e a tirar ilações que permitam dar a ideia de uma alegada vitória do PSD/Açores, dando a ideia também de que nestas eleições presidenciais estava em sufrágio outra coisa, que não a eleição presidencial.

**Deputado João Costa (PSD):** Alegada foi o seu presidente o primeiro a dizê-lo!

**O Orador:** E, neste campo das extrapolações, começo também por solidarizar-me com o Sr. Deputado Pedro Medina e com o CDS/PP, pelo momento triste por que teve de passar na sede de candidatura do Professor Cavaco Silva nos Açores, quando foi mergulhado nas comemorações efusivas do PSD/Açores.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Devo dizer também que, nessas extrapolações que têm sido feitas, é importante referir o seguinte: achar que estes resultados são mais alguma coisa do que as eleições presidenciais é passar um atestado de incapacidade aos açorianos e aos eleitores da nossa região.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Porque a história diz-nos isso. Em 2006 Cavaco Silva ganhou nos Açores com 55% dos votos; pouco tempo depois, nas eleições regionais, o Partido Socialista voltou a ter maioria absoluta.

**Deputado João Costa (PSD):** E perdeu 15 mil votos!

**O Orador:** E, na altura, o PSD/Açores dizia que, apesar dessa vitória claríssima do PS/Açores, se adivinhava um fim de ciclo, devido à perda de votos do PS/Açores nessas eleições.

**Deputado João Costa (PSD):** E perdeu, é a verdade.

**O Orador:** Pois o que esse fim de ciclo nos trouxe foi uma vitória do PS nas eleições autárquicas de 2009 e uma vitória do PS nas eleições legislativas para a Assembleia da República, também em 2009.

**Deputado João Costa (PSD):** Vê nos jornais pessoas a pedir desculpa por isso.

**O Orador:** Por isso, aquilo que esta declaração política e que esta postura de extrapolações demonstram é uma imensa fragilidade do PSD/Açores, que não vale por si, que não vale pelas suas ideias, que condiciona a sua agenda...

**Deputado João Costa (PSD):** Os senhores é que não valem nada sem o vosso presidente, não valem nada por si mesmos.

**O Orador:** ...não pelo seu projecto, mas pelas escolhas da liderança do PS/Açores. É essa a verdade.

**Deputado António Marinho (PSD):** Como é? Explique melhor isso!

**O Orador:** O PSD/Açores não tem ideias, não tem projectos...

**Deputado João Costa (PSD):** São os senhores que não valem nada!

**O Orador:** ...e precisa das vitórias dos outros para conseguir comemorar alguma vitória nos Açores.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Deputado João Costa (PSD):** Os senhores valem 2.300 votos, foi o que deram ao vosso candidato.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

**\*Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos também a esta chuva no molhado. Já agora, vamos também...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não escorregue!

**A Oradora:** ...chover um bocadinho no molhado, porque é irresistível.

É assim: Cavaco Silva ganhou, Manuel Alegre perdeu. Ponto final.

**Deputado João Costa (PSD):** Vamos esquecer isso depressa, é o que a senhora queria. A senhora gostava é que se esquecesse depressa.

**A Oradora:** Quer dizer, não vale a pena estar todos os dias a relembrar aquilo que todos os portugueses e portuguesas sabem. Mas, como os senhores o fazem com uma alegria, um contentamento e uma pompa e circunstância tão grandes...

**Deputado João Costa (PSD):** Naturalmente, estamos muito alegres.

**A Oradora:** ...também vale a pena lembrar que esta reeleição foi aquilo a que nós chamaríamos uma reeleição pífia, e vou explicar porquê.

**Deputado João Costa (PSD):** É a democracia, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Pífia, porque é assim: esta reeleição corresponde ao presidente reeleito com menos votos expressos, com menor percentagem

relativa e perante o mais elevado nível de abstenção verificado nas presidenciais.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito bem!

**Deputado João Costa (PSD):** É o estado da democracia desde que cá chegou o BE.

**A Oradora:** E, no cômputo geral, o Sr. Presidente Cavaco Silva teve menos meio milhão de votos do que na primeira volta.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, vamos relativizar as coisas e perceber. Faz lembrar aquela anedota...

**Deputado João Costa (PSD):** Diga lá que Cavaco Silva perdeu.

**A Oradora:** Sim, sim, sim, mas também não foi assim uma coisa tão especial.

Já agora, relembrar que metade dos eleitores foi votar, a outra metade ficou em casa e metade desta metade votou em Cavaco Silva.

**Deputado João Costa (PSD):** Imagine se tivessem ido votar.

**A Oradora:** Como vale a pena também recordar que esta figura quase, enfim, canonizada pela direita portuguesa teve o desplante e o mau gosto de dizer que, se eventualmente houvesse uma segunda volta neste país – e, de facto, esta impossibilidade chama-se 3%, porque Cavaco Silva teve 3%...

**Deputado José San-Bento (PS):** É o PP.

**A Oradora:** ... mais; se tivesse tido 3% menos, haveria uma segunda volta – ...

**Deputado João Costa (PSD):** É o contributo de todos.

**A Oradora:** Oiçam, oiçam, Srs. Deputados.

...teve o desprante de ter afirmado que, a existir uma segunda volta, haveria uma subida de juros e uma crise económica neste país.

**Deputado João Costa (PSD):** E a senhora, neste momento, se houvesse segunda volta, estava a chover no molhado.

**A Oradora:** Esta é a coisa mais anti-democrática que um Presidente da República pode fazer, que é chantagem. Chantagem, com a forma absolutamente descarada como o fez relativamente a esta situação.

**Deputado João Costa (PSD):** Pergunte ao Sr. Presidente do Governo. O que ele fez nesta campanha foi diminuir os valores autonómicos.

**A Oradora:** Finalmente, lembrar também que, se calhar por mera coincidência, ou não tanto, três dias depois desta reeleição o Governo da República aproveitou para cortar nas indemnizações por despedimento, passando de trinta para vinte dias por ano de serviço.

**Deputado António Marinho (PSD):** Isso é para ali!

**A Oradora:** É para os dois!

E o Sr. Presidente da República, provavelmente, vai concordar, como sempre concordou com todas as medidas gravosas do ponto de vista económico levadas a cabo pelo Governo da República!

**Deputado Mário Moniz (BE):** Precisamente!

**A Oradora:** Se este é o vosso contentamento, muito bem, é legítimo, tê-lo-ão. Agora, o Bloco de Esquerda não se associa a ele, de maneira nenhuma.

Muito obrigada.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente não previa intervir neste debate, uma vez que o assunto já foi amplamente discutido aqui. Mas, de qualquer modo, queria felicitar o Sr. Deputado António Marinho pela intervenção que aqui trouxe, porque também é legítimo, enfim, enfatizar a vitória do Professor Cavaco Silva e é disso que se trata.

O CDS nunca fez nenhuma associação de ter ganho ou ter perdido eleições, porque o CDS não foi a eleições.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador**: Quem foi a eleições foi o Professor Cavaco Silva e ganhou as eleições, obviamente com o apoio do CDS, com o apoio...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Mas nós estamos solidários!

**O Orador**: ...decisivo do CDS.

Queria, sobretudo, com certeza, agradecer a solidariedade do Partido Socialista e dos Srs. Deputados do Partido Socialista relativamente ao CDS, mas também dizer que o CDS agradece mas prescinde da defesa. Portanto, ainda sabemos cá defender-nos disso.

E ainda dizer que o CDS se deslocou, obviamente, à sede de candidatura do Professor Cavaco Silva, que infelizmente foi transformada em sede de vitória eleitoral do PSD, com o estímulo dum Sr. Deputado aqui presente que, quando a líder entrou, começou a bater palmas. E, se os senhores repararam, nessa altura em que o Sr. Deputado do PSD começou a gritar “PSD! PSD!”, o Sr. Deputado Pedro Medina vinha a abandonar a sala. Fica o esclarecimento.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Quem começou a gritar não foi o Sr. Deputado, foi a líder, foi a presidente do partido!

**Presidente**: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.



**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, já ontem tivemos oportunidade de discutir esta questão da eleição do Presidente da República.

Aproveito esta oportunidade para reiterar alguns dos argumentos que ontem aduzi. Nesse sentido, considero que o que está a suceder e se está a agravar em relação às sucessivas eleições do Presidente da República...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Qual era o seu candidato?

**O Orador:** ...não se trata, de facto, de um ciclo político, mas de uma crise do regime, porque os portugueses se sentem desligados do actual sistema republicano.

Devo dizer-vos que, quando se lê a Constituição da República Portuguesa e se vê qual é o papel que é reservado ao chefe de estado republicano, pode constatar-se que, de facto, a forma de eleição republicana não permite que ele possa desempenhar...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** O senhor já disse isso ontem!

**O Orador:** ...essas funções da forma como elas estão descritas do ponto de vista constitucional. Senão, reparem: “simbolizar a unidade da nação”; não pode simbolizar a unidade da nação! Como se vê neste debate, a esquerda...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** E ele a dar-lhe! Paciência!

**O Orador:** ...rejeita esse papel constitucional que é atribuído ao Presidente da República, não reconhece o Professor Cavaco Silva...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** ...e, portanto, o que acontece é que, longe de ser um factor de união da nação portuguesa e do Estado português, é mais um factor de desunião, é mais um factor de divisão entre os portugueses!

Porque, vejam bem, a mesma coisa sucedeu quando o Presidente da República foi o Dr. Jorge Sampaio. Também aí a direita portuguesa não se sentia representada no âmbito do desempenho das funções de chefe de estado. Este é um grave problema que o sistema republicano tem implementado no funcionamento do sistema político e da democracia portuguesa.

Em contrapartida, verifiquem o que se passa nas monarquias constitucionais europeias...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Nos países mais avançados da Europa.

**O Orador:** ...em que o funcionamento das instituições democráticas está perfeitamente regulado, funciona e o chefe de estado funciona como agente de união de todos os cidadãos nacionais.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Quem era o seu candidato?

**O Orador:** Depois, verifiquem o que sucede na nossa vizinha Espanha, em que o papel constitucional do rei de Espanha é reconhecido quer à esquerda, quer à direita.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** É redondo o papel de Juan Carlos.

**O Orador:** O Partido Socialista espanhol ou o Partido Popular reconhecem essa magistratura de influência, reconhecem esse papel de unidade, reconhecem esse prestígio ao chefe de estado. E, de facto,

permite o funcionamento e a unidade da nação espanhola. Vejam o papel relevantíssimo que um monarca representa, por exemplo, na Bélgica, em que é um factor de união em relação a duas comunidades que falam duas línguas diferentes. É o único factor de união desse sistema político!

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, está tudo perdido, não consegue formar governo.

**O Orador:** Vejam o prestígio e o factor de união que significa a monarquia no Reino Unido, e a mesma coisa em relação à Suécia, ou à Noruega.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Ou à república americana, ou à república francesa, ou à alemã?

**O Orador:** O que é que estes países têm em comum? O que é que estes países têm que Portugal não tem?

Vejam bem o que é a nossa história do século XX. A história do século XX em Portugal está marcada por revoluções, por golpes de estado, por descontinuidades do ponto de vista do funcionamento do sistema político e por descontinuidades na nossa estrutura económica. Cada revolução significou um retrocesso, do ponto de vista do sistema produtivo, das leis do mercado, da liberdade do mercado e levámos anos, décadas, a recuperar por cada alteração drástica que o sistema republicano provoca de trinta em trinta ou de quarenta em quarenta anos.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Acho que sim!

**O Orador:** Em contrapartida, o sistema monárquico tem demonstrado, no norte da Europa, nos países com maior índice de desenvolvimento humano, nos países com maior índice de desenvolvimento económico...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Quem ouvir o Sr. Deputado não acredita que defende uma monarquia!

**O Orador:** ...que tem permitido uma evolução concreta destas sociedades, uma evolução tranquila...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem de terminar.

**O Orador:** ...destas sociedades! E a instituição monárquica tem sido um factor de estabilidade.

Em Portugal – e termino já, Sr. Presidente –, a Presidência da República é um factor de instabilidade. Tenho a certeza de que, nos próximos meses, vou ouvir nesta casa e também na Assembleia da República uma disputa em que a Presidência da República não será um factor de unidade. A Presidência da República será mais um factor na disputa partidária e na disputa ideológica. Portanto, em relação à unidade e ao funcionamento das instituições, o sistema republicano não responde às necessidades do país.

E esta abstenção, esta falta de dignidade – vejam a campanha eleitoral, que foi vergonhosa – da instituição da Presidência da República significa, meus senhores, que este sistema está gasto e é necessário, democraticamente, ouvir a população portuguesa em relação à questão do regime.

Muito obrigado.

**Presidente:** A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sim, senhora, faça o favor.

**\*Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Mas qual honra?

**A Oradora:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para rejeitar a acusação aqui feita de que a esquerda seria responsável por impedir que o actual Presidente da República fosse, ou seja, um factor de união.

**Deputado João Costa (PSD):** Sim, senhor, o Bloco de Esquerda a defender a honra da esquerda!

**A Oradora:** Eu gostaria de relembrar que a responsabilidade máxima por ser um factor de desunião não diz respeito à esquerda, diz respeito à própria personalidade de Cavaco Silva e à forma como exerceu o seu mandato. Quem contribuiu para a desunião do estado...

**Deputado António Marinho (PSD):** Isso não é defesa de honra.

**A Oradora:** ...e para considerar os Açores um factor de instabilidade e de ameaça a essa união foi o próprio Cavaco Silva, não foi a esquerda deste país. Era só para repor a verdade histórica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado João Costa (PSD):** Respeite os resultados, Sra. Deputada.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Se ele fosse rei, tínhamos de o gramar toda a vida, assim daqui a cinco anos mandamo-lo embora.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem três minutos para responder.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Mais três minutos!

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, estou a responder, porque presumo que fui eu quem ofendeu a honra da Sra. Deputada.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Presume, mas ninguém notou! E ninguém percebeu qual era o seu candidato à presidência!

**Deputado Francisco César** (*PS*): Quem é que o Sr. Deputado apoiou?

**O Orador**: Nesse sentido, o discurso que eu aqui fiz foi que a esquerda – e isto é um facto, os vossos discursos demonstram-no – não reconhece o papel institucional do Presidente da República, não reconhece o Presidente da República enquanto factor de estabilidade...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Isso não é verdade!

**O Orador**: ...e factor de união dos portugueses! São factos, e os senhores não podem discutir os factos! Como a direita também não reconhecia o Professor Jorge Sampaio e o Dr. Mário Soares, enquanto agentes de unidade do país. Portanto, nesse sentido, daquela que é a descrição constitucional das funções do chefe de estado, de facto, o sistema republicano não consegue, pura e simplesmente, implementar na prática esse funcionamento.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Mas o senhor pensa assim desde que está no PPM, ou já pensava assim quando estava no CDS?

**O Orador**: Acabei de demonstrar, com diversas situações internacionais, como é que um chefe de estado pode ser, de facto, o árbitro *isento* do jogo político, como pode ser de facto representativo do conjunto da nação! E os senhores, contra factos, não têm argumentos.

**Presidente**: Creio não haver mais inscrições. O Sr. Deputado António Marinho tem a palavra, para encerrar.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, com a mesma latitude com que a Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a defesa da honra para defender a esquerda, eu também me sinto na legitimidade de pedir a defesa da honra do Professor Cavaco Silva.

**Presidente:** Mas a conversa foi entre o Sr. Deputado Paulo Estêvão e a Sra. Deputada Zuraida Soares. Foram dados a cada um três minutos, com a latitude com que nós costumamos entender isso, Sr. Deputado. Creio que não tem razão.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Se me permite, Sr. Presidente, não foi propriamente uma disputa.

Estava o Sr. Deputado Paulo Estêvão no uso da palavra e a Sra. Deputada Zuraida Soares sentiu-se ofendida, da esquerda, exactamente como eu me sinto. Pelo menos, fica para registo, no Diário das Sessões, porque o critério é exactamente o mesmo. Não havia uma disputa entre o Deputado Paulo Estêvão e a Deputada Zuraida Soares, ela apenas pediu para intervir para defender a honra da esquerda. A honra do candidato à Assembleia da República...

**Deputado Francisco César (PS):** Já não há nada a defender nessa matéria!

**O Orador:** ...não é permitido defender aqui, estamos conversados. Mas tenho de o dizer, para registo no Diário das Sessões.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Ninguém ofendeu a honra da direita.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

**\*Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, nem fazia tenções de intervir neste debate...

**Presidente:** Os critérios têm de ser mais exigentes e sê-lo-ão a partir de agora. Faça o favor de continuar.

**O Orador:** Peço desculpa.

Dizia eu que não fazia, nem faço, tenção de me alongar muito nesta intervenção, mas foram ditas, sobretudo pelo declarante, afirmações em relação a supostas citações do discurso do Presidente do PS e do Governo que merecem ser, desde logo, clarificadas.

O Sr. Deputado António Marinho, de cinco em cinco minutos, indigna-se imenso com os números, com a forma como os números são ditos, fala sempre em verdade, como se fosse dono dela, e vem transmitir uma citação, supostamente do Sr. Presidente do PS/Açores, que não corresponde minimamente à verdade e que ele nunca disse nem nunca terá proferido. Disse o senhor que o Presidente do PS – ou do Governo, não cheguei a perceber bem – disse que era uma vergonha que os açorianos votassem em Cavaco Silva. Isso não é verdade.

**Deputado João Costa (PSD):** O Presidente do Governo disse isso.

**O Orador:** Isso nunca foi dito, é bom que se saiba que nunca foi dito. Aliás, a prova provada de que isso nunca poderia ter sido dito...

**Deputado João Costa (PSD):** É preciso ter lata!

**O Orador:** Não disse e eu desafio-os a provarem que disse, porque não disse!

**Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD):** Disse: “tinha vergonha”. Não falseie a verdade! Tinha vergonha de ser do PSD e que, se Cavaco fosse do PS, tinha vergonha.

**O Orador:** Não tendo dito – e os senhores não me conseguem provar que disse –, é bom que os açorianos saibam que isso nunca foi dito.



**Deputada Catarina Furtado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É bom que os açorianos tenham consciência de que os senhores são capazes...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Com certeza.

**O Orador:** ...de dizer qualquer coisa para aproveitarem a onda e o sucesso eleitoral do Professor Cavaco Silva. Portanto, isso devia ser esclarecido.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Fica-lhe bem!

**O Orador:** Eu percebo por que é que os senhores decidiram requestrar um assunto que já está amplamente debatido nesta casa. Não será tanto para tirarem proveito político-partidário da vitória do Professor Cavaco Silva. A minha interpretação é que é mais para ver se escondem e se tiram da memória dos açorianos a reacção que teve a líder do PSD Açores na noite eleitoral e a entrada em órbita da Sra. Presidente do PSD/Açores naquela noite. O que aconteceu...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Isso é que foi notícia!

**O Orador:** Os senhores andam a ver se os açorianos não se lembram do despropósito, do exagero, da euforia daquela noite, da mesma maneira que andaram muito tempo a ver se conseguiam que os açorianos se esquecessem da lamentável reacção da vossa líder perante a derrota – a histórica derrota eleitoral – das eleições autárquicas de 2009.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O problema – e os senhores sabem que é um problema, os senhores até convivem mal com isso, já perceberam que têm esse *handicap* – é que...

**Deputado João Costa (PSD):** A vossa reacção já foi demitir uma secretária!

**O Orador:** ...a Presidente do PSD/Açores tem uma grande tendência para desaproveitar as noites eleitorais.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é verdade!

**O Orador:** E os senhores, agora, depois do mal feito, vêm ver se os açorianos pensam de outra maneira.

Quanto às contas, vamos às contas. O Sr. Deputado António Marinho veio com uma série de contas que a mim me pareceram quase imperceptíveis. Não percebi a maioria das lógicas que estão subjacentes a elas.

**Deputado António Marinho (PSD):** 25% / 56%, é a única.

**O Orador:** Eu sei, a única lógica que o senhor tem na base das contas que apresenta é tentar favorecer o papel do PSD/Açores.

**Deputado António Marinho (PSD):** Os senhores tiveram 25%, o Professor Cavaco Silva teve 56%.

**O Orador:** Mas eu também podia vir com uma série de números, há números que o senhor não disse, que nós também poderíamos dizer.

**Deputado João Costa (PSD):** Diga!

**O Orador:** Que o seu candidato, o vencedor, perdeu 9 mil votos nos Açores, por exemplo.

**Deputado António Marinho (PSD):** E o seu perdeu 17 mil. Aí, são 9 mil contra 17 mil.

**O Orador:** Podíamos dizer, também...

**Deputado João Costa (PSD):** Quem é que podia? O Governo?

**O Orador:** ...que é o Presidente reeleito com menos votos de sempre. Podíamos também dizer que só os votos brancos teriam dado para o Presidente não ser eleito à primeira volta e ter de ir à segunda volta. Só os brancos, veja lá!

**Deputado João Costa (PSD):** Podia quem, o Governo? O que é pena é o Governo ainda não ter tido a coragem de felicitar o vencedor.

**O Orador:** Podíamos até dizer, legitimamente, que em termos de freguesias, dos dez piores resultados do Professor Cavaco Silva nos Açores, *sete* foram no concelho de Ponta Delgada. O que é que os senhores diriam? Isso que estão a dizer: que é ridículo. Pois é o que eu penso, exactamente, dos números que os senhores trouxeram a esta casa.

**Deputado António Marinho (PSD):** 55 freguesias, 19 concelhos, 9 ilhas, foi a vitória do Professor Cavaco Silva!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Em 156 freguesias, dos dez piores resultados do Professor Cavaco Silva, *sete* foram no concelho de Ponta Delgada. Dirão os senhores: e isso, o que tem? Mas que número ridículo é esse? Pois é exactamente o que eu penso dos números que os senhores trouxeram cá.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Governo continua a fazer campanha eleitoral.

**O Orador:** E, para finalizar a minha intervenção breve nesta matéria, gostava só de aproveitar a circunstância de o tema ter sido de novo trazido, para esclarecer algo que precisa de ser esclarecido e que demonstra que os senhores e a vossa líder têm tendência para exorbitar nos momentos bons. E o exorbitar, aqui, é fazer propaganda político-partidária sem fundamento.

**Deputado João Costa (PSD):** É lamentável que o Governo ainda não tenha tido a coragem de felicitar o vencedor.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Isso não é verdade!

**Deputado João Costa** (*PSD*): Eu vejo o GaCS e ainda não está lá nada.

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador**: Eu percebo o incómodo, mas deixem-me falar, ficam incomodados depois.

Disse, na noite eleitoral, a líder do PSD/Açores, quando se preparava para entrar em órbita, que o Sr. Presidente da República reeleito era tão importante para os Açores que tinha sido *graças* ao Presidente da República reeleito que os Açores eram uma região ultraperiférica e que era graças ao facto de serem uma região ultraperiférica que recebiam fundos estruturais. Ora, além de uma declaração absolutamente incompetente do ponto de vista técnico, isto é um aproveitamento político inaceitável da realidade. Nada disto que acabei de citar é verdade.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Custa-lhe é admitir isso.

**O Orador**: O conceito de ultra-periferia e a atribuição do estatuto de ultra-periferia aos Açores...

**Presidente**: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

**O Orador**: ...tem tanto a ver com o Professor Cavaco Silva como com o ex- Presidente da Comissão Jacques Delors. Aliás, tem muito mais a ver com o ex- Presidente da Comissão Jacques Delors...

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Esse não foi candidato.

**O Orador**: ...e com uma série de pessoas que ocuparam cargos institucionais em representação de Portugal ao longo de mais de uma década e esse processo deve-se a toda essa gente.

**Deputado João Costa (PSD):** Não foi naquela época que ele foi candidato. Nessa década não era primeiro-ministro.

**O Orador:** Em segundo lugar – e isso é lamentável para uma candidata à Presidência do Governo –, é lamentável não saber que o estatuto de ultra-periferia não tem nada a ver com a atribuição de fundos estruturais. É lamentável, tecnicamente, que uma economista não saiba isto! É lamentável, tecnicamente, que uma pessoa que quer ser Presidente do Governo dos Açores não perceba nada de fundos estruturais, nem do conceito de ultra-periferia.

Muito obrigado.

**Deputado João Costa (PSD):** Mande lá fazer uma nota a felicitar o Professor Cavaco Silva.

**Presidente:** Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra, para encerrar.

**\*Deputado António Marinho (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que agora aqui se passou, designadamente da parte do Sr. Secretário Regional, mas também por parte do Sr. Deputado Berto Messias e ainda por parte da Sra. Deputada Zuraida Soares...

**Deputado Francisco César (PS):** Então estão sozinhos, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...é manifestamente o incómodo que sentem desde domingo passado. Mas podem ter a certeza de uma coisa: essa, ontem, foi uma questão que foi escalpelizada aqui; é uma questão em que pelos vistos há a necessidade adicional de a escalpelizar ainda mais e está a sê-lo, aqui, novamente; e amanhã, se houvesse tratamento de assuntos políticos, haveria necessidade de falarmos mais uma vez sobre esta questão,

porque ela é importante, na medida em que acabou de ser eleito um Presidente da República por cinco anos, num momento complexo da economia portuguesa e da economia açoriana. Portanto, os senhores, por muito que queiram ou não queiram, vão ouvir falar nisto.

Aliás, é tão manifesto o incómodo, que estão sempre a avançar com questões laterais, para tentarem esconder o quê? Para esconderem a derrota que tiveram no domingo! Os senhores foram amplamente derrotados no domingo!

**Deputado Berto Messias (PS):** Perdemos, e depois?

**O Orador:** Estão permanentemente a tentar esconder isso. Portanto, vamos falar dessa derrota.

**Deputado Berto Messias (PS):** Ninguém escondeu essa derrota.

**O Orador:** Já agora, deixe-me dizer, Sra. Deputada Zuraida Soares, porque isto é importante, que naturalmente a invocação da figura de defesa da honra não fazia minimamente sentido. Porque realmente, e como disse o Deputado Artur Lima, havia a necessidade, aqui, do Professor Cavaco Silva, esse sim, se defender. De quê?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** O senhor está muito exaltado!

**O Orador:** Tinha de se defender do ódio que a senhora destila e que, aliás, é bem próprio das características do Bloco de Esquerda. Mas, disso, as provas estão à vista nestas últimas eleições, em que o Professor Cavaco Silva vence, porque os açorianos decidiram privilegiar a austeridade, a estabilidade, e decidiram também condenar. Condenar o quê? Fizeram uma censura, no fundo, a quê? À baixa política, à política do insulto, à política do lançamento da suspeição, à política feia, que foi aquela que os senhores fizeram...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Feio foi o que os senhores fizeram naquela noite!

**O Orador**: ...e os senhores também! Efectivamente, foi a condenação de uma política de baixo nível...

**Deputado Francisco César** (*PS*): Isso é o que está a fazer!

**O Orador**: ...que, aliás, aqui continuam hoje, através do Governo, do PS e do Bloco de Esquerda. Mas condena também a atitude...

**Deputado Francisco César** (*PS*): Não se enerve.

**O Orador**: ...de quem apoiou um candidato derrotado. É uma atitude que não é de agora. Obviamente que isto é a sucessiva condenação que...

Não se enerve, Sr. Deputado Francisco César! Ouça!

**Deputado Francisco César** (*PS*): O senhor é que está enervado!

**O Orador**: Não, ouça!

...condena o tipo de atitude do senhor e do Sr. Presidente do Governo, do Sr. Deputado José San-Bento...

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Eu? Por que é que está contra mim? O que é que eu fiz?

**O Orador**: ...e generalizada por parte do Partido Socialista, de todos! Condenam uma postura arrogante em que o Partido Socialista e o Governo se tornaram exímios e que prossegue desde há muitos e muitos anos! Há aqui uma condenação, não da atitude adoptada durante a campanha, mas da atitude permanente do Partido Socialista e do Governo. É por isso que os resultados destas eleições são a derrota de alguns. São, concretamente, a vossa derrota.

Nós não estamos aqui na invocação da vitória, ou não.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): O senhor já está a entrar em órbita!

**O Orador:** Repito: quando a pessoa que nós apoiamos ganha, nós ganhamos. Quando a pessoa que nós apoiamos perde, nós também perdemos. Foi isso que nós fizemos. E o que eu disse aqui, nesta declaração política do PSD, foi só: os partidos que apoiaram Cavaco Silva têm razões para estar satisfeitos com a escolha dos açorianos, e estamos!

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Não é o que o senhor faz.

**O Orador:** Há uma quota-parte de vitória que é do PSD, e há uma quota-parte de vitória que é do CDS/PP. Essa é a clareza!

Quem tem de assumir as derrotas são os senhores...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Já assumimos!

**O Orador:** ...e é, designadamente, Carlos César, que se envolveu, como nunca fez, nesta campanha eleitoral.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Não é verdade, Sr. Deputado.

**O Orador:** Do princípio até ao fim! Desde o lançamento até ao último comício em Lisboa! Envolveu-se, inclusivamente, em Lisboa, onde foi ao último comício de Manuel Alegre.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Não é verdade, Sr. Deputado.

**O Orador:** Envolveu-se dos pés à cabeça. É por isso que consideramos que Carlos César é o grande derrotado destas eleições! O seu candidato ficou-se por 25%; o candidato que ganhou teve 56%! Estes são os únicos números que os senhores não podem contestar.

É por isso que se justifica e, efectivamente, verificou-se mais uma vez, a necessidade de renovação de que ontem aqui o Sr. Presidente do



Governo falava. É, efectivamente, o fim de ciclo, Sr. Deputado Berto Messias, que está à vista. E há necessidade de renovação, porque os actuais já provaram que não conseguem resolver os problemas de desenvolvimento dos Açores. As provas estão perfeitamente à vista e neste momento, ainda para mais, houve...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Terminei já, Sr. Presidente.

...a situação complexa que se está a viver.

Ontem, quando o Sr. Presidente aqui falava na renovação, naturalmente que tinha em mente aquilo que ia fazer no final da tarde. Foi a preparação de algo que anunciou no final da tarde e que amanhã, aliás, vai aqui dar lugar a uma cerimónia. Pretendia preparar esse anúncio de uma renovação que, efectivamente, não o era, de uma renovação que não é uma renovação. Que me desculpe a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, por quem aliás tenho apreço pessoal e simpatia, mas que aqui não está...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado. E isso não tem a ver com as presidenciais.

**O Orador:** ...mas a Sra. Deputada Cláudia Cardoso – e respondendo ao repto do Sr. Presidente – é uma velha conhecida da política açoriana.

**Deputado Francisco César (PS):** Não tanto quanto os senhores.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** É mais nova do que a vossa política.

**O Orador:** Foi anterior secretária regional e é a prova de que o Governo está em circuito fechado e não se consegue renovar!

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Os senhores andam à volta, exactamente, entre as mesmas caras. Portanto, é algo...

**Deputado José San-Bento (PS):** Olhe para o seu partido.

**O Orador:** ...que torna evidente – e vou terminar, Sr. Presidente – que andam a rodar aí há dezasseis anos, uns entre os outros. Mas quem falou ontem em renovação, curiosamente, foi o Sr. Presidente do Partido Socialista Açores e Presidente do Governo. Curiosamente...

**Presidente:** Agradecia que terminasse.

**O Orador:** Vou terminar já, Sr. Presidente.

**Presidente:** Mas tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Vou terminar já, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu peço muita desculpa, há bocado o Sr. Deputado Aníbal Pires tinha um minuto e esteve lá cinco!

**Presidente:** Não esteve cinco minutos.

**O Orador:** Por amor de Deus.

Portanto, claramente, e vou terminar já, Sr. Presidente...

**Deputado Francisco César (PS):** E o respeito institucional?

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Sr. Presidente, eu peço-lhe...

**Presidente:** Faça o favor de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Pois, quando realmente deixarem de me interromper!

Relativamente ao Sr. Presidente do Governo, quando ontem falou aqui em renovação, a única coisa que faz é como aquele vendedor de carros que retira e põe o conta-quilómetros a zero, mas aplica-o também a si próprio. Ao aplicá-lo a si próprio, ele esquece-se que é um descaramento, é uma lata completa vir aqui dizer, o Sr. Presidente do

Governo Regional, que é novo na política, como ontem tentou fazer transparecer!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Mas o que tem isso a ver com as presidenciais?

**O Orador**: Seguramente, ele anda por aqui há muito mais de trinta anos, anda por aqui há muito mais tempo do que nós todos juntos! Seguramente, para lhe ser dada uma qualificação – e vou terminar, Sr. Presidente –, a única coisa que podemos dizer é que o Sr. Presidente do Governo Regional é o verdadeiro calhambeque da política açoriana!

**Vozes de deputados da bancada do PSD**: Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados, é preciso serenidade, é preciso elevação no debate e é preciso que se cumpra aquilo que se está a discutir.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Uma defesa da honra da bancada.

**Presidente**: Atendendo a que houve acusações de arrogância, eu dou a palavra, por três minutos, ao Sr. Deputado Berto Messias.

**\*Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não me refiro, permita-me, em nome da serenidade que o Sr. Presidente pediu, nem sequer às acusações de arrogância. Refiro-me ao facto de o Sr. Deputado António Marinho ter dito que o PS continuou aqui a baixa política que se fez na campanha eleitoral.

De facto, não é assim. Trouxemos aqui ontem esta questão, assumindo com serenidade e discutindo com responsabilidade esta matéria.

**Deputado João Costa (PSD):** E o senhor vai reafirmá-lo.

**O Orador:** Reconhecemos que o nosso candidato não atingiu os seus objectivos, fizemo-lo hoje com a elevação que esta casa exige e temos pena que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tenha transportado para aqui os devaneios da sua líder regional na noite eleitoral. Aliás, em contraponto com o Sr. Vice-Presidente da Câmara de Ponta Delgada e com o líder nacional do PSD, que, esses sim, tiveram ponderação e razoabilidade na noite eleitoral.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Sr. Deputado António Marinho, querendo, tem três minutos para contra-defender.

**\*Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou-me redimir do tempo a mais que utilizei e vou utilizar agora uns segundos.

Aquilo que o senhor acabou de dizer, manifestamente, não é uma defesa da honra e é uma tentativa, mais uma vez, de lançar poeira para os olhos das pessoas, para que as pessoas não saibam da derrota, ou para que esqueçam a derrota que os senhores tiveram no domingo passado. É essa a questão importante!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpa, mais uma vez, por há bocado ter passado o limite de tempo.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, é desta forma animada que terminamos a nossa manhã. Vamos para o almoço, retomamos às 15 horas, com a agenda.

Eu pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

*(Eram 12 horas e 59 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

*(Eram 15 horas e 09 minutos)*

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a agenda: **Continuação da Discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010 – “Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na Região Autónoma dos Açores”**.

O diploma foi ontem apresentado pelo Sr. Secretário. Estão abertas as inscrições para intervenção.

*(Pausa)*

Repito, estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Não sei se podemos passar para a votação na generalidade.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Era melhor.

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Ah, estava a fazer-se difícil!

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Apenas arrumava os papéis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo apresenta ao Parlamento uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa disciplinar o regime jurídico da instalação das Farmácias de Oficina na Região Autónoma dos Açores.

Este regime, aliás como foi acentuado ontem, e bem, pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, segue de perto a disciplina em vigor no plano nacional, com excepção de alguns aspectos, sobre os quais me deterei já de seguida e que merecem, da parte da bancada do Partido Social Democrata, um reparo político.

Em primeiro lugar, merece reparo político a circunstância de este diploma, no seu artigo 27.º, remeter para acto regulamentar as condições específicas relativas à instalação, à abertura ou transferência de farmácia. Isto é, e desde logo no rácio número de habitantes/farmácias que, até agora, no ordenamento jurídico regional, foi sempre definido por decreto legislativo regional, o Governo Regional pretende com esta iniciativa que este rácio, que é importante do ponto de vista da instalação das farmácias, que é importante para a prestação de um serviço de interesse público, como é o serviço de dispensa de medicamentos por parte das farmácias de oficina, seja remetido para decreto legislativo regional. Ora, do ponto de vista do PSD, este é um mau presságio legislativo, é uma má técnica legislativa e corresponde, também, a uma opção que viola o Estatuto Político-Administrativo da Região.

Na verdade, o artigo 59.º do Estatuto Político-Administrativo da Região estabelece coisa diferente daquela que o Governo Regional pretende agora obter através desta solução normativa constante do artigo 27.º. Desde logo, permito-me citar o artigo 59.º do Estatuto, que diz que “Compete à Assembleia Legislativa legislar em matéria de política de saúde” e, na alínea e) do n.º 2, sobre “O regime de licenciamento e funcionamento das farmácias e o acesso ao medicamento”. Isto é: claramente, o Estatuto atribui ao Parlamento Regional a competência legislativa para disciplinar todo o regime de licenciamento e funcionamento das farmácias.

Não pode esta norma, como está proposta pelo Governo Regional, ser entendida como uma autorização legislativa, dado que as autorizações legislativas não são permitidas no nosso ordenamento jurídico regional. Não pode ser entendida como uma norma de habilitação para que o Governo, de modo criativo e sem limites, possa disciplinar a seu belo prazer o regime da instalação, da abertura e de transferência das farmácias. Não pode ser entendida como uma credencial legislativa para o Governo...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Oh, paciência! O conluio da bata branca!

**O Orador**: Perdão, Sr. Secretário Regional da Economia?

**Presidente**: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

**O Orador**: Peço desculpa.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Estava a falar comigo? Não disse nada, estava a pensar alto.

**Vozes de deputados da bancada do PSD**: Disse, disse!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Eu sei o que digo.

**Deputado João Costa (PSD):** Se calhar, não sabe.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sei o que digo e sei o que me dizem.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não pode ser, esta norma do artigo 27.º, também entendida como uma credencial para que o Governo Regional possa disciplinar sobre a matéria da transferência, abertura e instalação das farmácias sem que os respectivos princípios e regras estejam claramente definidos neste articulado. Do nosso ponto de vista, é uma técnica legislativa errada, que colocará sob suspeita jurídica – para além de outras suspeitas que se possam, eventualmente, apurar noutras sedes – o decreto regulamentar regional que venha a ser editado para estabelecer as regras relativas à instalação, à abertura e transferência de farmácia.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Lá vem o Sr. Deputado com o que é pouco transparente!

**O Orador:** Quero sublinhar que o rácio de habitantes por farmácia tem sido o grande elemento para a definição de um mapa das farmácias, não só na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, mas também no continente português. E este rácio está ausente desta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Com a solução que o Governo Regional aqui propõe, pode ser uma farmácia por seis mil habitantes, pode ser uma farmácia por dez mil habitantes, como pode ser uma farmácia por cem habitantes.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Ora muito bem!



**O Orador:** Inclusive, com a solução que aqui está, pode ser uma farmácia por cem habitantes, por exemplo, em Santa Cruz da Graciosa, e uma farmácia por cinco mil habitantes em Ponta Delgada, ou por dois mil habitantes no Nordeste. Não há baliza legislativa para esta definição, e não só a solução que o Governo propõe ofende os mais curiais princípios de transparência e de conhecimento das regras, como também – e repito, porque esta é uma matéria importante – viola claramente o artigo 59.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a alínea e) do seu n.º 2. O que pode colocar em crise jurídica, sublinho, o decreto regulamentar que o Governo se preparará para editar, caso este diploma seja aprovado tal e qual a maioria – perdão, o Governo – o propõe.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, há também uma questão que preocupa a bancada do Partido Social Democrata e que é objecto de proposta de alteração na especialidade. Tem a ver com o regime da propriedade da farmácia e com o número de farmácias que cada entidade pode deter. O Governo propõe um limite máximo de quatro farmácias por cada entidade, seja ela pessoa singular ou pessoa colectiva. Seguindo, aliás, de perto a solução nacional, que prevê exactamente o mesmo limite. Numa lógica, convém recordar, de um processo de abertura da propriedade das farmácias a entidades diferentes daquelas que existiam no passado, significando isto que hoje em dia um não farmacêutico pode ser proprietário de uma farmácia, ao contrário do que aconteceu durante muitos anos no ordenamento jurídico português.

Ora bem, o Partido Social Democrata entende que este número de quatro farmácias por entidade é um número excessivo face à nossa realidade e

dispersão geográficas, que recomendam um especial cuidado quanto à concentração da propriedade da farmácia. Com a regra e com o limite que o Governo propõe, de quatro farmácias por entidade proprietária, nós poderíamos ter, face à nossa pequenez insular e utilizando as regras que hoje estão em vigor quanto ao número de habitantes necessários para a existência de uma farmácia, por exemplo, uma única entidade, eu próprio ou qualquer um dos Srs. Deputados por exemplo, sermos proprietários de uma farmácia, de quatro farmácias, em quatro ilhas diferentes, o que nos parece excessivo e pouco cuidadoso face à nossa pequenez e, sobretudo, face a um saudável funcionamento do mercado. É por isso que o Partido Social Democrata, nesta matéria, propõe uma alteração no sentido de baixar este limite para duas farmácias para cada entidade proprietária.

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Partido Social Democrata também manifesta uma preocupação relativamente a um outro aspecto que está vertido nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que tem a ver com a direcção técnica das farmácias. O Partido Social Democrata entende que a direcção técnica de farmácias deve ser, sempre e em qualquer circunstância, mesmo nos casos de impedimento do respectivo farmacêutico director técnico, assegurada por um farmacêutico. Quer ele faça parte do quadro de pessoal da farmácia, quer não faça parte do quadro de pessoal da farmácia. Entendemos, por uma questão de segurança na dispensa de medicamentos, no contacto com o público, no esclarecimento que as farmácias prestam ao público, aos seus utentes, na manipulação de alguns medicamentos que são dispensados pelas farmácias de oficina, nos termos legais, a direcção técnica da farmácia,

nos casos de impedimento do respectivo director técnico, farmacêutico, deve ser assegurada também e sempre por um farmacêutico, de forma a respeitar as regras de saúde pública e a segurança, que deve ser absoluta, na dispensa de medicamentos ao público.

São estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, as três questões centrais em relação às quais o Partido Social Democrata apresenta propostas de alteração e em relação às quais nós temos dúvidas, simetricamente, quanto à proposta que o Governo Regional aqui apresenta.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não é o Partido Social Democrata, é a Associação Nacional de Farmácias!

**O Orador:** Por fim, não podemos deixar de fazer também uma brevíssima referência, dizendo que este Regime Jurídico das Farmácias de Oficina pouco tem de inovador, na medida em que se trata de transpor para o direito regional um conjunto de normas nacionais que já estão em vigor para todo o país e cuja transposição para o direito regional seria dispensável, porque as normas nacionais seriam directamente aplicáveis. Contudo, entendemos que esta transposição se realize num quadro de harmonização da legislação e de estabelecimento de consolidação, num diploma único, de um regime geral de farmácias de oficina, de normas nacionais e de normas regionais com um sentido próprio, atendendo à especificidade própria da Região Autónoma dos Açores.

É neste sentido, também, que compreendemos esta transposição, ou melhor, esta transcrição, de um conjunto de normas e diplomas nacionais que estão em vigor, para este designado Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**\*Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Pedro Gomes levantou em relação à capacidade legislativa da Assembleia Legislativa Regional, o Governo Regional não pretende legislar sobre assuntos que não pode, mas entendemos que, à luz do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, podemos efectivamente remeter para regulamentação aquelas que são condições específicas de instalação. Portanto, o regime geral está aqui proposto. De outro modo, também, toda a legislação que fosse feita, de acordo com a alínea e) não poderia ser regulamentada. Portanto, entendemos que esta Assembleia pode perfeitamente legislar sobre estabelecer um Regime Jurídico das Farmácias, remetendo depois para regulamentação condições específicas de instalação e de funcionamento das farmácias. Aliás, é assim que está feito a nível nacional.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O exemplo está mal enquadrado, Sr. Secretário.

**O Orador:** Relativamente às outras duas propostas do PSD, são efectivamente propostas que chegaram a todos os deputados desta casa, quer feitas pela ANF, quer feitas pela Ordem dos Farmacêuticos.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** São transcrições.

**O Orador:** Relativamente ao limite de quatro farmácias, não nos parece excessivo haver esta possibilidade aqui no território dos Açores. É assim a nível nacional, em toda a dispersão territorial; é assim também na Madeira, que pura e simplesmente aplica o que está disposto a nível nacional ao território madeirense.

Por último, em relação ao director farmacêutico, pois é de facto também uma proposta da ANF e da Ordem dos Farmacêuticos, que todos os deputados nesta casa deverão ponderar.

**Presidente:** Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD, pela voz do Sr. Deputado Pedro Gomes, traz aqui três reparos relativamente a este projecto de diploma que regulamenta a parte jurídica das Farmácias de Oficina na região.

É evidente que, começando pela última preocupação do Sr. Deputado dizendo que é pouco inovador, pois, de facto, não vale a pena estarmos a inventar aquilo que já existe e que está bem feito a nível de outras regiões ou ao nível do país. Entendeu e entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que este é um bom diploma. É verdade que também reconhece que é preciso fazer algumas melhorias, por isso tem as suas propostas, que já foram distribuídas, para melhorar este diploma, como também algum aditamento.

Mas gostaria de dizer ao Sr. Deputado Pedro Gomes, relativamente à questão que levantou – da legitimidade dos requisitos para a abertura, transferência e instalação dos postos de novas farmácias e postos de medicamentos poder violar o Estatuto Político-Administrativo da Região

Autónoma dos Açores –, que entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que assim não é. Até porque a nível da República, como sabe, esta problemática remonta a um diploma de 1968, que cria o estatuto relacionado com a prática farmacêutica e também a abertura, encerramento e transferência de farmácias. Nesse próprio diploma, com as alterações que entretanto surgiram, está escrito que é através de portarias que se estabelecem e aprovam as condições em que são autorizadas a instalação de novas farmácias e suas transferências e postos de medicamentos.

Curiosamente, o Decreto-Lei 307/2007, que é o novo diploma que cria o Regime Jurídico das novas Farmácias, a nível nacional é regulamentado por uma portaria. E, se quisermos também falar na Região Autónoma da Madeira, o mesmo diploma é adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional que, curiosamente, tem apenas um artigo, que é o artigo 5.º, que diz que o Governo Regional criará disposições regulamentares para regulamentar esse diploma. Curiosamente também, nesse diploma não é por decreto regulamentar, mas sim por portaria. Aqui, o Governo da Região Autónoma dos Açores vai mais além, porque, como está expresso no 27.º, é por decreto regulamentar regional e, como o Sr. Deputado sabe muito melhor do que eu, um decreto regulamentar regional é completamente diferente de uma portaria.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que este Projecto, tal e qual como está...

**Deputado João Costa (PSD):** Com as alterações e as alterações às alterações.

**O Orador:** ...é perfeitamente legítimo e não põe em crise a aplicação do novo Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.

É verdade, e temos de reconhecer, que em 1999 houve um decreto legislativo regional que veio criar e disciplinar a abertura, os concursos de abertura de novas farmácias e a transferência. Mas, não sendo eu jurista, entendo que na altura o Governo optou por essa iniciativa porque se fazia então aplicar na região, como lei, uma portaria nacional. Na altura, o Governo entendeu, pela dignidade do acto e a importância desta matéria, que era mais correcto, sob o ponto de vista de que se levantaram questões de interpretação constitucional, ser por um decreto legislativo regional, apenas e só por essas razões. Por isso, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que esta metodologia e que esta proposta agora em discussão reúnem todos os requisitos legais para o efeito.

Quanto à questão da preocupação da direcção técnica farmacêutica ser obrigatoriamente desempenhada por um farmacêutico, é evidente. Um dos grandes objectivos do diploma nacional assim o explicita e também o objectivo do diploma regional é, precisamente, a exigência de que haja obrigatoriamente e em exclusividade a presença de um director técnico farmacêutico. Como igualmente, como poderá verificar nas nossas propostas de alteração, fazemos a proposta para que, obrigatoriamente também, nas farmácias exista um director técnico adjunto, que substituirá o director técnico efectivo nas suas ausências e impedimentos.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente este diploma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A necessidade de regulamentação da actividade das farmácias 'oficina' é reveladora da sua diferença relativamente a outras práticas comerciais.

É consensual que devemos regulamentar a venda e disponibilização de bens e serviços de saúde, apesar do seu carácter privado. Por isso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores apresenta uma série de propostas de alteração e de adenda à proposta do Governo Regional, com o intuito de, dentro do possível, assegurar, por um lado, uma melhor autonomia e independência do exercício profissional dos farmacêuticos. Por outro lado, e considerando que a intenção é regulamentar uma actividade que, apesar de também ser comercial, é, sobretudo, de superior interesse público, procuramos, através das nossas propostas, garantir condições de concorrência leal.

A proposta do governo em apreciação, tal como está, possibilita, indirectamente, a concessão de farmácias hospitalares ao sector privado lucrativo, mesmo quando temos conhecimento dos resultados desastrosos de tal experiência, no continente.

As nossas propostas de alteração procuram introduzir garantias que salvaguardem a saúde pública, ao assegurar que o atendimento ao público nas farmácias ou mesmo postos de farmácia seja feito por um farmacêutico. Por outro lado, as nossas propostas promovem a empregabilidade e o empreendedorismo das pessoas qualificadas para exercer a sua actividade numa área para que se sentem vocacionadas, contribuindo, por inerência, para um bom serviço à saúde pública.



A defesa das nossas propostas será, depois, feita no momento da discussão na especialidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma agora em discussão parece-nos um diploma positivo e necessário, que vem regulamentar uma actividade que estava, nos Açores, com legislação algo dispersa, que não estava coarctada num único diploma. Portanto, parece-nos bom o Governo trazer esta iniciativa à Assembleia. No entanto, há aqui algumas questões para as quais gostaríamos de chamar a atenção.

Vem acontecendo muito e nós também temos de ter algum cuidado com isso, nomeadamente, na questão das quatro farmácias, uma entidade poder ter a propriedade de quatro farmácias. É bem verdade que, se formos ver com rigor, numa ilha pequena, como por exemplo São Jorge, se pode facilmente cartelizar o sector, ou fazer um cartel, com apenas duas farmácias. Basta haver quem compre as duas farmácias da ilha e fica obviamente feito um cartel, com duas. Nas ilhas pequenas, como na Graciosa, também se verifica o mesmo, ou seja, o cartel pode fazer-se com quatro, mas também se pode fazer com duas.

Mas também devemos dar um sinal aos empresários e à sociedade de que não é isso que nos interessa e que devemos, talvez, tentar pôr alguma moderação nisto. Neste sentido, o CDS apresentará uma proposta de alteração ao diploma, reduzindo de quatro para três farmácias, no intuito de dar este sinal positivo, para que não se caminhe

para uma excessiva cartelização do sector, com graves inconvenientes para os utentes.

Passo a explicar: se apenas um empresário tiver as duas ou as três farmácias de uma ilha – e como todos nós sabemos ou alguns de nós saberão, com certeza, melhor, existe grande concorrência da indústria farmacêutica para colocar nas farmácias os produtos da sua marca e da sua linha, seja em produtos das diversas especialidades, da medicina dentária, da dermatologia, por aí fora, produtos que não são comparticipados por receita médica mas são caros ao utente, e é aí que as margens são de 25 a 40%, portanto –, há logo a diminuição do poder de escolha que à partida pode existir, e há também o perigo de esses produtos serem mais caros. Nesse sentido, achamos que a cartelização e o aumento excessivo não são desejáveis. Por isso, apresentaremos uma proposta para reduzir para três, chamando a atenção para que com duas também pode haver cartel, mas com três será mais difícil, sobretudo nas ilhas maiores.

Depois, efectivamente – e já aqui foi feita a referência –, o nosso Estatuto Político-Administrativo é bem claro nessa matéria e julgo que aí devemos estar muito atentos – o Sr. Deputado Pedro Gomes já a isso fez referência –, o Estatuto diz claramente que o regime de licenciamento e funcionamento das farmácias e o acesso ao medicamento são competência da Assembleia Legislativa. Julgo que é essa competência que nós também devemos ter em consideração, sob pena de, efectivamente, este diploma poder vir a ser considerado ilegal. Portanto, julgo que o Governo deve estar aberto, eventualmente, a alguma alteração. Já fizemos uma proposta de alteração, que foi entregue, para que isso passe a ser por decreto legislativo regional.

Eu compreendo o argumento do Sr. Deputado Domingos Cunha, que diz que, efectivamente, é um *upgrade* em relação à Madeira. Efectivamente é, passa de um despacho ou de uma portaria para um decreto regulamentar regional, estamos de acordo.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** No nacional é portaria.

**O Orador:** Portaria nacional. Agora, julgo que temos...

**Deputado João Costa (PSD):** Temos o nosso Estatuto.

**O Orador:** ...a obrigação de respeitar o nosso Estatuto. Esta Assembleia, sobretudo, tem esse dever, de respeitar o nosso Estatuto.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Acho que, consensualmente, podíamos passar isso para decreto legislativo regional. Não vem mal ao mundo, antes pelo contrário. Com certeza que respeitaríamos mais a lei e a vontade do legislador que fez o Estatuto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**\*Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sobre a pertinência e a oportunidade do diploma em apreço, está dito pelos oradores que me antecederam. Relativamente ao diploma temos, Representação Parlamentar do PCP, algumas reservas. Desde logo, o facto de a propriedade das farmácias poder ser atribuída a não farmacêuticos, assim como também algumas dúvidas sobre as questões do artigo 27.º.

Por isso mesmo, fizemos algumas propostas de alteração para a especialidade, nas quais introduzimos mais um ponto, de modo a que

ficassem expressas neste decreto legislativo regional algumas questões a considerar nas condições gerais de abertura e transferência das farmácias, envolvendo, quer a autoridade de saúde, quer as câmaras municipais, bem como, ainda, uma outra condição e abrindo a possibilidade de que isso pudesse ser feito através de decreto regulamentar regional, desde que considerada esta proposta que fazemos para a especialidade.

Temos, portanto, algumas reservas relativamente ao texto. De qualquer forma, anuncio desde já que iremos dar o nosso apoio, na generalidade, a este diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Sr. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

**\*Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Queria pedir um intervalo regimental de meia hora, para termos oportunidade de analisar as propostas de alteração entretanto distribuídas.

**Presidente:** É regimental. Recomeçamos os nossos trabalhos às 16 horas e 10 minutos.

*(Eram 15 horas e 39 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, peço-vos o favor de reocuparem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 16 horas e 12 minutos)*

Tínhamos terminado as inscrições existentes. Portanto, creio não existirem mais inscrições. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação, na generalidade, do diploma.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do CDS não está presente na sala ainda.

**Presidente:** Vamos aguardar mais um ou dois minutos, embora a chamada esteja feita, mas vamos aguardar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Nesse sentido, solicito um intervalo regimental de cinco minutos.

**Presidente:** Muito bem, Sr. Deputado, está concedido.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, visto o Grupo Parlamentar do CDS já se encontrar presente, presumo que podemos retomar os nossos trabalhos.

Vamos então, conforme dizia há pouco, proceder à votação, na generalidade, do diploma que acabámos de debater, também na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Lembro que o diploma, do seu artigo 1.º ao seu artigo 7.º, inclusive, não é alvo de qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso

colocar esses artigos à votação em bloco. Creio não haver oposição. Vamos então votá-los em bloco, do artigo 1.º ao artigo 7.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 8.º, há uma proposta de alteração do CDS/PP, que introduz um novo n.º 2 e renumera os anteriores números 2 e 3 para 3 e 4. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 8.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de aditamento de um n.º 3, para o artigo 9.º, proposta pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 9.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, do artigo 10.º ao 14.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em bloco. Assim sendo, vamos votá-los em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 15.º há uma proposta de eliminação da respectiva alínea b) do n.º 1 e para o n.º 2, proposta pelo BE. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação da proposta do artigo 15.º. Diga, Sr. Deputado, quer que se vote ponto a ponto o artigo 15.º? E o n.º 1, alínea a alínea? Vamos então votar o artigo 15.º, n.º 1, alínea a).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A alínea anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 15.º, n.º 1, alínea b).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A alínea anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Artigo 15.º, n.º 1, alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A alínea anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 15.º, n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O número anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Artigo 15.º, n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O número anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração do PCP para o n.º 1 do artigo 16.º. Vou colocá-la à votação.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração para o artigo 16.º do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta para o artigo 16.º visa impedir o cartel ou monopólio comercial, garantindo, assim, um serviço com qualidade e diversificação de produtos e serviços farmacêuticos, o que resulta, necessariamente, no benefício dos utentes. Além disso, os serviços prestados pelas farmácias não podem ser comparáveis à mera actividade comercial, pois está em causa um serviço de saúde, apesar de privado, e práticas que obedecem a códigos deontológicos e requerem qualificações técnico-científicas.

Entendemos que só o farmacêutico possui conhecimentos técnico-científicos que asseguram a prestação de serviços com qualidade e responsabilidade e ética, já que os farmacêuticos respondem perante um código ético e deontológico.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Está fora do limite, não tem nada a ver com o artigo.

**O Orador:** A proposta do Governo Regional possibilita que não farmacêuticos possam efectuar atendimento ao público, abrindo um

precedente que poderá comprometer o superior interesse dos utentes, somente assegurado se o atendimento for efectuado por um farmacêutico.

**Presidente:** Creio não haver mais intervenções. Vamos então passar à votação desta proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 16.º.

Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com brevidade, para apresentar a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ao artigo 16.º.

A proposta do Partido Social Democrata visa restringir a titularidade da propriedade de farmácia ao máximo de duas farmácias por cada uma das entidades proprietárias. Ao contrário da proposta que o Governo apresenta, que prevê um limite máximo de quatro farmácias por entidade proprietária, o Partido Social Democrata propõe o número de duas farmácias, considerando que este número é o que mais se adequa à economia, não só dos Açores, mas de cada uma das nossas ilhas. É o

número que permite contrariar uma possível tendência de monopólio, que seria indesejável numa economia como a nossa. E também é o número que permite impedir uma cartelização no sector das farmácias.

Entendemos que o número de quatro farmácias proposto como limite pelo Governo Regional, como tive ocasião de dizer há pouco, durante este debate, pode levar uma única entidade, seja uma pessoa singular, seja uma sociedade comercial, ou uma entidade no sector social da economia, a deter por exemplo a propriedade de quatro diferentes farmácias em quatro ilhas; ou, por exemplo no caso do Pico, que tem cinco farmácias, ser dono da maioria, da larguíssima maioria, das farmácias numa mesma ilha.

Julgamos que, do ponto de vista económico, do ponto de vista das regras do mercado e de uma economia de mercado, que se deseja saudável mas com regras de regulação, este número de quatro farmácias por entidade é indesejável. Consideramos que é mais adequado à nossa realidade e à nossa economia o número, que agora propomos, de duas farmácias por entidade.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, o número de duas farmácias por proprietário é a proposta do sector para a propriedade das farmácias.

O que é facto é que hoje em dia, em algumas ilhas dos Açores, já existe de alguma forma algum monopólio. O monopólio já existe em algumas ilhas dos Açores. Se é certo que as quatro também podiam caminhar excessivamente nesse sentido, o CDS apresenta aquela que nos parece ser uma proposta talvez mais consensual, para esta casa e para todos,

que é a propriedade de um máximo de três farmácias. Talvez, assim, consigamos obter um consenso que seja desejável para todos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vou colocar então à votação a proposta de alteração do PSD para o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Ficou assim prejudicada a proposta de alteração do CDS/PP para o mesmo número e para o mesmo artigo, que era o 16.º.

*(Vozes de protesto da câmara)*

**Presidente:** Foi rejeitada, tem razão, não ficou. Vamos votar a proposta de alteração, para o artigo 16.º, do CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, dos artigos 17.º a 20.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto se posso votá-los em bloco. Assim será, então, Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 1 do artigo 21.º, do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração para o mesmo artigo, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Agora sim, creio que tenho razão se disser que a proposta do PSD, que era para os mesmos números e artigos, ficou prejudicada.

Vamos votar o artigo 21.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 22.º há uma proposta de alteração do BE. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 22.º da Proposta.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, gostaríamos de votar separadamente o ponto 1 e o ponto 2.

**Presidente:** Do artigo 22.º, com certeza.

**A Oradora:** Exactamente, muito obrigada.

**Presidente:** Vamos colocar então à votação o n.º 1 do artigo 22.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o n.º 2 do artigo 22.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 23.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar agora à proposta de alteração para o n.º 1 do artigo 24.º, apresentada pelo BE.

Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É importante salientar que o farmacêutico é um profissional de saúde, especializado no medicamento e, acima de tudo, um agente de saúde pública. Por isso, o Director Técnico, enquanto farmacêutico, só pode delegar as suas funções num profissional com a mesma formação técnico-científica, que corresponda e responda pelos mesmos princípios éticos e código deontológico.

Aproveito, já agora, para justificar também a nossa proposta para os artigos 25.º e 26.º, porque vai no mesmo sentido.

É impossível supervisionar uma pessoa sem qualificação suficiente, considerando a responsabilidade profissional necessária para que se efectue o atendimento ao público. O farmacêutico, por princípio ético e deontológico, coloca em primeiro lugar o interesse de saúde pública e não o interesse comercial. Aliás, essa é, igualmente, a razão pela qual o farmacêutico deverá ter prioridade na atribuição de alvará, pois só assim

se garantirá a sua autonomia relativamente a interesses mercantilistas do proprietário não farmacêutico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos então votar a proposta de alteração do BE para o n.º 1 do artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de substituição integral para o artigo 24.º, apresentada pelo PS.

Faça o favor, Sra. Deputada.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, era para lhe pedir, mais uma vez, que fosse votada ponto a ponto.

**Presidente:** A proposta do PS?

**A Oradora:** Exactamente.

**Presidente:** Sim, senhora.

Proposta de alteração do PS para o n.º 1 do artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

**Presidente:** Proposta de alteração do PS para o n.º 2 do artigo 24.º.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração do PS para o n.º 3 do artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

**Presidente:** Como as alterações que acabámos de votar acabam por consubstanciar uma substituição integral do artigo, não temos de votar o artigo 24.º da Proposta.

Passamos para o artigo 25.º, mais concretamente para a proposta de alteração para o seu n.º 2, apresentada pelo BE. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Diga, Sra. Deputada?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, pedia-lhe que se repetisse a votação, e ponto a ponto.

**Presidente:** Proposta de alteração do PS para o artigo 25.º, n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 25.º, que introduz um novo n.º 2 e renumera para n.º 3 o anterior n.º 2, o que pode ser em conjunto. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

**Presidente:** Também pelas razões anteriores, não é necessário votar a proposta do artigo 25.º, já que ela foi integralmente substituída.

Chamaram-me a atenção para que há pouco não votámos a proposta do artigo 16.º, com as alterações que lhe foram introduzidas. Vamos votar agora a proposta do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo apresentado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** O artigo 25.º, no seu proémio, não foi substituído, não é isso, Sr. Deputado Pedro Gomes? Vamos votar o artigo 25.º da Proposta, porque afinal é necessário.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Passamos agora para o artigo 26.º, proposta de alteração do BE para este artigo.

Sr. Deputado Pedro Gomes, para uma intervenção, tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota sobre esta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar convictamente contra esta proposta de alteração...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Convictamente!

**O Orador:** ...na medida em que nos parece, não só um absurdo jurídico, como um absurdo relativo ao regime de acesso à propriedade da farmácia, na medida em que esta proposta vem ultra condicionar o

acesso à farmácia, na medida em que vem estabelecer como condição, como principal critério de adjudicação de licenciamento o reconhecido exercício da actividade de farmacêutico. O que significa que só pode aceder e só pode ser proprietário da farmácia quem já foi farmacêutico e tem um exercício de farmacêutico, quando o regime de propriedade da farmácia – e é bom lembrá-lo – é um regime que já não está condicionado à titularidade de uma profissão. Qualquer pessoa singular, sociedade comercial ou entidade do sector da economia social pode ser proprietária de uma farmácia.

Esta proposta do Bloco de Esquerda vem justamente dizer o contrário daquilo que está legislado e impossibilitar, na prática, que o regime de propriedade da farmácia se desenvolva com naturalidade, ao impor como condição preferencial o exercício reconhecido da actividade de farmácia para a atribuição do alvará. Não faz sentido e briga com o princípio da liberdade de propriedade da farmácia, que hoje já está em vigor, e muito bem, no ordenamento jurídico português.

Muito obrigado.

**Deputados Artur Lima (CDS/PP) e João Costa (PSD):** Muito bem!

Muito bem!

**Presidente:** Vamos então prosseguir, vou colocar à votação esta proposta de alteração do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 26.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos agora ao artigo 27.º, mais concretamente a uma proposta, do PCP, de substituição integral.

Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito a proposta do Partido Comunista para, neste ponto e relativamente a este artigo, apresentar também já a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata relativamente às condições de abertura e transferência de farmácias.

O Partido Social Democrata apresenta também uma proposta de alteração para este artigo, na sequência daquilo que enunciei na intervenção inicial neste nosso debate. A proposta que o Partido Social Democrata apresenta vai no sentido de as condições gerais e específicas de instalação, abertura e transferência de farmácia constarem de decreto legislativo regional próprio e não de decreto regulamentar regional, como prevê a iniciativa do Governo, ou de sentido inverso, como prevê também aqui a iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Volto a chamar a atenção da câmara para a importância desta matéria. Volto a recordar que, de facto, o artigo 59.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no seu n.º 2, alínea e), estabelece que é competência legislativa – e não regulamentar – da Assembleia regular e estabelecer o regime de licenciamento e funcionamento das farmácias e o acesso ao medicamento.

A pergunta que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deixa é esta: o regime de propriedade da farmácia está sujeito a um especial condicionamento, que este diploma vem estabelecer, um condicionamento que tem a ver com a limitação do número de farmácias que cada entidade pode ter, um condicionamento que tem a ver com, de acordo com a legislação que ainda está em vigor, a instalação das farmácias, com um número de habitantes definido para a sua instalação. E estas são condições especialíssimas, numa actividade que não está sujeita à regra livre do mercado.

Por razões históricas, por razões de segurança jurídica, por razões de mercado, por razões de saúde pública, o Estado tem entendido, tradicionalmente, que a actividade da farmácia não deve ser uma actividade livre, deixada ao livre arbítrio dos mercados, mas deve ser uma actividade com condicionamentos impostos pelo Estado. O condicionamento imposto pelo Estado quanto ao número de habitantes necessários para a instalação de uma farmácia é um princípio fundamental do regime de instalação, de abertura ou transferência de uma farmácia. E, na medida em que é um princípio fundamental, tem de constar de decreto legislativo regional.

É preciso recordar também que um decreto regulamentar regional, nesta matéria, é um decreto regulamentar subordinado aos princípios que o

decreto legislativo que contém o regime de farmácia estabelece. Nesta medida, esta norma do artigo 27.º, que está proposta pelo Governo Regional, não tem nenhum princípio, nenhuma regra geral, nenhuma baliza jurídica, quanto ao regime da instalação, abertura e transferência de farmácia.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nessa medida, qualquer decreto legislativo regional, perdão, qualquer decreto regulamentar regional que o Governo Regional venha a fazer, disciplinando regras de transferência, regras de abertura ou regras de instalação de farmácia, será ilegal, por violação do regime jurídico que agora estamos a votar. Esta é a consequência jurídica da norma em branco que o Governo propõe e que, suponho eu, supõe a bancada do Partido Social Democrata, a maioria socialista irá cancelar.

Faço um apelo ao Governo Regional e à bancada do Partido Socialista para que, com sensibilidade jurídica – é disso que estamos aqui a tratar – recuem na proposta que apresentaram e acolham, ou a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ou a proposta do CDS/PP que vai exactamente no mesmo sentido...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É o contrário!

**O Orador:** ... de forma – não estou aqui a fazer uma observação cronológica – a dar segurança jurídica a um Regime Jurídico da propriedade e do uso da farmácia, que se quer seguro...

**Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...que não se quer incerto e que possa vir a ser sindicável por qualquer entidade, amanhã, depois de um eventual decreto

regulamentar regional ser editado ou, eventualmente, sujeito ao crivo de uma fiscalização por ilegalidade, por violação do Estatuto.

É uma questão sensível. Quero aqui renovar o apelo que há pouco formulei, para que possamos encontrar uma solução adequada e que, de facto, dê garantias jurídicas e de segurança a esta matéria.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não discordando quanto à substância da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, obviamente que discordo quanto à cronologia. Efectivamente, a proposta do CDS/PP deu entrada antes da proposta do PSD e, portanto, o argumentário é exactamente ao contrário daquele que fez o Sr. Deputado do PSD.

Assim, vamos apresentar a nossa proposta, efectivamente vai a votação, devido às dúvidas que temos, interpretando o Estatuto, sobre essa questão de decreto regulamentar regional ou de um decreto legislativo regional, que será competência desta casa.

Portanto, só para repor a verdade histórica e cronológica dos factos, a proposta do CDS/PP entrou efectivamente primeiro e, assim, também podemos dizer que concordamos com a proposta do Partido Social Democrata, que veio a seguir à nossa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ouvindo atentamente as explicações de quem tem competência nesta matéria, especificamente na área jurídica, entende no entanto, tal como aquando da minha primeira intervenção, que esta é uma matéria específica.

É uma matéria que, dentro das competências que estão acometidas ao Governo Regional, pode e deve ser regulamentada tal qual aquilo que acontece, quer com legislação nacional, quer com a legislação na Região Autónoma dos Açores. Entendemos que é uma matéria, de facto, muito específica. É preciso ter em consideração a realidade das nossas ilhas, particularmente de algumas delas.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Por isso mesmo!

**O Orador:** Se assim fosse, com esse entendimento, teríamos muito provavelmente, e o Governo, de estar aqui a apresentar com alguma regularidade projectos de decreto legislativo regional para alterar, quer a capitação, quer as distâncias entre farmácias, quer inclusivamente o raio de separação entre farmácias. A nossa realidade e as ilhas que nós temos, principalmente aquelas que são ditas mais pequenas, têm particularidades específicas, que nos parecem obrigar a termos uma visão diferente desta matéria.

E a visão é que efectivamente esta é uma competência do Governo, pela qual deverá regulamentar este diploma, que é um diploma que abrange, na sua especificidade, o Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos passar então à votação da proposta de substituição integral do PCP para o artigo 27.º.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, queria solicitar que os pontos 1 e 2 do artigo 27.º, do artigo da proposta do PCP, fossem votados separadamente.

**Presidente:** Muito bem, vamos votar, então, a proposta de alteração do PCP para o artigo 27.º, n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração do PCP para o artigo 27.º, n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do

CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Quanto à proposta de alteração do PSD, embora seja de idêntico teor, creio que ela está substantivamente prejudicada. Não vale a pena votar, porque ela tem o mesmo teor da do CDS/PP, exactamente. Vamos votar agora o artigo 27.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 28.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora uma proposta de aditamento do BE de um artigo 28.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 29.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à proposta de alteração do BE para o artigo 30.º.

Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito brevemente, só para justificar a nossa adenda, o gabinete do utente. O gabinete, do nosso ponto de vista, é essencial para a prestação de serviços farmacêuticos e atendimento individualizado, garantindo uma maior privacidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos então votar esta proposta do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 30.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de aditamento de um artigo 30.º-A, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Os artigos 31.º, 32.º e 33.º, inclusive, da Proposta, não são objecto de qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em bloco. Creio que sim, vamos então proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta do BE de aditamento de um artigo 33.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 34.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Falta a epígrafe, portanto vamos votar o artigo 35.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora ao aditamento, do Partido Socialista, de um artigo 35.º-A.

Diga, Sr. Deputado, faça o favor.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que na votação do artigo 35.º não é exactamente assim, porque a proposta de alteração do Bloco de Esquerda não é uma proposta de substituição integral do artigo. É apenas, tanto quanto consigo entender, a substituição da expressão “pela obtenção”, pela expressão “a obtenção”. Nessa medida, ao votarmos a proposta do Bloco de Esquerda estamos apenas a votar o artigo “a”. Teremos de votar o remanescente do artigo e a epígrafe, também. Portanto, creio que não está.

Obrigado.

**Presidente:** Muito bem, agradeço.

Vamos então votar o artigo 35.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação da proposta de aditamento, do Partido Socialista, de um artigo 35.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Dos artigos 36.º a 41.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em bloco. Assim vamos fazer então.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração do BE para o artigo 42.º.

Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No nosso entender, os postos de farmácia devem garantir um atendimento com garantia, mínima, de qualidade. Para tal, e em consonância com as nossas propostas de alteração anteriores, o farmacêutico é o profissional mais indicado.

A manutenção de postos de farmácia depende de circunstâncias de capitação, área de atendimento, condição de atendimento, etc. Quando essas condições se verificarem, então deixa de ser desejável ter um posto de farmácia e considera-se que será de interesse público o lançamento de

um concurso público para adjudicação de licenciamento e alvará de nova farmácia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 42.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração da epígrafe e do n.º 1, e de eliminação do n.º 2, do artigo 42.º, proposta pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 42.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.



**Presidente:** Passamos agora à proposta de aditamento do PS de um artigo 42.º-A.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista da necessidade destes postos farmacêuticos móveis para a nossa região, para as nossas ilhas, para a dimensão das nossas ilhas e sobre as condições que se prevêem, enfim. Temos algumas dúvidas e queríamos pedir alguns esclarecimentos sobre esta matéria.

**Presidente:** Creio não existirem mais intervenções. Assim sendo, passamos para a votação.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Nem sabem responder!

**Presidente:** As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora, Sras. e Srs. Deputados, para a proposta de eliminação do artigo 43.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de substituição para o artigo 43.º, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

**Presidente:** Ficou assim prejudicada a proposta de alteração do PSD para o n.º 3 do artigo 43.º. Creio também que, como a do PS se tratava de uma substituição integral, não precisamos de votar o artigo 43.º da Proposta.

Vamos continuar. Temos uma proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 44.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 44.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 45.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar a proposta, do PS, de alteração da alínea b) do artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 46.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, do artigo 47.º ao artigo 52.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em bloco. Assim vamos fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 53.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 53.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Os artigos 54.º a 56.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, coloco-os à votação em bloco. Creio não haver. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** O Sr. Deputado Pedro Gomes pede a palavra para? Uma declaração de voto? Tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata contribuiu de maneira clara e esclarecedora para o debate de uma matéria importante para a economia dos Açores, como é o Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na nossa região. Apresentámos propostas concretas, de clareza suficiente, que visavam melhorar este diploma, regular o regime

da propriedade da farmácia e introduzir garantias de segurança jurídica a todos os operadores do mercado e a todos os cidadãos.

Não entendeu a maioria do Partido Socialista acompanhar as preocupações do Partido Social Democrata nas matérias que foram objecto de propostas apresentadas e, em particular, relativamente às regras das instalação, abertura e transferência de farmácias, que o Partido Socialista persistiu teimosamente em remeter para um decreto regulamentar regional, sem que o designado Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na região, que esta câmara acabou de aprovar, contenha os princípios gerais quanto às regras para a instalação, abertura ou transferência das farmácias. No entender do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, esta omissão legislativa fere juridicamente de maneira profunda o decreto regulamentar que o Governo vai editar sobre esta matéria, violando claramente o disposto do artigo 59.º, n.º 2, alínea e), do nosso Estatuto Político-Administrativo.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nesta medida, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata anuncia desde já que vai, após a publicação pelo Governo Regional do decreto regulamentar previsto neste artigo 27.º do Regime Jurídico, suscitar a fiscalização abstracta da legalidade desse decreto regulamentar regional...

*(Vaías do Presidente do Governo Regional)*

...junto do Tribunal Constitucional...

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso é que é, sim senhor!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É o respeito do Estatuto, que é dever de todos nós defender esta casa!

**O Orador:** ...ao abrigo do disposto no artigo 281.º da Constituição.

**Deputado Berto Messias (PS):** Com amigos destes...

**O Orador:** É uma questão...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** É uma questão de teimosia!

**O Orador:** ...de segurança jurídica. É uma questão de rigor jurídico. É uma questão de verdade legislativa. Bem podem os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista brincar com a questão, mas nós não brincamos com a vida dos cidadãos nem com a vida das empresas desta região!

**Deputado Berto Messias (PS):** Ninguém brinca aqui! Ninguém brinca com esta questão!

**O Orador:** Sobretudo, não brincamos nem gracejamos...

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...com a segurança jurídica que deve presidir a um negócio, que não é um negócio qualquer. É um negócio que tem a ver com a saúde pública, com a dispensa de medicamentos aos cidadãos, e que é realizado pelas farmácias, que tem regras específicas e que tem um regime de condicionamento quanto à instalação e à propriedade!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Partido Social Democrata não brinca com estas matérias!

Nesta medida, em nome do rigor jurídico...

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Aliás, não faz nada sobre estas matérias! Também tem iniciativa legislativa!

**O Orador:** ...e da verdade, o Partido Social Democrata reafirma a sua intenção de suscitar, quando o decreto regulamentar regional for

publicado, a sua fiscalização, a fiscalização da sua legalidade junto do Tribunal Constitucional, para que se clarifique, de facto, se o Partido Social Democrata tem ou não razão. Mas, mais do que isto, se a maioria socialista persistiu, teimosamente, em violar ou não o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Muito obrigado.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Isso deve ter o patrocínio da *remix*.

**Presidente:** Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, repudiar vivamente as afirmações do Sr. Deputado Pedro Gomes...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Deputado João Costa (PSD):** Era o que faltava.

**O Orador:** ...quando afirmou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo brincam com os cidadãos e com a vida dos cidadãos. Isto é deplorável, Sr. Deputado.

**Vozes das bancadas do PS e Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Este Projecto de Decreto Legislativo Regional que aqui veio, que foi discutido e aprovado, trouxe não só a compatibilização daquelas que são as actuais orientações, quer da Comunidade Europeia, quer do Governo da República, nesta matéria, mas permitiu também que aquilo que existia desde 1968 no Decreto-Lei que regulamentava não só o exercício farmacêutico, como também a abertura de novos postos

farmacêuticos, viesse ser adaptado à nova realidade da política do medicamento e da prestação de serviços, que também são da competência das farmácias.

O Partido Social Democrata, trazendo aqui um discurso de que contribuiu com grande pertinência para a melhoria deste documento, veio não só confundir uma vez mais os cidadãos, porque também, quando desafiado em sede de Comissão dos Assuntos Sociais...

**Deputado João Costa (PSD):** Isso é que é um abuso.

**O Orador:** ...disse que não tinha condições para apresentar nenhuma proposta.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** Ora, isto quer dizer que estes são diplomas importantes, que obrigam a ser apreciados, discutidos, no sentido da salvaguarda do bem-estar e da saúde dos cidadãos...

**Deputado João Costa (PSD):** O Sr. Deputado diga até quando se podem apresentar propostas de alteração!

**O Orador:** ...daqueles que utilizam as Farmácias de Oficina como fornecedores de medicamentos para o seu tratamento e para o seu bem-estar.

Mais, Sr. Deputado Pedro Gomes, gostaria de dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que o Grupo Parlamentar do PSD votou mais vezes contra as nossas propostas do que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra as propostas do PSD.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!



**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Tem de explicar melhor essa, porque ninguém percebeu!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010 – “Regime da Dispensa de Medicamentos em Unidose”**.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde, para apresentar o diploma.

**\*Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional visa alcançar um grande objectivo para o Serviço Regional de Saúde, que é promover a racionalização do uso de medicamentos.

Assistimos agora à aprovação do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, onde pudemos aprovar um artigo que dá poderes à farmácia para poder também dispensar em unidose os medicamentos aos cidadãos. De igual modo, agora, através desta proposta, queremos alargar esta possibilidade a todos os cidadãos que se dirijam às farmácias de hospital, ou seja, a todos os utentes dos hospitais da região. E que o possam fazer quando têm alta de um internamento, quando acabam de sair da urgência, ou quando acabam de sair da consulta externa.

De facto, a unidose trará uma grande poupança à Região Autónoma dos Açores. Trará, porque existe actualmente um grande desperdício de medicamentos, já que as embalagens são inadequadas às terapêuticas dos médicos. Portanto, estima-se que em Portugal continental e aqui também nos Açores o desperdício de medicamentos ronde os 20%.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** 21!

**O Orador:** 10% de todos os medicamentos vendidos são vendidos a mais, para além do que as pessoas precisam. Se, no ano passado, tivermos em conta que o volume de medicamentos vendidos nos Açores foi de 66 milhões de euros, podemos concluir que os açorianos pagaram mais 6,6 milhões de euros, em moeda antiga pouco mais de 1,2 milhões de contos, em medicamentos, para além do que necessitavam. Nós queremos que as pessoas possam beneficiar, na aquisição de medicamentos, só daqueles medicamentos de que necessitam, não mais do que isso.

É particularmente crítico para as pessoas que têm carências, terem ainda de pagar mais por medicamentos que não vão utilizar. Por isso, ao aprovarmos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, estamos também a compensar aqueles que são mais carenciados. Mas não é só a poupança – que se gerará, obviamente, quer para os utentes, que pagam os medicamentos, quer para a região, que também comparticipa esses mesmos medicamentos –, existe também o conforto. Isto é, a comodidade das pessoas quando saem de uma urgência, e estão normalmente doentes, de poderem, logo aí, aviar os medicamentos, assim como quando têm alta do internamento.

Por outro lado, entendemos que os hospitais possuem já a experiência suficiente na dispensa de medicamentos em ambulatório aos doentes. Entendemos que têm, porque já o fazem, por exemplo em doentes com esclerose múltipla...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Mas não é em unidose!

**O Orador:** ...já o fazem com doentes, por exemplo, da doença de Crohn; com doentes que têm hepatite C; com doentes que têm HIV.

Portanto, há já uma longa tradição de medicamentos que são dispensados gratuitamente, com participação a 100%, às pessoas, incluindo os doentes que têm uma cirurgia de ambulatório, que também já saem com medicação gratuita dos serviços hospitalares. Portanto, entendemos que é fácil implementar a unidose nas farmácias hospitalares.

Por último, gostaria só de chamar a atenção de que a unidose é já um grande objectivo na dispensa de medicamentos. Tem sido publicitada como um grande objectivo das políticas de saúde nos últimos anos, sem ter, de facto, eco ou efeito no nosso país. Mas há outros países que o fazem. É assim que acontece no Reino Unido, na Irlanda, na Suécia, na Dinamarca, na Suíça. Portanto, nós aqui nos Açores não devemos ter medo...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Nem no continente!

**O Orador:** ...de dar um benefício aos açorianos, em igualdade com os cidadãos destes outros países.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, acabou de dar entrada na Mesa um requerimento que passo a ler. É da autoria do Grupo Parlamentar do PSD e reza assim: “Nos termos do artigo 134.º do Regimento, requer-se que a Proposta de Decreto Legislativo Regional Regime da Dispensa de Medicamentos em Unidose baixe à comissão competente, com a finalidade de se auscultar mais entidades e de maior ponderação dos pareceres das entidades já ouvidas, dada a especial importância social e económica das medidas constantes desta proposta”.

Conforme já sabemos, trata-se de um requerimento de baixa à comissão. De acordo com o artigo 87.º, n.º 2 do nosso Regimento, admitidos os

requerimentos, eles são imediatamente votados, pela ordem da sua apresentação, sem discussão nem declarações de voto orais. É o que passo a fazer, vou colocar este requerimento à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O requerimento apresentado foi rejeitado, com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 16 votos a favor do PSD.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** Sim, senhor, Sr. Deputado.

Diga, Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um minuto, uma interpelação no sentido de a Mesa poder esclarecer a bancada do Partido Social Democrata e a câmara toda acerca da proposta de alteração agora distribuída e entregue pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na medida em que é importante.

Faz uma alteração ao artigo 5.º, aditando um n.º 3. Ora bem, a Proposta de Decreto Legislativo Regional não tem qualquer número. Portanto, ficamos sem perceber exactamente qual é o sentido da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se os proponentes pudessem explicar. Eu repito, para clarificar melhor: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao artigo 2.º e ao artigo 5.º, aditando um n.º 3 ao artigo 5.º.

Contudo, o artigo 5.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional não tem nenhum número, tem apenas uma norma transitória. Gostaria que pudessem explicar e esclarecer o sentido da proposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado, posso dizer-lhe que, a seu tempo e quando chegarmos a essa votação, a Mesa verá se está em condições de ser votada ou não, está bem? Veremos isso nessa altura.

Com respeito ao outro pedido, e se o Partido Socialista não responde, vamos fazer um intervalo de 15 minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 40 minutos.

*(Eram 17 horas e 20 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 17 horas e 47 minutos)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental, retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 05 minutos.

*(Eram 17 horas e 47 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 08 minutos)*

O diploma foi apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e estão abertas as inscrições. Bom, se não há inscrições, talvez possamos passar para a votação na generalidade.

Sr. Deputado Artur Lima, está inscrito no debate na generalidade.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Estou naturalmente inscrito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem nenhuma tática, estou naturalmente inscrito para o debate.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Em geral, sem nada para dizer.

**O Orador:** A tática não vem deste grupo, mas o debate está aberto.

Gostaria de dizer, neste diploma, que a unidose é com certeza positiva e é uma medida que naturalmente trará poupança ao Serviço Regional de Saúde, como traz a qualquer outro serviço de saúde. Mas também é preciso dizer que a indústria tem de fazer um esforço muito grande, de modo a fornecer os medicamentos para a unidose. Sabemos que, hoje em dia, existe uma dúzia de moléculas, pouco mais, que possam ser disponibilizadas na unidose.

Sr. Secretário, nós sabemos os números. Daí o CDS defender que os números da saúde sejam conhecidos. Muitas vezes não são, nomeadamente a estatística com medicamentos por unidade de saúde, etc. Esses números têm de passar a ser divulgados, para nós sabermos todos o que gastamos. Até para o público saber o que se gasta em medicamentos. Se formos ao continente, temos dados de 2006, 2007, 2008, a evolução como é. Efectivamente, eu sei que no continente é 21%

o desperdício, porque é o que está nos relatórios. O Sr. Secretário diz que, aqui, é 20%. Pronto, com certeza que tenho de dar como certa e fidedigna a sua informação, mas era bom que ela também fosse pública e não fosse só do conhecimento de alguns.

Depois, Sr. Secretário, efectivamente eu diria o seguinte relativamente à unidose: não é fácil implementá-la, mas é necessário. É essa a grande diferença: é necessário implementá-la. Queria também dizer que, se ela não está há mais tempo implementada em Portugal, é porque o engenheiro Sócrates não quis, efectivamente, que a unidose fosse implementada mais cedo. Portanto, felicito o Governo dos Açores por esta iniciativa, ao arrepio dos camaradas socialistas da República, que votaram contra esta iniciativa na República.

De resto, fizemos algumas propostas de alteração, que nos parecem consensuais e que nos parecem ir no sentido daquela que é ou que deverá ser a unidose e permitir às farmácias de oficina comunitárias que também possam disponibilizar aos utentes os medicamentos em unidose. Fizemos as propostas nesse sentido, fizemos várias propostas. Dizer também que seja introduzida gradativamente no Serviço Regional de Saúde a unidose, que se contemplem as farmácias de oficina e que se privilegie a iniciativa privada, porque sabemos que as farmácias empregam um grande número de funcionários. Sabemos que as farmácias têm prestado um extraordinário serviço à comunidade. É dos poucos serviços, ou um dos serviços que foi concessionado a privados – e muito bem concessionado a privados – que funciona sem problemas, vinte e quatro horas por dia, todos os dias do ano. Portanto, também teriam de ser incluídos nesta unidose. Também propomos aqui um período de doze meses para se ir implementando a unidose nos Açores.

O CDS votará favoravelmente esta iniciativa, que é, com certeza, meritória. Mais uma vez, achamos bem introduzi-la, porque vem num sentido que é aquele que nós defendemos, que é colocar os interesses do utente e colocar o utente no centro do Serviço Regional de Saúde. Deve ser para ele, utente, que as condições devem ser criadas, para bem servir a população e o público dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continuam abertas as inscrições, Srs. Deputados.

Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A dispensa de medicamentos pelos serviços farmacêuticos dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e privados está regulada a nível nacional desde 2000, pelo Decreto-Lei 206/2000, de 1 de Setembro, e pelo Decreto-Lei 13/2009, de 12 de Janeiro. Introduce-se, na dispensa de medicamentos, em três situações: situações excepcionais susceptíveis de comprometer o normal acesso aos medicamentos; no atendimento da urgência hospitalar, quando razões clínicas o aconselhem, para efectivar a imediata acessibilidade ao medicamento; e, uma terceira razão, em situações semelhantes às dos procedimentos de cirurgia de ambulatório. Este é o regime que está em vigor em todo o país.

O Governo Regional, através da Proposta de Decreto Legislativo que agora apresenta, resolve estender este regime de um modo mais alargado, fazendo com que as farmácias hospitalares passem também a dispensar medicamentos aos doentes de consulta externa, diferentemente daquilo que sucede no plano nacional. Se a proposta do Governo



Regional for aprovada, significa que as farmácias hospitalares dos Açores, as farmácias dos três hospitais dos Açores, passam a dispensar medicamentos em regime de unidose, na expressão que está usada nesta Proposta de Decreto Legislativo, nas situações de consulta externa, de atendimento na urgência e de cirurgia no ambulatório.

O Governo Regional, que nunca aplicou nos Açores o regime, que até agora vigora, de dispensa de medicamentos nos casos de atendimento em urgência ou de cirurgia em regime de ambulatório, pretende, sem ter feito esta experiência no plano regional, alargar de uma maneira desmesurada a dispensa de medicamentos a um universo muito mais alargado de utentes, quais sejam os que também vão ao hospital para a consulta externa. Esta é uma solução que nos preocupa e que não merece o acordo do Partido Social Democrata, porque introduz um factor de distorção no mercado farmacêutico dos Açores, na medida em que coloca as farmácias dos hospitais, que são entidades públicas empresariais, a concorrer directamente com as farmácias e com o sector privado.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Isso não é verdade, Sr. Deputado.

**O Orador**: Dir-me-ão que não será exactamente verdade...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Já lhe disseram.

**O Orador**: ...na medida em que as farmácias hospitalares podem ser concessionadas. Mas o que é verdade é que, até hoje, nenhuma farmácia do sector hospitalar foi concessionada e não se conhece nenhuma intenção de qualquer uma das farmácias hospitalares vir a ser concessionada.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Homem de pouca fé!

**O Orador:** E, sem que isso se defina, o que é verdade é que nós estamos aqui a aplicar um regime de dispensa de medicamentos em unidose a farmácias hospitalares que são da região e que vão concorrer com as farmácias privadas. Sobretudo, vão concorrer, quando esta Proposta de Decreto Legislativo Regional prevê expressamente, no seu artigo 4.º, que haja uma política de preço a aplicar também aos medicamentos dispensados nas farmácias hospitalares, nas situações de consulta externa, cirurgia em ambulatório e atendimento na urgência.

O que o Partido Social Democrata entende sobre esta matéria...

**Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): E nos centros de saúde?

**O Orador:** ...é que este é um regime demasiado alargado para ser aplicado e que seria prudente, neste momento, fazermos replicar nos Açores a experiência nacional, isto é, as farmácias dos hospitais da região dispensarem medicamentos aos doentes da urgência e aos doentes da cirurgia de ambulatório.

Para além disso, o Partido Social Democrata apresenta também propostas de alteração a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que vão no sentido de estender o regime das farmácias hospitalares e a dispensa dos medicamentos em regime de unidose aos utentes das unidades de saúde ou centros de saúde com internamento, que tenham sido sujeitos a cuidados de saúde. Entendemos que esta medida não deve estar apenas aplicada nos três hospitais da região, mas que deve ser alargada a outros centros de saúde, em nome de um direito de igualdade de acesso à mesma lógica e à mesma prática em relação às outras ilhas.

Quero recordar que está restrito apenas às situações de cirurgia de ambulatório e atendimento urgente, não às consultas externas.

Queria também lembrar que esta matéria não está completamente clarificada por parte do Governo Regional. O Sr. Secretário Regional, em audição feita na Comissão de Assuntos Sociais, declarou que este regime faria poupar cerca de três milhões de euros – aliás, disse-o ainda há pouco aqui –, à região, com medicamentos. O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata quer questionar formalmente, de novo, o Sr. Secretário quanto a esta matéria, para que indique quais os estudos e quais as entidades que os realizaram que lhe permitem dizer com segurança que há uma poupança de três milhões de euros com a adopção desta medida, que consta da Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo Regional agora apresenta e que estamos a discutir.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Porque, até hoje, o Sr. Secretário não foi capaz de dizer com clareza que estudo é este, quem o realizou, e quais as vantagens económicas para a região, para além deste número de três milhões de euros; quais as vantagens, também, para o sector farmacêutico, para a dinâmica do sector farmacêutico nos Açores; e, sobretudo, quais os ganhos, também, para todos os utentes do Serviço Regional de Saúde. É que interessa que o Sr. Secretário Regional possa explicar o regime de preços que propõe o Governo Regional neste diploma, que vai ao contrário daquele regime que está fixado no plano nacional para situações de dispensa de unidose nas situações de urgência ou de atendimento no ambulatório. Em particular, no atendimento das cirurgias do ambulatório.

É bom que o Governo Regional explique por que toma esta opção, que é diferente em matéria de preços de medicamentos, da opção que está tomada no plano nacional. Mas, sobretudo...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Bem diferente, para explicar por que é diferente, quando é igual.

**O Orador**: ...é preciso que o Governo Regional também explique aqui, hoje, neste debate, por que é que, em matéria de medicamento, a primeira opção do Governo é esta, isto é, a de implementar um regime de dispensa de medicamentos em unidose muito mais amplo do que o regime que está previsto no plano nacional, quando se calhar com enorme vantagem para todos os utentes, para o bolso dos utentes, para a economia das famílias, se impusesse um regime de prescrição por substância activa ou por DCI, para usarmos a terminologia correcta, se calhar as poupanças seriam muito mais evidentes e os ganhos seriam muito maiores para as famílias e para os utentes.

Muito obrigado.

**Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Isso já existe, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Não está é implementado.

**Presidente**: Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**\*Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começaria por responder, ou tentar esclarecer, ou contribuir para o debate. Sr. Deputado Artur Lima, quando levantou a questão da estatística, as estatísticas em saúde são públicas e estão disponíveis no Serviço Regional de Estatística.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Ainda critica o Sr. Cavaco Silva.

**Deputados João Costa e Luís Garcia** (*PSD*): Vai ao *site*.

**O Orador:** Para além disso, ao nível das contas, tanto os centros de saúde como os hospitais são auditados pelo Tribunal de Contas, com relatórios de auditoria e com a posição do balanço e demonstração de resultados. Portanto, por aí já teremos um indicador.

Em relação à dispensa nas farmácias de oficina, houve de facto legislação produzida em 2006, pelo Governo do PS, no sentido de conseguir que aquelas aderissem à unidose. Essa legislação esteve em vigor, continua e continua à espera que as farmácias procedam à adesão a este sistema. Portanto, há uma resistência natural, por parte das farmácias de oficina, em aderirem à unidose. Daí que o Governo entenda que deve, como mecanismo de pressão, fornecer os medicamentos em unidose nas farmácias hospitalares. Para perseguir, exactamente, o interesse público, que é o cidadão adquirir apenas os medicamentos de que precisa, não mais do que isso.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, eu devo dizer, Sr. Deputado, que lamento a sua intervenção e lamento a vários níveis.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O Sr. Secretário lamenta sempre.

**Deputado João Costa (PSD):** O senhor é um muro de lamentações.

**O Orador:** Primeiro, desde logo, o Sr. Deputado diz que os utentes que vão a uma cirurgia de ambulatório nos Açores não têm acesso à dispensa de medicamentos em ambulatório. Pois têm! Neste momento, uma pessoa que faça uma cirurgia no Hospital de Ponta Delgada ou de Angra do Heroísmo leva os medicamentos para as seguintes quarenta e oito horas. Por outro lado, são as farmácias hospitalares...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O Sr. Secretário não percebeu o que eu disse, ou está a fingir que não percebeu.

**O Orador:** ...que fazem a dispensa de medicamentos a todos os doentes que têm artrite reumatóide, fibrose quística, doença de Crohn, doentes com VIH, com hepatite C. Portanto, este é já um procedimento que se passa nos hospitais da região.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O Sr. Secretário já disse isso há pouco, está a repetir-se.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Mas o senhor não percebeu.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** O Sr. Secretário é que não percebeu.

**O Orador:** Por outro lado, a questão da concorrência e de a concorrência ser uma concorrência desleal. Em relação às farmácias de oficina, o Governo não entende que seja uma concorrência desleal. Aliás, o diploma que foi aprovado por último nesta Assembleia prevê precisamente que as farmácias de oficina possam dispensar em unidose aos seus utentes. É esse o objectivo, de resto, do Governo. Portanto, entende que deve partir, neste Decreto Legislativo Regional, para o máximo dos poderes dados às farmácias hospitalares, precisamente, também, na consulta externa. Se as farmácias de oficina forem capazes de dispensar a unidose, o Governo depois deixará de fornecer os utentes no âmbito da consulta externa. Mas é preciso que as farmácias de oficina o façam, porque, enquanto não o fizerem...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Secretário, isso não está na proposta, está na proposta do CDS.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Ah, está, está!

**O Orador:** ...a farmácia hospitalar tem competência para fornecer esses medicamentos. É este mecanismo que permitirá e que pugnará pelo sucesso da unidose nos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Então, o que é que queremos?

*(Risos de deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Só mais uma questão: em relação ao estudo, que tanto preocupa o Sr. Deputado, efectivamente há um estudo, que até foi fornecido a todos os deputados. Eu lamento que o Sr. Deputado não o tenha sequer visto, não o tenha sequer lido. Foi fornecido pela Associação Nacional de Farmácias, é o “Desperdício de medicamentos no ambulatório em Portugal”.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Isso foi publicado? Isso foi perguntado em sede de comissão e o senhor não respondeu!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Era uma pergunta retórica.

**O Orador:** Está aqui dito que o desperdício de medicamentos em Portugal é de 21,7%. Por outro lado, tenho acesso igualmente aos dados que foram fornecidos a todos os deputados, em relação à facturação de medicamentos aqui nos Açores, 66 milhões de euros. É só fazer as contas e aplicar as taxas. E, por outro lado, também sei de antemão, o Governo sabe quanto é que comparticipa de medicamentos sujeitos a receitas médicas. Daí que possamos afirmar que pouparemos pelo menos três milhões de euros só nas comparticipações e os utentes do Serviço Regional de Saúde, as pessoas, pouparão igualmente três milhões de euros.

Terei todo o gosto em fornecer-lhe as contas como elas foram feitas.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** O senhor em sede de comissão disse que não tinha.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Secretário, pedimos essas informações há mais de três meses e há três meses que aguardamos uma resposta a um requerimento!

**Presidente:** Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE/Açores reconhece a intenção louvável, do Governo Regional, ao propor o regime de dispensa de medicamentos em “unidose”.

Mas o reconhecimento da intenção não significa que a forma de implementação proposta não suscite dúvidas, antes pelo contrário, sentimos que muito faltará para clarificar as respectivas implicações práticas. Por isso, é necessário determinar a forma como serão dispensados medicamentos em unidose.

Se a intenção é retirar os comprimidos dos frascos ou *blisters*, perguntamos se todas as farmácias hospitalares da Região reúnem condições específicas, nomeadamente: ambiente asséptico, nível de humidade, temperatura, luz, etc.?

Foi considerada a dificuldade de rastrear lotes e prazos de validade, no caso de separação de *blisters*, nas situações em que seja necessário proceder à sua recolha?

Estão cientes que a impossibilidade de rastrear lotes e prazos de validade dificultará a remoção rápida de lotes, aquando de uma reacção adversa?

Que tipo de material de acondicionamento será utilizado para garantir condições de manuseamento, transporte e armazenamento que



assegurem a integridade e qualidade dos medicamentos, mais concretamente a sua friabilidade.

Estará o Governo Regional ciente de que, antes da unidose ser implementada na Região, será necessário que ocorram mudanças na própria indústria farmacêutica?

Quais os tipos de tratamento abrangidos? As doenças crónicas?

Relembro que, há pouco, aprovámos uma regulamentação que prevê a dispensa em unidose nas farmácias de oficina, o que reforça a validade da nossa proposta, entretanto apropriada, e bem, pelo PS, de garantir a presença de um farmacêutico, pois é o único profissional com conhecimentos técnico-científicos que permitem manipular em medicamentos em regime de unidose.

A dificuldade desta implementação está demonstrada pela quantidade de propostas e substituição de propostas que aqui temos visto. Está claro, depois da intervenção do Sr. Secretário, que o que está em causa é a disponibilização de medicamentos em regime de unidose nas farmácias de oficina. Sendo esse o caso, também temos dúvidas sobre a sua operacionalização.

Consideramos que antes de introduzir a dispensa de unidose de forma inusitada, como está a ser proposta, seria, por enquanto, mais aconselhável começar por adoptar a obrigatoriedade de prescrição, como já foi aqui referido, por princípio activo e propor à indústria farmacêutica a dispensa de medicamentos, em alguns casos, em embalagens com menos doses, contribuindo, assim, para uma poupança imediata.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo que, das dúvidas colocadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz, percebo que não queiram, eventualmente, considerar as propostas do CDS, mas as dúvidas que V. Exa. colocou, e bem, estão em grande parte respondidas por aquelas que são as nossas propostas de alteração, que eu passo a explicar, nomeadamente, quanto ao número de farmacêuticos responsáveis pelas farmácias, de que é necessário dotar o Serviço Regional de Saúde.

Quanto efectivamente à segurança do medicamento, em que propomos aqui que deve ter etiquetagem própria, que possibilite e garanta a rastreabilidade (há um errozinho de português) e a segurança da medicação, bem como deverá conter informação necessária relativamente à composição e posologia recomendada, de modo a evitar a confusão, na toma, por parte dos utentes. Recomendamos um farmacêutico responsável em cada unidade de saúde de ilha, ou por unidade de saúde, pelo menos. Portanto, as questões de segurança estão, obviamente, previstas. Agora, é necessário que a indústria as cumpra, mas também já existem máquinas de etiquetagem, que é preciso adquirir e colocar nas farmácias.

Obviamente já existem, hoje em dia, medicamentos em doses reduzidas de determinados princípios activos. E também, como deve saber, já foi aprovada na Assembleia da República a prescrição por DCI, proposta pelo CDS/PP.

Agora, quanto ao Sr. Deputado Pedro Gomes, estou confuso. Qual é a posição do PSD? Porque eu não consigo entender. Parece-me, Sr. Deputado Pedro Gomes, que é uma posição demasiado corporativista

mas que, paradoxalmente, vai contra os interesses das farmácias, e passo a explicar.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Pedro Gomes está preocupado com as farmácias de oficina, e bem, nós também estamos. E, como estávamos, na proposta de alteração introduzimos as farmácias de oficina, coisa em que o PSD não teve preocupação nesse sentido.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Já estava no diploma!

**O Orador:** Não estava, Sr. Deputado, não estava! As farmácias de oficina, no diploma, não estavam. Portanto, a sua preocupação com as farmácias de oficina é, obviamente, nula, porque não estavam no diploma inicial.

Segundo ponto: V. Exa. está preocupado com as farmácias de oficina, mas propõe de imediato que os centros de saúde comecem a fornecer medicamentos em unidose, não se preocupando com as farmácias de oficina das ilhas mais pequenas. O que traria, obviamente, problemas a essas ilhas...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Ora, aí está! Muito bem!

**O Orador:** ...antes de as farmácias de oficina estarem preparadas, como prevê a nossa proposta de alteração e, também, a que é introduzida pelo PS.

Depois, V. Exa. ainda prevê uma coisa melhor: está preocupado com as farmácias de oficina, mas prevê a dispensa de medicamentos gratuitos na sua proposta de alteração! Portanto, sinceramente, não consigo compreender a sua preocupação com as farmácias de oficina porque, efectivamente, quem a demonstrou e defendeu aqui foi o CDS.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): É agradecer a todos!

**O Orador:** Agora eu recebi, como o Sr. Deputado recebeu e todos nós recebemos, da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e, portanto, Associação Empresarial das Ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, um inquérito feito aos seus sócios, ou seja, às farmácias, em que fazem uma pergunta: “Estaria disposto a implementar a dispensa de medicamentos em unidose na sua farmácia?” A resposta é: 67% sim.

Sr. Deputado Pedro Gomes, as farmácias de oficina querem a unidose, querem vender, querem ter lucro, querem participar no comércio! Portanto, querem, na livre e sã concorrência, como numa sociedade moderna e evoluída tem de ser, obviamente também respeitando o direito daqueles que têm menos posses, que, se calhar, não podem ir à farmácia e que, eventualmente, podem ir a uma farmácia ou a serviços farmacêuticos hospitalares. O que é perfeitamente legítimo numa sociedade que tem e deve ter preocupações sociais. Essa foi, desde o início, a nossa preocupação, atender à defesa da iniciativa privada, mas também atender à defesa daqueles que mais precisam.

E dou-lhe exemplos vários, Sr. Deputado. V. Exa., eu e muitos de nós aqui dentro, muitas vezes, podendo ir a uma consulta externa, a uma consulta do seu médico de família, ou pediatra do hospital, preferimos a privada. Por uma razão simples: porque temos dinheiro e, felizmente, podemos pagar. Vamos à privada, como quem, tendo uma receita, vai aviar a sua receita à farmácia privada, porque prefere a privada. É o mercado a funcionar e é o mercado que deve funcionar.

Nessa perspectiva, parece-me que essas suas preocupações estão devidamente acauteladas nas nossas propostas. Percebo que não queira

fazer caso delas, já não o fez há um bocado. E percebo que as propostas do CDS o incomodem, ou incomodem o PSD. Mas elas estão aqui, foram feitas...

**Deputado João Costa (PSD):** Presunção e água benta.

**O Orador:** ...vão ser votadas e espero que contem com o apoio do Partido Social Democrata.

Portanto, é tão simplesmente isso: a defesa da iniciativa privada está contemplada, a defesa do Estado social está contemplada e a unidose é um progresso civilizacional. A não implementação da unidose é que seria retroceder no tempo. É assim nos países mais avançados da Europa e, até, do mundo. Todos nós conhecemos países por onde passamos, também, felizmente, onde nos dispensam medicamentos em unidose.

Há que acautelar a segurança, a rastreabilidade e a segurança da toma dos doentes. Estando assegurados todos esses princípios de etiquetagem e de rastreabilidade que já aqui foram referidos, não há nenhum problema nessa matéria. O que há é a indústria ter de passar a fazer medicamentos em unidose para fornecer às farmácias de oficina, para poderem vender. O problema não é das farmácias, que se opõem à unidose, é a indústria! E é a indústria que tem de ser pressionada para fazer as unidoses, para as farmácias venderem e para todos nós ganharmos.

Ainda ontem aqui fiz uma proposta. É uma proposta do CDS que o Governo, presumo, e o Partido Socialista aprovarão, como nós já aprovámos muitas do Partido Socialista nesta matéria, com uma preocupação: a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde. Ontem fiz aqui o desafio, não tive grande resposta por parte do Partido Social Democrata, de integrar. Portanto, o que eu estou aqui a fazer, ou o que o

CSD está aqui a fazer é a dar o seu contributo para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde. O Governo, em boa hora, propôs essa iniciativa, com esse sentido e nós, obviamente, apoiamos e melhoramos. Não se pode vir acusar o Governo de prepotência, porque não aceita nada, se nós não propomos! Portanto, se nós fazemos propostas, elas aqui estão! Acho que cabe à oposição ser construtiva. Também já foi aqui, ainda há pouco tempo, reconhecido, pelo Sr. Presidente do Governo, que não tem o dom de tudo saber e de melhor saber do que os outros! Portanto, julgo que, se o objectivo é o bom serviço à população, o utente no centro do sistema e a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, é isso que o CDS quer e, nesse sentido, apoiará esta iniciativa. Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do CDS/PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que, em relação a esta iniciativa, o Partido Popular Monárquico se revê naqueles que são os três grandes objectivos desta iniciativa: reduzir o desperdício de medicamentos, melhorar a adesão à terapêutica e melhorar a segurança na utilização dos medicamentos. Considero que são três áreas, como aqui foi dito, fundamentais, são áreas de evolução civilizacional e são áreas em que, de facto, a região pode e deve avançar também.

Nesse sentido, informo esta câmara que o Partido Popular Monárquico votará favoravelmente esta iniciativa e, em relação à votação na especialidade, algumas das questões que aqui foram apresentadas,

nomeadamente por parte do CDS, merecerão, também, a votação favorável do Partido Popular Monárquico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**\*Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Manuel Moniz, do Bloco de Esquerda...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mário.

**O Orador:** ...— Mário, Mário Moniz, peço desculpa —, entende o Governo que esta matéria, relativa à dispensa, embalagem e identificação dos medicamentos, será objecto de decreto regulamentar regional, onde poderemos, aí, fixar todos esses requisitos a que têm de obedecer os medicamentos, de forma a poderem ser dispensados em unidose.

Também nos cumpre acrescentar que a dispensa em unidose já existe nos hospitais da região, precisamente no internamento. Portanto, aí são garantidas todas as regras de segurança aos nossos utentes.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para, em primeiro lugar, responder cordialmente ao Sr. Deputado Artur Lima e dizer-lhe que só por distração é que o Sr. Deputado Artur Lima se esqueceu de que o diploma que a câmara acabou de aprovar, no seu artigo 9.º — o diploma relativo ao Regime Jurídico das Farmácias de Oficina — diz o seguinte, no seu n.º 2: “A dispensa de medicamentos ao

público em quantidade individualizada nas farmácias será objecto de portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de saúde”.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** E veja as alterações!

**O Orador:** Isto quer dizer que não são as alterações que o CDS/PP propõe agora aqui que aplicam o regime de unidose às farmácias de oficina.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não são! Oh, Sr. Deputado!

**O Orador:** Só por distração é que V. Exa. pode fazer essa referência.

Em segundo lugar, queria dizer que as propostas do Partido Social Democrata são tão válidas quanto as propostas do CDS/PP nesta matéria. Nós não fazemos aqui um campeonato para saber quem chega primeiro à meta das propostas da saúde.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Falta-lhe pernas, Sr. Deputado, já não tem hipóteses de concorrer! Falta-lhe verve!

**O Orador:** Nem vou fazer essa discussão com V. Exa. Vou apenas dizer o seguinte: o que nós não fazemos é serviço de unidose legislativa – deixe-me usar a expressão – ...

*(Risos de deputados da bancada do PSD)*

...como V. Exa. acabou de fazer, para salvar a bancada do Partido Socialista, que apresentou uma proposta cujo fundamento e cujo objecto não sabia. Então, o CDS/PP...

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Não é verdade!



**O Orador:** ...em unidose parlamentar legislativa, acolhe a proposta do PS e faz substituir a proposta que anteriormente tinha apresentado para o artigo 5.º. Esta é que é a verdade deste debate!

*(Vozes de protesto da bancada do PS)*

**O Orador:** O Sr. Deputado Artur Lima enganou-se, não se queria referir à bancada do PSD, queria era referir-se à bancada do Partido Socialista. Eu percebo, foi uma distração.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Era para ter graça, mas não teve.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, uma “uni intervenção”, espero.

**\*Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Uma intervenção em unidose, Sr. Presidente, se me permite, para dizer o seguinte:

Sr. Deputado Pedro Gomes e caríssimo amigo, V. Exa. é um brilhante jurista e, obviamente, nessas matérias de legislação não lhe ponho qualquer mácula nem qualquer defeito. Agora, V. Exa. concordará comigo que, no regime das farmácias e no regime da unidose, a farmácia de oficina deve estar no diploma da unidose.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Mais um bocado de gel e corre o risco de ser a cabeça mais brilhante deste Parlamento!

**O Orador:** Por técnica legislativa correcta, deve referir-se no diploma da unidose as farmácias de oficina. Portanto, percebo isso.

Agora, Sr. Deputado Pedro Gomes, permita-me também que lhe diga uma coisa, de uma maneira tão simples e escorreita quanto esta: sempre

que estejam em causa os interesses dos utentes, o CDS colaborará com o Governo, em unidose e em “maxidose”, porque vamos defender os interesses dos utentes. Nessa matéria, não temos complexos, porque o que nos interessa é melhor servir os açorianos e estar sempre a favor dos açorianos.

**Deputado João Costa (PSD):** Em overdose!

**O Orador:** Tem sido essa a postura do CDS nesta casa e até em muitas doses, ao contrário do PSD.

Muito obrigado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Na Câmara de Angra não é bem assim, é exactamente o contrário.

**Deputado João Costa (PSD):** Cuidado com a overdose, Sr. Deputado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, passamos para a votação na generalidade deste diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que estavam distraídos vão-se sentar e, de seguida, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado Pedro Gomes, quer que repita a votação? Vou repetir, não quero que haja dúvidas, Sr. Deputado.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o diploma façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Para o artigo 1.º, há uma proposta de alteração do CDS/PP, que vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Na minha fraca interpretação, a proposta do PSD para o mesmo artigo ficou prejudicada. Assim sendo, vamos votar o artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 2.º.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para solicitar que, neste artigo, o n.º 1 seja votado por alíneas.

Muito obrigado.

**Deputado Mário Moniz (BE):** Muito bem.

**Presidente:** É a proposta de alteração do CDS/PP a ser votada por alíneas. Diga?

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Votar separadamente a alínea c).

**Presidente:** Já percebi, a alínea c) do n.º 1. Vamos lá a ver, a proposta de alteração do CDS/PP, artigo 2.º, altera o proémio do n.º 1. Vamos votar a alteração do prémio do n.º 1.

Sr. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

**\*Deputada Zuraida Soares (BE):** Peço desculpa, Sr. Presidente, mas a proposta de alteração do CDS ao artigo 2.º, n.º 1, é composta por três alíneas, certo? O artigo 2.º, ponto 1, é composto pelas alíneas a), b) e c). Não sei se corresponde àquilo que o Deputado Domingos Cunha propôs, mas a proposta que o Bloco de Esquerda faz também é que estas alíneas sejam votadas separadamente, porque o sentido de voto é diferente para cada uma delas.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** É isso que o Sr. Presidente está a fazer.

**Presidente:** Muito bem, já percebi. Em bom rigor, a proposta de alteração do CDS/PP elimina a alínea c) e não altera as outras. Mas vamos pela vontade e da forma que isto corra melhor.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar a proposta de alteração, do CDS/PP, que altera o proémio do n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos agora votar a proposta de eliminação, do CDS/PP, para a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17

votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos passar então à votação seguinte, que é a votação da proposta de alteração do CDS/PP ao n.º 2 do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para a proposta de alteração do PSD de que, creio, se salva a proposta para a alínea c); porque, do proémio, foi aprovada a proposta do PP; do n.º 2, foi aprovada a proposta do PP; o que resta aqui é a proposta de alteração do PSD para a alínea c) do n.º 1, certo?

Vamos então votar, Sras. e Srs. Deputados, a proposta do PSD para o artigo 2.º, n.º 1, alínea c).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 2.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de aditamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 2.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 3.º, do CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Penso que a proposta de alteração do PSD está prejudicada, Sr. Deputado Pedro Gomes.

Assim sendo, vamos votar o artigo 3.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 4.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar a proposta de aditamento, do CDS/PP, de um artigo 4.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de aditamento, do CDS/PP, de um artigo 4.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos agora votar a proposta de alteração, do CDS/PP, para o artigo 5.º, que contempla os três números, proposta de substituição integral, com excepção da epígrafe.

Diga, Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Queria pedir que esta proposta de alteração fosse votada ponto a ponto.

Obrigada.

**Presidente:** Muito bem.

Vamos então votar a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 5.º, n.º 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora então a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 5.º, n.º 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 5.º, n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 5.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

É só a epígrafe, exactamente, Sr. Deputado.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.



**Presidente:** Concluído este ponto, Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa agenda, **Projecto de Resolução n.º 33/2010 – “Campanha Vitivinícola 2009/2010”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Lopes.

*(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)*

**\*Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A vitivinicultura, tal como a horto/fruti/floricultura e ainda a apicultura, podem e devem dar um importante contributo na diversificação da base produtiva regional, na economia local e regional, na satisfação do auto consumo alimentar regional, na exportação de produtos regionais de qualidade e de grande exclusividade, na dinamização do mundo rural e, em especial, na fixação das populações, na criação e manutenção de emprego no meio rural e num mais adequado ordenamento do território e intervenção sobre o mesmo. Podem ainda contribuir para a preservação e salvaguarda do património natural edificado e ambiental, na preservação da biodiversidade, na promoção turística das nossas ilhas e dos nossos valores culturais. Em suma, a vitivinicultura contribui para a multifuncionalidade da agricultura, elemento chave do modelo agrícola europeu, orientação que a nossa região deve seguir.

Contudo, sobre este sector de actividade agrícola pairam algumas ameaças, que o tornam bastante vulnerável. Desde logo, em relação aos factores climatéricos. Estes, conjugando elevadas humidades e

temperaturas amenas com ventos fortes e o rossio do mar em fases críticas do ciclo vegetativo da videira, podem determinar o desastre de toda uma campanha vitivinícola.

Mas outros problemas estruturais da própria actividade vitivinícola condicionam fortemente o rendimento das explorações. Desde logo, a pequena dimensão das parcelas e a relativa dispersão das mesmas; a forma de condução e de exploração da cultura, exigindo muita mão-de-obra e sem possibilidade de níveis razoáveis de mecanização; a escassez de mão-de-obra, muito em particular para operações culturais que exigem maior grau de especialização, como o caso da poda e da enxertia; os custos elevados da mão-de-obra e de todos os restantes factores de produção, como fertilizantes, fungicidas e insecticidas; e as mais recentes doenças do lenho da videira e até de doenças criptogâmicas que, nos últimos anos, têm afectado bastante a sanidade vegetativa das vinhas e comprometido as respectivas produções.

Em face de tão fortes estrangimentos, quer ao nível da produção das uvas, quer da laboração dos vinhos, da sua colocação nos mercados consumidores e da sua justa valorização e remuneração num mercado como o vinícola, cada vez mais aberto e mais competitivo, que requer regularidade na produção e na qualidade, neste quadro de campanhas vitivinícolas consideradas regulares em função das produções e da sua qualidade, que é de margens de rendimento líquido muito apertadas, ocorrem de tempos a tempos anos climatéricos muito adversos à cultura da vinha, que destroem de modo mais ou menos profundo o resultado da actividade de toda uma campanha. Assim foi o que sucedeu na última campanha vitivinícola, 2009/2010.

Na verdade, as condições climatéricas desfavoráveis que ocorreram no inverno e primavera de 2010 comprometeram fortemente a produção de uvas da última campanha vitivinícola. A quebra de produção ocorrida na última campanha foi, em média, superior a 80%. Estamos, assim, em presença de uma campanha desastrosa, com importantes repercussões financeiras na economia de muitas famílias picoenses que se dedicam a esta actividade, bem como de muitas outras famílias de outras ilhas da região, onde esta cultura assume alguma expressão. A perda de rendimento assim originada agravou a crise económica que muitas dessas famílias açorianas já sentiam desde há algum tempo a esta parte.

Sublinha-se também que, em anos climatéricos adversos, as necessidades de tratamentos fitossanitários aumentam, exigindo assim que os agricultores gastem mais dinheiro no combate às doenças criptogâmicas. Em anos destes, como aconteceu na campanha passada, há um duplo prejuízo. Gasta-se mais dinheiro em pesticidas e em mão-de-obra, e as receitas quebram na directa proporção da redução das colheitas. São, assim, muito graves os prejuízos que os viticultores tiveram na última campanha. Esta é, sem dúvida, uma situação de dificuldade muito especial para a vitivinicultura açoriana, que reclama uma intervenção especial e extraordinária do Governo, através de compensações financeiras que contribuam para atenuar as particulares dificuldades por que passam muitas das famílias açorianas.

Este é o objecto principal do Projecto de Resolução que o Grupo Parlamentar do PSD fez entrar neste Parlamento no dia 23 de Setembro do ano passado e que ora, aqui, está a ser discutido e será sujeito a votação. Mas o Projecto de Resolução em causa chama a atenção para uma questão não menos importante. Os serviços de desenvolvimento

agrário de ilha, através dos seus técnicos, têm por missão dar apoio aos agricultores e agir com grande proximidade junto destes e das suas explorações, dando o necessário aconselhamento técnico de forma permanente, mas muito mais atentamente quando a acção nefasta do clima se faz sentir sobre as culturas agrícolas, afectando directamente as produções respectivas. Não foi objectivamente o que se passou na última campanha vitivinícola. Os técnicos dos serviços assistiram de bancada...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** ...aos efeitos nefastos que o clima exerceu sobre a cultura da vinha durante o ano que passou. Esta não foi a atitude responsável dos serviços. Os serviços não cumpriram, assim, a sua principal missão nesta matéria em particular.

É por isto que, neste Projecto de Resolução, também recomendamos ao Governo que reforce o acompanhamento das explorações vitícolas, de modo a manter um aconselhamento atempado de cariz técnico e de informação profissional, contrariando as vicissitudes que podem afectar negativamente as produções vitivinícolas e, conseqüentemente, o rendimento dos vitivinicultores. Na verdade, o mau atendimento às vinhas, nomeadamente em matéria de tratamentos fitossanitários durante um ciclo vegetativo, compromete não só a colheita de um ano, como pode afectar as produções futuras. Estes erros, em viticultura, pagam-se caro. É por isso natural que, através deste Projecto de Resolução e tendo em conta a natureza do que está em causa, não se recomende apenas ao Governo a necessidade de um apoio financeiro pontual, que é, sem dúvida, importante e necessário, mas também e sobretudo uma actuação mais responsável dos técnicos dos serviços de desenvolvimento agrário

que, em situações futuras semelhantes, devem agir de forma mais responsável.

Por fim, também se nos afigura, e a pretexto desta matéria, importante lembrar ao Governo Regional, nomeadamente ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, a importância da existência no sector agrícola da região de um ajustado regime de seguros agrícolas, diferenciado por ilhas ou por sector agrícola, em que o Governo Regional possa, quando necessário, intervir. Aliás, esta é uma promessa não cumprida, que foi feita pelo Sr. Presidente Carlos César em Setembro de 2004, na Ilha Terceira, aos agricultores açorianos.

No momento em que, nesta casa, se debate sobre esta matéria, relacionada com catástrofes naturais, que dizimam produções agrícolas regionais provocando graves prejuízos económicos, faz todo o sentido lembrar ao Governo que é melhor, na política, prevenir do que remediar. Mas também é verdade que os produtores têm necessidade de se defender melhor relativamente aos fenómenos naturais, já que a agricultura, nas nossas ilhas, se pratica quase exclusivamente ao ar livre. O PSD não tem a perspectiva – aliás, este Projecto de Resolução identifica exactamente isso – de que o Governo seja responsável pelos fenómenos da natureza. Particularmente, quando estes provocam estragos consideráveis no nosso património edificado, ambiental ou, concretamente, nas produções agrícolas.

Temos todos de saber viver e conviver, como aliás sempre soubemos, em cinco séculos da nossa história, com a nossa condição insular, a nossa grande exposição e vulnerabilidade às condições climatéricas e meteorológicas. E temos de, em conjunto, ter a capacidade de reagir e de nos recompormos, quando a natureza nos é adversa. Não somos

apologistas de uma política agrícola estritamente baseada no apoio financeiro sistemático ou pontual aos agentes do sector, nem ao recurso sistemático de saneamento financeiro das suas organizações, por vezes mal geridas, ou geridas pouco responsabilmente. No fundo, não perspectivamos, para a agricultura açoriana, uma política baseada no subsídio, embora reconheçamos que as ajudas à perda de rendimento e o acesso aos mercados sejam sempre um desiderato dos condicionalismos da agricultura regional, ao qual deveremos aceder e nos deverá ser concedido.

Acreditamos numa política agrícola que inclua a partilha de compromissos, mas também a partilha de responsabilidades. Nesta matéria, penso que o actual Governo também comungará destes princípios. Acreditamos numa política agrícola que promova a boa interligação e a conjugação de esforços entre todos os agentes do sector, desde os serviços oficiais aos produtores, empresas, cooperativas, ou outras formas organizadas do sector. Acreditamos que os serviços oficiais nunca se devem substituir àquilo que pode competir aos privados fazer. Mas não se pode, também, exigir aos privados que façam aquilo que compete ao poder público realizar. No caso da agricultura, a investigação, a experimentação, a divulgação e a vulgarização, os incentivos, a formação profissional e a orientação estratégica sectorial, competem obviamente aos serviços oficiais.

Devidamente orientados e tecnicamente apoiados, os privados fazem o seu trabalho e fazem-no bem feito e de forma empenhada. Disso, sempre deram prova ao longo dos tempos. Se assim suceder, certamente que caminhamos no sentido do sucesso, que atingiremos mais fácil e rapidamente.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**\*Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD traz a esta Assembleia, com oportunidade, um Projecto de Resolução que pretende minimizar a fraca campanha vitivinícola de 2009/2010. As condições atmosféricas, nomeadamente os ventos fortes e a excessiva humidade verificados neste período, atingiram a região na sua generalidade, provocando doenças nas videiras. As campanhas vitivinícolas são importantes para várias ilhas, mas assumem especial e determinante factor económico para as ilhas do Pico e também da Graciosa, pela tradição da actividade e pela influência directa e imediata nas respectivas economias.

A fraca campanha terá reflexo imediato também na situação económica das famílias que se dedicam preferencialmente a esta actividade. Estes produtores directamente afectados nesta campanha são, ainda e também, afectados financeiramente pela actividade industrial das suas cooperativas vitivinícolas, de que são cooperantes, por razões tão óbvias como, por exemplo, a baixa produção dificultar o cumprimento de compromissos financeiros dos investimentos operados naquelas unidades fabris. Por conseguinte, lamentamos que o texto original deste Projecto tenha sido alterado no seu preâmbulo, não contemplando agora

referência às dificuldades das cooperativas. Bem sabemos que o Sr. Secretário dirá que são áreas diferentes e que cada uma terá o devido tratamento, em sede própria. Mas o assunto é o mesmo e, tratando-se de uma recomendação, nada obstava a que constasse na mesma Resolução. Já vimos aqui bem pior, não em recomendações, mas até mesmo em decreto.

O facto de não estarem devidamente acauteladas intervenções junto das videiras afectadas por desconhecimento dos seus proprietários revela, por outro lado, um deficiente acompanhamento e formação próximos das explorações...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Isso é falso.

**O Orador:** ...pelo que se impõe a sua necessária implementação de forma eficaz, evitando assim males futuros nas explorações afectadas.

No entanto, e apesar de curta nas suas recomendações, daremos o nosso apoio a esta iniciativa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

**\*Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, não é segredo para ninguém, todos nós sofremos com as intempéries do último inverno, 2009/2010. De referir que o Governo Regional, desde a primeira hora, acompanhou, esteve ao lado, sempre, dos agricultores que sofreram na pele as consequências desses temporais que assolaram os Açores. Relembro que, durante esse inverno, o Governo Regional fez sair apoios na área, nomeadamente, das pastagens, atendendo à falta de alimento fibroso que na altura se



verificou, apoios que valeram para todas as ilhas, em que os agricultores que deles necessitaram puderam recorrer.

Tem sido assim ao longo dos tempos, em que, infelizmente, a região é sempre assolada por estas intempéries. O Governo Regional tem estado sempre ao lado dos agricultores, apoiando no seu rendimento...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** ...devido à quebra, exactamente, do rendimento que os agricultores têm tido, por causa das chuvas, ventos e frios em que a nossa região é fértil. Portanto, esse acompanhamento tem sido sempre realizado e sempre feito. Nesta situação, viu-se mais uma vez que assim foi. Aliás, declarações do próprio Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas à comunicação social demonstraram que o Governo estava atento a essas situações e já estava a ponderar e a fazer o levantamento dos prejuízos causados por essas intempéries.

O PSD apresentou um Projecto de Resolução, com entrada a 23, salvo erro, de Setembro do ano transacto e que só agora vem à Assembleia, um Projecto de Resolução que inicialmente foi alterado pelo próprio PSD por um segundo texto. E não é muito certa, digamos assim, a forma como o Sr. Deputado Cláudio Lopes apresentou neste momento a questão aqui na Assembleia.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Deputados Pedro Gomes e João Costa** (*PSD*): Não apoiado, Sr. Deputado.

**O Orador:** Vamos recentrar-nos nos dois pontos que tem o Projecto de Resolução aprovado em Comissão de Economia, o qual o PS aprovou nessa comissão. Ponto 1: “O Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, encontre mecanismos de

compensação financeira para atenuar os graves prejuízos que ocorreram nos rendimentos de muitos agregados familiares das ilhas (...) [depois discrimina as ilhas], em resultado dessa extraordinária e tão profunda quebra de produção vinícola”. Relativamente a este ponto, quero lembrar que o Governo Regional fez sair, no dia 17 de Janeiro de 2011, a Portaria 4/2011 que, efectivamente, contempla os apoios, refere os apoios a que não só a viticultura pode recorrer, como outras áreas agrícolas na região, como a banana e outros. Portanto, neste momento já está a decorrer, já existe uma portaria, um mecanismo legal, a que os agricultores podem recorrer devidamente.

**Deputado João Costa (PSD):** Isso é que é ser sério, sim senhor!

**O Orador:** No entanto, quanto ao ponto 2, “A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas [e é este o objecto do Projecto de Resolução do PSD], através dos técnicos que pertencem aos quadros de ilha dos respectivos Serviços de Desenvolvimento Agrário (...) [reforce o acompanhamento das explorações vitícolas, de modo a manter um aconselhamento atempado, de cariz] técnico e de formação profissional, contrariando as vicissitudes que podem afectar negativamente as produções vitivinícolas (...)”. Reforce o acompanhamento das explorações. Ora, se recomenda ao Governo que reforce o acompanhamento das explorações, não é verdade que elas não existam, porque, se não, no Projecto de Resolução tinha ficado *implemente...*

*(Risos de deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ...o acompanhamento das explorações.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Ora, aí está!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É cada argumento... Estamos esmagados com esse argumento!

**O Orador:** Ainda relativamente ao acompanhamento das explorações, só para falar na Ilha do Pico e para falar do ano de 2010, houve assistência técnica, de que tenho os números, mas os números não são do ano total: 359 assistências técnicas; 728 análises laboratoriais; assistências de vinificação, 569. O número de agricultores abrangidos, quantificados no quadro, apoiados ao longo do ano nessas diversas tarefas. Portanto, não é verdade que esse acompanhamento técnico não tenha sido feito. Por outro lado, todos os agricultores que recorreram ao acompanhamento técnico dos serviços tiveram esse próprio acompanhamento.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Mas não foi o suficiente!

**Deputado João Costa (PSD):** O senhor é contra o reforço?

**O Orador:** É claro que, neste momento, atendendo à saída da portaria, vamos aqui aprovar uma recomendação que o Governo já executou anteriormente. Ou seja, se calhar o PSD podia ter retirado esta iniciativa, uma vez que ela já está implementada.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Estavam só à espera disso para chumbar!

**Deputado João Costa (PSD):** 17 de Janeiro!

**O Orador:** Mas como, da nossa parte, somos pessoas sérias e não vimos para aqui dizer uma coisa e, na Comissão de Economia...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Os senhores são sérios, nós não somos!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Ou seja, vamos manter a nossa posição na Comissão de Economia, uma vez que o discurso ali feito não manteve aquilo que foi referido nessa comissão. Nós vamos manter a nossa posição e, obviamente, vamos aprovar este Projecto de Resolução. No entanto, como ficou aqui demonstrado, ele era de todo desnecessário.

Obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PS e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

**\*Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, para fazer referência ao Projecto de Resolução que o PSD apresentou nesta Assembleia.

Efectivamente, este Projecto de Resolução aparece numa altura, ou num momento, em que a campanha vitivinícola 2009/2010 se saldou por uma fraca produção, tendo em vista exactamente, ou tendo como grande constrangimento, as condições meteorológicas normalmente adversas que condicionaram bastante esta produção, ou tiveram, digamos assim, um efeito muito negativo no ciclo vegetativo das videiras, que se reflectiu depois na produção e, por consequência, no rendimento dos produtores e dos seus agregados familiares.

O CDS tem sensibilidade para estas questões. O CDS também entende que a produção e a protecção das produções locais devem ser um desiderato de todos nós, não só pela importância socioeconómica, mas também para a auto-sustentação e auto-suficiência do nosso mercado local e da economia das nossas ilhas. Desse ponto de vista, o CDS apoia

este Projecto de Resolução, atendendo, de facto, a dois princípios ou aos seus dois grandes considerandos.

Para já, e em primeiro lugar, que o Governo efectivamente arranje um mecanismo de compensação financeira para atenuar os graves prejuízos que ocorreram nos rendimentos dos produtores durante a campanha de 2009/2010. Mas, de qualquer forma, também gostaríamos de deixar a ressalva de que, e atendendo de facto aos pareceres das várias entidades envolvidas neste processo, é essencial haver, no futuro, um maior reforço das acções de prevenção nesta área.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Só o Sr. Deputado é que não acha isso!

**Presidente:** Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

**\*Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Até o micro lhe foge!

**O Orador:** ...Sr. Deputado Duarte Moreira:

Há aqui, de facto, uma diferença entre falar e actuar.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O grande problema do Governo Regional é que demora a reconhecer, a actuar. E, como está na moda, é tudo retirado a saca-rolhas, é uma dificuldade enorme.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Deputado, isso é uma piada de mau gosto!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador:** Eu relembro que nós, em Abril de 2010, alertámos o Governo Regional para a queda da produtividade no sector agrícola, em

especial na horticultura, na fruticultura e na floricultura. Em Abril de 2010 entregámos um requerimento nesta casa, alertando o Governo e percebendo quais eram as medidas para compensar os agricultores. O mesmo requerimento foi respondido *nove meses* depois, ou seja, no dia 5 de Janeiro de 2011, dizendo que, efectivamente, iriam os agricultores ser compensados.

Entre o alerta daquilo que são as quebras de produção e aquilo que é a resposta do Governo Regional, obviamente que há prejuízos, e há prejuízos para todos os agricultores! É este o sentido de responsabilidade do PSD e é este o sentido de responsabilidade do Governo Regional.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

**\*Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sinceramente, estava para não intervir neste debate...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Já é costume, Sr. Secretário!

**O Orador:** ...porque o que se encontra sabido e conhecido de todos os agricultores e das suas organizações é que nunca deixámos nem deixaríamos de actuar, quando e na medida do que era necessário.

O final de 2009 e todo o ano de 2010 representaram um período de grande adversidade climática para as produções agrícolas regionais, com impactos muito significativos em muitas das nossas produções, ou em todas as nossas produções, desde a bovinicultura até às áreas da diversificação. Recordo que, logo no início de 2010, tivemos a oportunidade de desenvolver, aplicar e apoiar os nossos agricultores,

nomeadamente para as produções de carne e de leite, com a compra, ou com o apoio à compra, de alimento fibroso. Era fundamental que fossem essas as produções primeiramente acudidas, porque estava em risco a qualidade dessas importantes produções regionais, a eventual quebra dessas produções e, bem assim, o bem-estar animal. Portanto, actuámos logo nesse sentido.

Aliás, é nesse sentido que todos os serviços operativos do Governo estão em cada ilha. Em particular, os serviços da Secretaria Regional de Agricultura e Florestas têm indicações claras para, em toda a oportunidade e em todo o momento, acompanharem o processo agrícola e as produções de cada ilha, e notificarem a Secretaria e o gabinete do Secretário, no sentido de comunicarem toda e qualquer situação que necessite de ser convenientemente apoiada.

No caso concreto das áreas da diversificação, nós tivemos oportunidade, durante 2010, de reunir com várias organizações de produtores e de definir que iria haver um apoio para aquelas produções onde houvesse maior impacto das condições climáticas. Isso foi feito, e só foi feito quando foi feito porque, nomeadamente na cultura da vinha e na recolha das uvas, nós temos de aguardar pelas declarações de colheitas obrigatórias e pelas declarações de existências que estão nas adegas, e isso só ocorre no final de cada ano. Gostaria também de vos dizer que essas informações foram dadas convenientemente à Comissão de Economia. Portanto, todos sabem e todos sabiam que a portaria estava feita e que estava a aguardar as declarações de existência e as declarações de colheita, que deviam entrar. Aliás, isso consta, penso, do relatório da própria Comissão de Economia.

Gostaria de dizer, relativamente a questões de apoio e assistência técnica, que, durante 2010, os Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha do Pico visitaram dezenas de explorações vitícolas e deram o aconselhamento possível e capaz, porque são capazes de o fazer, aos viticultores. Para além disso, emitiram várias notas informativas aos próprios viticultores. Houve quem aplicasse e desenvolvesse os aconselhamentos dados, houve quem o não fizesse. Mas, em todo o caso, os serviços tiveram essa diligência e, assim, continuarão a ter o aplauso do Governo relativamente ao cumprimento das suas principais obrigações. Não se substituíram, porém, como não podiam, àquelas que são as obrigações primárias dos agricultores, de procederem convenientemente aos tratamentos das suas explorações vitícolas, das suas videiras.

Gostaria também de dizer que, nunca como agora, as áreas da diversificação agrícola têm tido tanta atenção do Governo Regional. E, no sector vitícola, gostaria também de lembrar que nós temos, se calhar, o melhor programa de apoio aos viticultores e à renovação das vinhas, o VITIS, que tem tido imensa adesão, nomeadamente no Pico, por parte dos viticultores.

Gostaria ainda de dizer que não é só a resposta que o actual Laboratório Regional de Enologia dá aos viticultores e às suas adegas, ao empenhar-se muito no apoio técnico aos viticultores. Também estamos a investir num novo Laboratório Regional de Enologia, que é mais um equipamento fundamental à acreditação e à qualificação da nossa produção de vinho na região.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!



**O Orador:** Gostaria também de dizer que basta olhar para o Jornal Oficial e ver o apoio que este Governo tem dado, por orientações estratégicas que se têm prosseguido, às unidades industriais, nomeadamente às cooperativas, Sr. Deputado Mário Moniz, à Cooperativa do Pico, à dos Biscoitos da Terceira, à da Graciosa, e mesmo a alguns privados, no sentido de desenvolver com eficácia o trabalho, de que necessitamos, de melhoria da transformação das uvas em vinho de qualidade. Gostaria igualmente de frisar que essas unidades industriais, cooperativas e privadas, têm tido, como nunca tiveram, grandes apoios para participação em feiras e eventos, para a divulgação e para a promoção dos seus produtos. Isso tem acontecido em todas as oportunidades.

Creio também que seria bom lembrar que, nessas questões, tipo virgens, que hoje aparecem, de que não há compromissos cumpridos no que diz respeito aos seguros agrícolas, houve em tempos, num tempo que diz respeito aos seguros agrícolas, houve em tempos, num tempo que o Sr. Deputado Cláudio Almeida porventura já esqueceu, uma comissão durante anos e anos e anos a gastar um dinheirão ao erário público, à procura de seguros agrícolas que, até hoje, apareceram, que foram eventualmente existentes na região.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Essa cassete está gasta!

**O Orador:** Gostaria ainda de lembrar que a dificuldade dos seguros agrícolas todos a conhecem e, por todos a conhecerem, está hoje no centro das atenções da reforma da Política Agrícola Comum, a nível comunitário, porque também na Europa esses seguros não funcionam! Em substituição desses seguros, é bom também que se diga, o Governo Regional tem actuado, sempre e em todas as circunstâncias, para apoiar

os agricultores que têm tido alguma contrariedade na sua vida e nas suas produções.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** Não foi deste ano, tem sido dos últimos anos e continuará a ser este ano, porque neste ano mesmo estamos a acompanhar o que se está a passar, nomeadamente no que diz respeito ao *stock*, à armazenagem, de alimento para os animais. Como sabemos, o ano anterior não foi fértil na produção de erva, há diminuição dos *stocks* nas explorações e nós estamos a monitorizar essas situações para, quando e se necessário, podermos agir em conformidade e sempre em diálogo com os agricultores.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

**\*Deputado Cláudio Lopes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira, acho, Sr. Deputado, que nem eu duvido da sua seriedade, nem certamente o senhor duvidará da minha. Não só na política, como na nossa forma de estar na vida. Por isso, nem sequer vamos falar disso, porque é inquestionável para ambas as partes, julgo eu.

Relativamente à questão política de que aqui se está a tratar, que é a da aprovação, ou não, do Projecto de Resolução apresentado em devido tempo pelo PSD, se o senhor está muito incomodado hoje, passado algum tempo da sua participação na Comissão de Economia, em que o senhor aprovou favoravelmente este Projecto de Resolução, se o senhor

hoje está incomodado e está desconfortável relativamente à repetição dessa aprovação nesta câmara, o problema é seu, não é meu.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, não foi isso que foi dito. O que foi dito foi diferente.

**O Orador:** Portanto, se o fizer hoje aqui, repetirá apenas aquilo que fez na comissão. Se votar contra, revelará uma incoerência política inadmissível. Mas isso é consigo, o problema está do seu lado.

**Deputado Francisco César (PS):** O que foi dito foi que o senhor disse uma coisa aqui e outra na comissão.

**O Orador:** Relativamente à questão dos técnicos, eu não venho aqui pôr em causa, não o fiz ali na tribuna nem o vou fazer agora, nunca o farei nem nunca o fiz, o empenho dos técnicos dos vários Serviços de Desenvolvimento Agrário.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** O senhor disse que eles assistiram de bancada! Então, isso o que é?

**O Orador:** Não vou pôr em causa o empenho dos técnicos dos serviços de desenvolvimento agrário de toda a ilha, no campo da agricultura.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Então, isso não é pôr em causa?

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Então, isso não é pôr em causa os técnicos, que é quem acompanha?

**O Orador:** Mas ponho e repito aqui essa crítica da negligência que houve, este ano, na campanha vitivinícola, nomeadamente na Ilha do Pico.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Nisso não estão em causa os técnicos?

**O Orador:** E já vos vou dizer quem é que me acompanha nesta crítica. Aliás, essa crítica passa por uma diligência pública que houve, da parte da Sra. Directora do Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha do Pico, que só em Julho de 2010 faz enviar uma circular a todos os viticultores da Ilha do Pico – em Julho de 2010! –, a avisar que as vinhas estão com graves problemas de doenças e que é preciso fazer tratamentos fitossanitários, para acautelar produções futuras. Portanto, estamos a falar quase do final do ciclo vegetativo da vinha do ano de 2010, em que o Serviço de Desenvolvimento Agrário do Pico toma a primeira iniciativa junto dos agricultores.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Quantas visitas já tinham sido feitas aos agricultores?

**O Orador:** Depois, se não fosse isto suficiente, vou ler-vos parte do parecer da Adega Cooperativa Vitivinícola do Pico, que refere exactamente essa falta de acompanhamento técnico às explorações agrícolas no ano em causa.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** E diz uma asneira dessas? Não percebeu!

**O Orador:** Refere o seguinte: houve uma “desorientação nos viticultores, insuficientemente informados, levando alguns a desistirem precocemente de continuar os respectivos tratamentos, (...) [o que pode] comprometer as futuras (...)” produções.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Exactamente, Sr. Deputado Cláudio Lopes. O senhor lê, mas não consegue perceber o que lê!

**O Orador:** Continuo a ler: “Manifestamos, igualmente, o desejo de que existam mais acções de vulgarização e aconselhamento técnico, de uma forma regular e programada, seguindo o ciclo vegetativo das videiras”.

Mas não fiquemos por aqui! Vamos ao parecer da Comissão Vitivinícola Regional, cujo Presidente é uma pessoa de idoneidade técnica reconhecida, mas que é um indicado politicamente pelo PS e nomeado oficialmente pelo Governo Regional dos Açores, que refere o seguinte, entre vários avisos que faz: a necessidade da “implementação de um Sistema Oficial de Avisos para as principais doenças da videira (...); [um melhor] acompanhamento técnico aos viticultores; [e mais] Acções de formação para os viticultores sobre estratégias de combate às principais doenças da videira”.

**Deputado António Ventura (PSD):** E agora?

**O Orador:** Assinou o Presidente da CVR Açores. Portanto, como vêem, não é uma crítica da oposição fácil, nem sequer que não tenha sustentabilidade.

Mas, mais do que isso, quanto à excelente vontade do Sr. Secretário Regional e da Secretaria que tutela, nós não duvidamos da sua bondade na matéria e que as coisas corram bem para todos, só faço lembrar a cronologias dos acontecimentos passados entretanto, nestes últimos meses. O senhor diz que já em Dezembro ou Janeiro de 2010 estava dando os apoios aos agricultores. Não, o senhor dá todos os anos e todos os meses!

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Não, não!

**O Orador:** Agora, estou a falar de um Projecto de Resolução estritamente baseado numa má campanha vitícola. Não estou aqui a falar de pastagens, nem de ensaios de animais, não estou a falar de nada disso.

**Deputado José Rego (PS):** Diga isso ao Sr. Deputado António Ventura!

**O Orador:** Estritamente de uma campanha vitícola que é o objecto deste Projecto de Resolução! Sobre este problema em concreto, faço notar que já os jornais do Pico denunciavam, em Junho e em Julho, que estávamos em presença de uma campanha vitícola desastrosa. Portanto, os dois deputados eleitos pelo PSD do Pico, em 5 de Setembro, estavam reunidos com a Associação de Agricultores da Ilha do Pico e com os responsáveis da Cooperativa Vitivinícola e já aí anunciaram que iam tomar uma iniciativa parlamentar. Em 5 de Setembro! Mais, a 24 de Setembro, o Jornal Ilha Maior, da Ilha do Pico, diz assim: “Secretário da Agricultura nega apoio aos viticultores” – a 24 de Setembro!

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Oh, mas isso é um jornal! Leia o que está lá escrito! Depois leia o resto!

**O Orador:** Leio, leio tudo! Se o senhor quiser, leio!

A 24 de Setembro, o Jornal Ilha Maior publica um artigo cujo título é: “Secretário da Agricultura nega apoio aos viticultores”.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Leia depois o que está lá escrito! Leia o resto!

**O Orador:** Posso ler! “Noé Rodrigues não quer para já assumir qualquer tipo de apoio excepcional”...

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Ah!

**O Orador:** Posso ler?

...“aos vitivinicultores do Pico, para fazer face ao mau ano produtivo. Em declarações à Antena 1 Açores, na passada semana, o Secretário Regional da Agricultura e Florestas disse que a fraca produção está a ser acompanhada pela sua Secretaria”...

**Vozes de deputados da bancada do PS e Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Ah!

**Deputado Francisco César (PS):** Então, nega?

**O Orador:** ...“mas não garante qualquer apoio excepcional. «Temos um sistema de apoio aos agricultores e está sempre alerta»”. Não sei se é suficiente, esta leitura.

**Deputado João Costa (PSD):** Essa é que é a grande postura da parte de Noé!

**O Orador:** Isto, ninguém nega! Ninguém nega que há um sistema de apoio permanente. Estamos é a falar, concretamente, de um apoio excepcional à má campanha vitícola, que foi negado, numa primeira instância.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Leia o resto, tudo!

**O Orador:** Passados poucos dias, e depois de o PSD ter anunciado a sua iniciativa parlamentar, que deu entrada nesta casa a 23 de Setembro, já a 28 o GaCS dizia o seguinte: “Governo estuda a possibilidade de atribuir apoio extraordinário aos viticultores açorianos”.

**Deputado João Costa (PSD):** Ah!

**O Orador:** Já tinha mudado um bocadinho de opinião!

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Visita estatutária, visita às associações. Veja o que foi dito.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** O problema é a contradição no discurso do Deputado António Ventura.

**O Orador:** Entretanto, para encurtar caminho e para desvalorizar – aliás, isso foi agora aqui mesmo comprovado, pela intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira – a iniciativa do PSD, o Governo, de forma célere e louvável, faz sair uma portaria – isto, também não sei se é inédito, mas não é normal o Governo ser tão diligente nessa matéria –

que nem deixa que um Projecto de Resolução, que recomenda que o Governo faça alguma coisa, seja aprovado nesta câmara, para sair já com uma portaria.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Já estava feita, senhor! Ao que chegámos!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Se o Governo faz, é porque faz; se não faz, devia fazer.

**O Orador**: Nós reconhecemos a celeridade deste processo. Obviamente que não nos opomos à iniciativa da portaria, Sr. Secretário. Simplesmente, esta portaria vem dar resposta, e por isso é que o Projecto de Resolução já atingiu os seus objectivos, que era recomendar ao Governo fazer isso que faz na portaria que saiu a 17 de Janeiro. Portanto, nesse aspecto, só temos de louvar a celeridade do Governo nesta matéria.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Resta saber se a resolução não saiu quando se falou na portaria.

**O Orador**: Não! Sr. Secretário da Economia, oiça o que eu estou a dizer, para depois criticar!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Mas eu já conheço o que o senhor diz, já conheço essa cassette!

**O Orador**: Ah, já conhece! Mas se calhar, então, tinha de ouvir melhor, para saber criticar o que se está a dizer.

**Presidente**: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

**O Orador**: Em relação à portaria, Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, gostava, já agora, que o senhor me esclarecesse alguma coisa sobre a mesma, porque, ao fim e ao cabo, e passe o termo de usar uma



expressão popular, talvez não muito digna, nesta casa, mas a montanha pariu um rato com esta portaria.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não foi a saca-rolhas, pois não?

**O Orador:** E já lhe digo porquê. Porque esta portaria, para além de introduzir uma grelha de apoios a prejuízos que ocorreram na agricultura regional, que não só as vinhas, e acho muito bem, no caso concreto das vinhas, que é o objecto deste Projecto de Resolução que aqui está a ser discutido, digo que a montanha pariu um rato porque, se fizermos as contas àquilo que é proposto nesta portaria como forma de cálculo dos apoios para os prejuízos ocorridos, isto é miserável. Aquilo que aqui vem é miserável.

Está a rir-se? O senhor já fez as contas, Sr. Secretário?

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Já. E já lhe explico.

**O Orador:** O senhor propõe aqui ajudas à perda de rendimento que não chegam a 15% dos prejuízos ocorridos!

**Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Como é que o senhor chega a essas contas?

**O Orador:** Isto é pouco melhor do que não dar nada, Sr. Secretário! Não chega a 15%. O senhor utiliza aqui valores de base de cálculo que estão abaixo de 30% daquilo que a Adega Cooperativa hoje paga pelas uvas aos agricultores. Depois, conjugando isto com a alínea b) do artigo 5.º, que introduz ainda um factor de ponderação de 50%, estamos a falar de menos de 15% dos prejuízos que os agricultores tiveram. Um prejuízo de um agricultor, na base de 100, vai receber menos de 15. Isto é ridículo, Sr. Secretário!

Por isso, espero que, se não fez bem as contas, o venha a fazer ainda e melhore significativamente a base de cálculo desta portaria, porque realmente dá razão à minha afirmação quando digo que a montanha pariu um rato com esta portaria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

**\*Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para dizer aqui duas ou três coisas.

Claro que nunca foi minha intenção duvidar da seriedade do Deputado Cláudio Lopes, somente dizer que aquilo que foi discutido e falado em sede de Comissão de Economia não correspondeu àquilo que foi depois transmitido aqui, na tribuna, pelo Sr. Deputado.

Relativamente ao *timing* em que a portaria saiu – é para deixar clara esta situação, e o Sr. Deputado Cláudio Lopes sabe melhor do que ninguém, porque é técnico nessa área –, a portaria só poderia sair após as colheitas, após a campanha de colheita e após os registos nos Serviços de Desenvolvimento Agrário. O senhor sabe quais são as datas em que isso ocorre, isso é em Novembro. Portanto, estamos no início de Janeiro, a portaria teve dois meses para sair. E, à data, foi dito em comissão que a portaria estava praticamente pronta e aguardava esses valores.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Eu até louvei a celeridade do Governo nessa matéria!

**O Orador:** Portanto, é naturalíssimo que, estando uma portaria praticamente pronta e conhecendo-se, depois, a realidade, seja rápido a portaria sair...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Estava pronta, mas é preciso conhecer a realidade?

**O Orador:** ...na altura em que saiu. Portanto, não é pelo facto – e o PSD não teve essa responsabilidade – de só agora o Projecto de Resolução subir a Plenário que a portaria saiu antes, ou saiu depois. Podia ter saído uma semana antes, ou uma semana depois. Que fique esta situação bem clara.

Quero voltar aqui a uma outra situação, que tem a ver com o apoio técnico. Não é por se vir para os jornais, ou deixar de se vir para os jornais, ou por se emitir um comunicado – e eu fui chefe de divisão de um Serviço de Desenvolvimento Agrário –, não é pelo facto de emitir um comunicado a dizer que os agricultores devem agir desta ou daquela maneira que, no terreno, os técnicos dos serviços já não tivessem dito a esses agricultores, e não tivessem acompanhado, a dizer o que devia ser feito, como devia ser feito e quais eram os procedimentos. E o senhor sabe disso também, porque estive num serviço agrário e sabe que isso ocorre dessa forma.

Portanto, que fique bem claro: o acompanhamento foi feito, nós aprovámos uma alínea, no ponto 2, que diz que reforça, em situações extraordinárias, esse acompanhamento, com o qual concordamos. Quando há uma situação excepcional deve haver uma resposta excepcional, deve crescer um volume de trabalho e de atenção. Isso está descrito, nós dissemos isso em Comissão de Economia. E, Sr. Deputado, não estou nada incomodado com vir aqui hoje dizer aquilo que disse na Comissão de Economia, que aprovávamos este Projecto de Resolução. Não dizemos uma coisa em Comissão de Economia e aqui outra. Nem fazemos uma outra coisa, que é recorrente, que é dizer

«guardar com reserva para plenário», como alguns partidos costumam fazer recorrentemente.

Obrigado.

**Deputada Vera Bettencourt (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

Entretanto, lembro que o PSD tem apenas dois minutos.

Faça o favor, Sr. Deputado.

**\*Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, Sr. Deputado António Ventura, na comissão intervieram nesta matéria e importa repor algumas das questões que foram trazidas a esta casa sobre este diploma.

Relativamente à portaria que saiu na semana passada, a portaria saiu na semana passada e este projecto que estamos hoje a aprovar podíamos tê-lo aprovado no mês de Outubro ou de Novembro nesta casa.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** E a culpa é de quem? É nossa?

**O Orador:** Não foi antecipação do Governo trazer a portaria neste momento, antes da discussão no Plenário. A portaria seguiu os trâmites legais, ouvindo os parceiros sociais, pelo que só neste momento estava pronta, de modo a preparar o pagamento aos produtores. Produtores estes – o que foi dito na comissão pelo Sr. Secretário e pelos Srs. Deputados – que sabem que até agora não foram prejudicados por nada, porque as cooperativas só pagam as colheitas da uva no ano seguinte. Portanto, no tempo atempado, este Governo pôs a portaria na rua, com os respectivos apoios!

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**Deputado António Marinho (PSD):** E os sinais que se transmite, de confiança?

**O Orador:** Sobre este assunto, acho que fica claro, Sr. Deputado Cláudio Lopes, que não houve nenhuma desonestidade do Governo em, a uma semana do Plenário, publicar uma portaria.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Mas eu falei em desonestidade?

**O Orador:** A portaria saiu no tempo em que devia sair, depois de devidamente consolidada com os parceiros sociais.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, o Sr. Deputado Duarte Moreira acusou-o de desonestidade, não pessoal, mas política! E eu, aqui, também o acuso, porque é desonesto, a um partido que faz um Projecto de Resolução e sobre esse Projecto de Resolução tem determinadas afirmações, na discussão entre os vários partidos entende-se rectificar algumas das afirmações, o Sr. Deputado tinha uma crítica velada aos serviços agrícolas da Ilha do Pico, o senhor retirou essa crítica e hoje faz a mesma crítica na tribuna! Portanto, é desonesto pôr uma comissão a aprovar um documento e, hoje, vir com a mesma linguagem!

**Deputados Francisco César e Hernâni Jorge (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado, para si, os serviços só funcionavam quando o senhor lá estava! Os serviços continuaram a funcionar...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Felizmente, muito melhor!

**O Orador:** ...continuam a apoiar os agricultores do Pico e fizeram várias acções que foram reconhecidas. Eu não fui lá, mas tenho a listagem do número de acções que foram feitas.

Sr. Deputado António Ventura, as coisas não são feitas a más horas, são feitas no tempo oportuno, quando se sabe qual foi a colheita!

**Deputado António Ventura (PSD):** Os senhores nunca deram um sinal de confiança e isso afecta a agricultura!

**O Orador:** Sr. Deputado, ouça! Só depois de se saber quanto se apanhou é que se sabe quanto é que vamos apoiar. Portanto, o senhor é desonesto ao dizer que é a más horas que o Governo cria a portaria. Portanto, foi no tempo oportuno, o que é necessário, nesta casa, dizer.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**\*Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo...

**Deputado Francisco César (PS):** Esteve na Comissão de Economia?

**O Orador:** Não, mas costumo ler os relatórios.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** ...Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não pode falar? Só o senhor é que pode falar, Sr. Deputado?

**Deputado Francisco César (PS):** É uma pergunta legítima!

**Presidente:** Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes, queria fazer um comentário à intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura, até porque, invariavelmente, o Sr. Secretário chega aqui e pinta-nos de cor-de-rosa, é claro, desbotado!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Salvo seja! Pintar de cor-de-rosa? Já viu o que seria a sua figura, pintado de cor-de-rosa?

**O Orador:** Enfim, mais desbotado, ou menos desbotado, mas a verdade é que o Sr. Secretário Regional chega aqui e pinta-nos o sector de cor-de-rosa. É porque está tudo bem com a produção de leite, está tudo bem com a produção de carne, a fruta nem se fala, as flores está tudo bem e o vinho também. Mas a verdade, Sr. Secretário, é que alguma coisa não está bem...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): No reino da Dinamarca.

**O Orador:** ...entre aquilo que é a propaganda do Governo Regional e a realidade que nós encontramos em todas as parcelas da região. Porque, por onde passamos, encontramos agricultores, sejam eles produtores do que quer que seja, a queixarem-se da falta de apoio e da falta de resposta da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. Portanto, Sr. Secretário, peço-lhe muita desculpa, mas vai ter de fazer uma outra avaliação do trabalho que o seu departamento está a desenvolver, porque efectivamente há muitos espinhos nesse mar de rosas!

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Francisco César** (*PS*): É triste, Sr. Deputado!

**O Orador:** Sr. Deputado, posso continuar, ou não posso? Muito obrigado.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Vai ficar ruim por causa disso?

**O Orador:** Não, eu não estou ruim. Apenas me custa ver o Sr. Secretário Regional, pessoa que muito prezo e admiro, vir aqui invariavelmente pintar de rosa um cenário que não é rosa e que tem

muitos espinhos, Sr. Secretário! Basta ouvir os agricultores! Ouça os agricultores e, depois, não venha aqui derramar dinheiro e obra, porque não se resolve o problema do sector apenas como o senhor está a fazer.

Relativamente ao Projecto de Resolução, queria dizer que a Representação Parlamentar do PCP considera de grande pertinência e oportunidade, quer os considerandos, quer a parte resolutiva e dará o seu voto favorável ao Projecto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!  
Apoiado!

**Presidente:** Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

**\*Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, até porque não integro a Comissão de Economia e não sou especialista em questões agrícolas, mas...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas é deputado pela Ilha do Pico.

**O Orador:** ...enquanto picaroto, filho de viticultor e possuidor de algumas videiras...

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Ah!

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muitas!

**O Orador:** ...não posso deixar de responder a algumas das questões colocadas pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Começo por repudiar veementemente as insinuações que o Sr. Deputado Cláudio Lopes e o PSD fazem, relativamente à actividade e ao trabalho dos Serviços de Desenvolvimento Agrário do Pico, na área da vitivinicultura.



**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** O seu pai, por acaso, é um bom vitivinicultor. Se falasse com ele, tinha tido uma resposta.

**O Orador:** Afirmo convictamente o reconhecimento da competência e da adequação do acompanhamento técnico que esses serviços têm feito e continuam a fazer na área da vitivinicultura.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes alude a um folheto informativo de Junho/Julho de 2010, que surge na altura certa, na altura adequada, na altura em que os serviços e os técnicos dos serviços se aperceberam, pelo acompanhamento que fazem da realidade...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Quando está uma produção toda destruída é que se avisa.

**O Orador:** ...que alguns viticultores começavam a abandonar os tratamentos das videiras, perante a evidência da quebra de produção. Era nessa altura que havia que alertar os produtores para a necessidade de continuarem com esses tratamentos, com vista a proteger e a assegurar os efeitos das produções futuras.

**Deputado João Costa (PSD):** E o senhor não é especialista!

**O Orador:** O Sr. Deputado Cláudio Lopes leu isso num papelinho, há pouco, mas certamente não percebeu aquilo que leu. Certamente não percebeu aquilo que motivou o folheto informativo dos Serviços de Desenvolvimento Agrário do Pico, na altura em que surgiu, adequada e acertadamente.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Afinal, o senhor é especialista.

**O Orador:** Mas nós percebemos – isso nós percebemos – que o Sr. Deputado Cláudio Lopes tem um problema por resolver com o passado. Com aquele passado, quando os Serviços de Desenvolvimento Agrário do Pico recomendavam uma determinada casta, só porque o técnico

gostava daquela casta! Ou se vetava e reprovava um projecto de investimento agrícola porque o agricultor insistia em cultivar uma casta que o técnico de serviço não apreciava!

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Eram um exemplo na região, as outras ilhas iam pedir informação ao Pico!

**O Orador:** Foi pela persistência dos viticultores, pela entrada de técnicos novos e competentes, que insistiram nessas castas, que abandonaram as castas que eram então recomendadas, que a viticultura do Pico tem a pujança que hoje tem, reconhecida por todos e que é indubitável. É esse problema com o passado que o Sr. Deputado Cláudio Lopes tem, é esse problema com o passado que o Sr. Deputado Cláudio Lopes já devia ter resolvido!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** O senhor não sabe do que fala.

**Deputado João Costa (PSD):** Eu podia falar-lhe sobre isso.

**O Orador:** Aqui afirmo, com toda a convicção, o apoio que esta bancada dá ao trabalho que os Serviços de Desenvolvimento Agrário têm feito, que os viticultores do Pico reconhecem, apoiam e sabem que existe.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

**\*Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para, de uma forma pública, nesta câmara, sublinhar o reconhecimento que nós temos pelo trabalho de afinco, dedicação, empenho e competência de muitos e muitos técnicos que, nos Serviços de Desenvolvimento Agrário, por todas as ilhas, dão apoio aos nossos agricultores.

**Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Muito bem!

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Subscrevo, Sr. Secretário.

**O Orador**: Gostaria também de sublinhar, neste momento, o empenho, não só daqueles técnicos que estão afectos à administração pública regional, mas também muitos dos que, nas organizações de produtores, dão o seu melhor pelo bom desempenho da nossa agricultura.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Deputado João Costa** (*PSD*): No trabalho de gabinete são perfeitos!

**O Orador**: Isso tem de ficar registado neste debate.

Gostaria também de sublinhar que nós aguardámos, depois de várias reuniões feitas com viticultores, com adegas cooperativas, com organizações de produtores das mais variadas áreas e com produtores de todos os sectores de actividade que, naquela portaria de que o Sr. Deputado Cláudio tão mal acabou de falar, falámos com todas essas pessoas para conformarem um apoio que pudesse minimizar os prejuízos obtidos durante um ano agrícola muito adverso.

Gostaria até de referir que aquela portaria – antes não pôde sair, já aqui foi dito, mas –, depois das declarações de colheita e das declarações de existência que são obrigatórias, enviámos para consulta de várias e de

todas as organizações de produções e tivemos, de todas as organizações de produções, a aceitação e o aplauso das medidas previstas naquela portaria, incluindo do apoio financeiro que está previsto para as várias culturas que foram afectadas. Portanto, a história de ter parido um rato através daquela portaria, Sr. Deputado Cláudio, é porque certamente não soube fazer bem as contas do que lá se prevê, porque todas as organizações, incluindo a CVR, vieram aplaudir a existência da portaria e dos montantes nela previstos.

Para finalizar esta intervenção, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires:

Como sabe, há muitos anos, há muitos anos mesmo, que este Governo e os governos desde 96 têm feito um esforço muito significativo para melhorar a agricultura dos Açores, para reforçar o investimento nas suas infra-estruturas, para reforçar o investimento no seu ordenamento agrário, para reforçar o apoio aos agricultores. Como sabe também, há muitos anos que eu ando nesta vida e há muitos anos que acompanho os nossos agricultores, as nossas actividades agrícolas e as nossas organizações de produtores. E, como sabe também, Sr. Deputado...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não sabe.

*(Risos do Deputado Paulo Estêvão)*

**O Orador:** ...eu praticamente todos os dias convivo com agricultores, com os seus dirigentes e com as suas associações. E todos os dias conheço e mais que conheço, seguramente muito mais do que V. Exa., as dificuldades da nossa agricultura e dos nossos agricultores. É exactamente por isso que o sistema de organização que nós temos

implementado para a agricultura e para as suas organizações tem melhorado muito. E é por isso que os sistemas de incentivo e de apoio têm melhorado muito. Porque nós temos partilhado sempre as opiniões, os recursos, os meios e os objectivos. E isso não está ao alcance de qualquer um.

**Deputado Aníbal Piros (PCP):** Vai ter de dizer isso aos agricultores, Sr. Secretário, não é a mim! Eu apenas dou voz aos descontentes.

**O Orador:** Por isso, Sr. Deputado, nessa matéria não aceito de si o mínimo de recomendações sobre a minha actividade profissional no sector e para a agricultura.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, falta muito pouco para as 20 horas, vamos ficar por aqui. Continuamos amanhã, às 10 da manhã, com a agenda, mais precisamente com este ponto.

Vamos anunciar os tempos sobranes. Um momento, o Sr. Secretário vai anunciar os tempos.

**Secretário:** O Governo ainda dispõe de 15 minutos; o PS de 12 minutos; o PSD de 2 minutos; o BE de 8 minutos e 50 segundos; o CDS/PP de 11 minutos e 43 segundos; o PCP de 7 minutos e 48 segundos; e o PPM ainda tem 10 minutos.

**Presidente:** Boa noite e até amanhã.

*(Eram 19 horas e 56 minutos)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**Cláudio Borges Almeida**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos**

\* Texto não revisto pelo Orador.

## **Documentos entrados**

### **1– Projectos de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Alargamento da remuneração compensatória aos funcionários das autarquias açorianas \(n.º 3/2011\)](#)

**Proveniência:** Um Grupo de Deputados

**Data limite do parecer:** Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

### **2 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Montante de ajuda alimentar e/ou apoios na área da alimentação animal para a ilha das Flores](#)

**Autor:** José Francisco Fernandes (PSD)

**Data de Entrada:** 2011.01.26

**Referência:** 54.03.08 – N.º 406/IX;

**Assunto:** [Carta de Missão da Direcção Regional da Cultura](#)

**Autora:** Zuraída Soares (BE)

**Data de Entrada:** 2011.01.26

**Referência:** 54.06.00 – N.º 407/IX.

### **3– RELATÓRIOS E PARECERES:**

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 47/XI – “Procede à quinta alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto”.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Entrada:** 2011 – 01– 26.

**Pela redactora,** *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*